Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 13 de janeiro de 2021
Ano CVII ● Número 28.788
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ENCONTRO DE LISBOA E O MULATO BAIANO

Via de conquistas sociais genuinamente brasileira: o 'socialismo moreno'.
Carlos Fayal, *página 2*

O MELHOR NEGÓCIO DO MUNDO

Montadora norte-americana tem que devolver um R$ 20 bilhões, por baixo.
Paulo Márcio de Mello, *página 4*

SE A SAÚDE FOSSE LEVADA A SÉRIO

Quantas mortes por Covid pode-se debitar na conta de Bolsonaro?
Marcos de Oliveira, *página 3*

Saída da Ford é fracasso da política de Guedes

A decisão da Ford de abandonar o Brasil é a prova do fracasso da política econômica do presidente Jair Bolsonaro, criticou o senador Rogério Carvalho (PT-SE). "Perder 5 mil empregos no Brasil e ver que a Ford anunciou um investimento de R$ 3 bilhões na Argentina é perceber que não dá mais para tolerar um fracassado na Presidência que não enxerga que precisamos de uma proposta econômica efetiva que garanta emprego e renda para o Brasil", tuítou.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) reforçou o coro de críticas à atuação do ministro da Economia, Paulo Guedes. "As reformas trabalhista e da Previdência deram os resultados que tinham que dar: desemprego e aumento da desigualdade. Não melhorou nossa economia! Tudo isso aliado à política econômica irresponsável e à falta de credibilidade mundial de Guedes e Bolsonaro, são fatores determinantes para empresas como a Ford deixarem de atuar no país. Uma tragédia em larga escala!", protestou. *Página 6*

Revogação de ICMS sobre alimentos em SP demora

A Associação Paulista de Supermercados (Apas) divulgou manifesto em que protesta contra a demora do Governo do Estado de São Paulo em voltar atrás – oficialmente – na questão do aumento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) programado para o próximo dia 15.

"Na última quinta-feira, 7 de janeiro", relata o documento, "membros do alto escalão do governo anunciaram – em entrevistas aos mais tradicionais veículos de imprensa do Brasil – que voltaria atrás em sua decisão de aumentar o imposto, criando na população uma expectativa sobre a revogação completa do aumento do ICMS que impactam os alimentos."

Os decretos do Governo Dória tiram a isenção de ICMS de alguns produtos, criam alíquotas, alteram a base de cálculo e restringem a aplicação de benefícios.

Recessão, sem renda e com inflação em alta

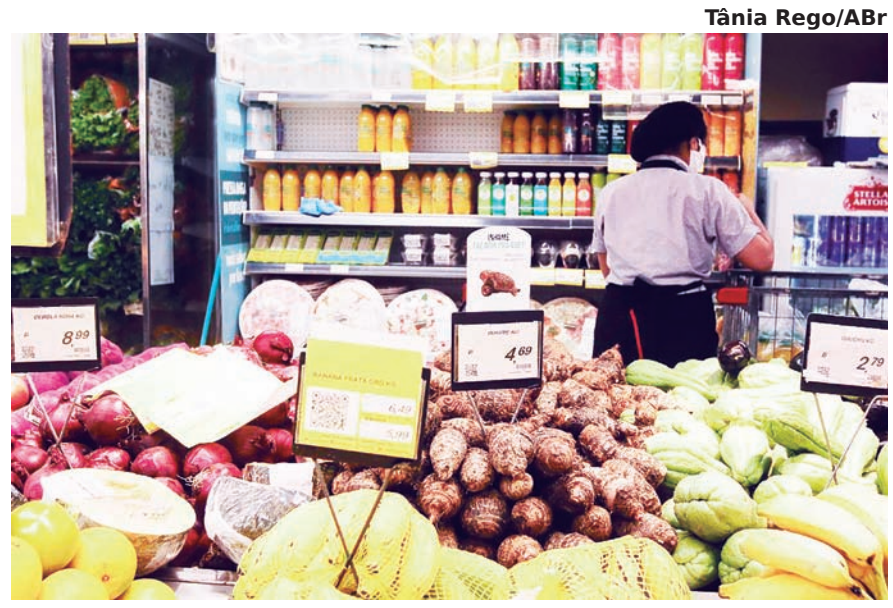
Alimentos puxam maior elevação desde dezembro de 2002

A inflação oficial (IPCA) registrou alta de 4,52% em 2020. Segundo o IBGE, é a maior desde 2016, quando ficou em 6,29%. Em dezembro, o índice acelerou para 1,35%, que é a variação mais intensa desde fevereiro de 2003. É também a maior variação para um mês de dezembro desde 2002.

A alta dos preços colocou o salário mínimo no vermelho. O valor de R$ 1.100 a partir de 1º de janeiro, estabelecido pelo presidente Jair Bolsonaro através de medida provisória, representa um reajuste abaixo da inflação, que no caso do mínimo segue o INPC – este fechou em 5,45%. Para cumprir a legislação e repor as perdas – sem qualquer ganho real – o mínimo terá que ir para R$ 1.102.

A recessão reforça o quadro de crise na economia. Se o PIB de 2020 – soma de todos os produtos e serviços do ano passado – ficar dentro das previsões oficiais,

Tânia Rego/ABr



haverá uma queda de 4,5%.

A alta em 2020 colocou a inflação acima do centro meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que era de 4%. Porém, permanece dentro da margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo (2,5%) ou para cima (5,5%). Em 2019, a inflação tinha ficado em 4,31%.

Um dos maiores impactos para os consumidores em 2020 foi a elevação de 14,09% nos preços de alimentos e bebidas. O crescimento, que é o maior desde 2002 (19,47%), foi provocado por fatores como a alta do dólar e dos preços das commodities no mercado internacional. O resultado do ano mostrou que os preços do óleo de soja (alta de 103,79%) e do arroz (76,01%) dispararam. *Páginas 3 e 6*

Renda mínima na pauta da Câmara

'Em tempos de pandemia, é mais urgente ainda'

A discussão de um programa de renda mínima estará na pauta da Câmara este ano. A bancada do Psol apresentou projeto (PL 3934/20) que cria um sistema permanente para famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa. Para o deputado Marcelo Freixo (RJ), vice-líder do partido, o benefício é fundamental para que as desigualdades sociais não aumentem ainda mais.

"Foram os pobres que não conseguiram o direito ao isolamento, que não tiveram acesso a máscaras, que não puderam lavar as mãos porque não têm saúde básica, água potável e moradia", afirmou à Agência Câmara. "No Brasil, a desigualdade mata. Por isso que uma política de renda em tempos de pandemia é mais urgente ainda."

Não são apenas os integrantes dos partidos progressistas que apoiam o debate. Autor da proposta (PL 6072/19) que deu origem ao auxílio emergencial e relator de uma comissão que discutia antes da pandemia a reformulação dos programas sociais existentes, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) defende uma prorrogação do auxílio por mais dez meses em 2021.

"Ao findar esses dez meses, aqueles que já estavam nas condições impostas pelo Bolsa Família, que leva em conta o corte de renda per capita, migrariam para esse programa. Dessa forma, teríamos aí um aumento de 7 milhões de pessoas que poderiam ser beneficiadas a distribuição de renda."

Congresso apoia convocação extraordinária

O requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária do Congresso Nacional para debater a prorrogação do estado de calamidade pública e do auxílio emergencial vem ganhando apoio no Congresso. A proposta foi feita pelo senador Alessandro Vieira na semana passada. O processo de vacinação também entraria em discussão.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) informou ter assinado o requerimento na última sexta-feira. À Agência Senado, ela afirmou que tanto a vacinação quanto a renda mínima salvam vidas. O senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) também subscreveu o pedido. Ele afirmou que há urgência, e o Congresso precisa se posicionar e discutir as questões emergenciais ligadas à pandemia.

O recesso parlamentar do fim do ano vai até 1° de fevereiro, mas a Constituição traz a possibilidade de convocação extraordinária, pela maioria dos membros das duas Casas legislativas em caso de urgência ou interesse público relevante.

Para o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), o Congresso pode "sujar seu nome" caso se omita. "Senadores e deputados deveriam estar neste momento trabalhando normalmente e debatendo um tripé de assuntos: vacina, prorrogação do auxílio emergencial e prorrogação do estado de calamidade pública. Se esses três assuntos não tiverem solução urgente, o Congresso Nacional ficará mais sujo que nunca!", alertou.

Ipea aponta aumento na demanda por máquinas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou nesta terça-feira o Indicador Ipea de Consumo Aparente de Bens Industriais, que registrou alta de 2,3% em novembro de 2020, na comparação com o mês de outubro. O indicador, que mede a demanda por bens industriais – definida como a produção industrial interna não exportada (bens nacionais), acrescida das importações – apresentou o mesmo resultado na análise interanual, ou seja, em relação a novembro de 2019. No que diz respeito aos componentes do consumo aparente, enquanto a produção de bens nacionais teve queda de 0,5%, as importações de bens industriais avançaram 20,2%.

O bom desempenho foi generalizado nos grandes grupos econômicos em novembro. A demanda por bens de capital, um dos componentes da formação bruta de capital fixo (FBCF), cresceu 8,9%, mostrando retomada dos investimentos. Houve alta tanto na demanda por bens duráveis (5,7%), como na demanda por bens semi e não duráveis (2,5%). Os bens intermediários avançaram 2,2%. Todos os segmentos apresentaram variação positiva em relação a 2019.

Entre as classes de produção, houve alta de 3,8% na demanda por bens da indústria de transformação, enquanto a indústria extrativa recuou 11,9% em novembro, frente a outubro. Na análise setorial, 16 dos 22 segmentos da indústria de transformação tiveram crescimento.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3247
Dólar Turismo	R$ 5,5000
Euro	R$ 6,5011
Iuan	R$ 0,8234
Ouro (gr)	R$ 315,50

ÍNDICES

IGP-M	0,96% (dezembro)
	3,28% (novembro)
IPCA-E	
RJ (nov.)	0,89%
SP (set.)	1,32%
Selic	2%
Hot Money	0,56% a.m.

O Encontro de Lisboa e o mulato baiano

Por Carlos Fayal

O que pode ter em comum entre (i) a resposta de Carlos Marighella quando perguntado "quem é você" por Ana Montenegro – disse: "sou apenas um mulato baiano" –, líder revolucionário durante a ditadura militar brasileira, considerado inimigo público nº 1 de seus dirigentes, e (ii) a proposta de Brizola e Darcy Ribeiro de se buscar uma via de conquistas sociais genuinamente brasileira, o chamado "socialismo moreno"?

Ambas retratam a profunda brasilidade desses homens que encarnaram e entenderam a morenice e a grandeza do povo brasileiro e não vacilaram em doar as suas vidas em defesa das liberdades, da democracia e das conquistas sociais do seu povo. Tais líderes mesclavam os conceitos de nação, dando uma outra dimensão às possibilidades e urgência de aplicar as incomensuráveis riquezas naturais e de capital humano do país para eliminar a enorme desigualdade social através do desenvolvimento nacional, apostando na mobilização e no protagonismo do povo organizado.

Tive a sorte de conviver e me engajar nas batalhas destes ícones da história brasileira e, neste artigo, compartilho com vocês impressões e reflexões que espero não apenas servir para recuperar um pouco de nossa História, por vezes esquecida, mas também fomentar o engajamento cívico das atuais e futuras gerações, tão necessário no atual cenário de polarização, globalização e do poder das mídias sociais.

Afinal, foi com essa convicção que Brizola garantiu a posse do então vice-presidente João Goulart em 1961 após a renúncia do presidente Jânio Quadros, durante a Campanha da Legalidade, mantendo-se a frágil ordem democrática brasileira por mais alguns anos – de intensa agitação política e cultural – e que (ii) Marighella, após ser baleado e preso em 1964, criou a Ação Libertadora Nacional (ALN) na clandestinidade, movimento de resistência que atuava através de grupos guerrilheiros urbanos para conseguir recursos e infraestrutura para o desenvolvimento da guerrilha rural.

Naquela época, em face da dura e impiedosa repressão, viu-se na resistência armada a única possibilidade de se enfrentar a ditadura. O povo brasileiro deveria ser o protagonista para restaurar suas liberdades, expulsar o imperialismo que financiava a repressão e realizar as reformas de base – as mesmas ainda hoje debatidas nos Três Poderes – necessárias para desenvolver o Brasil de modo a gerar a sua própria prosperidade e assim construir uma sociedade mais justa e solidária. Isso tudo sem a interferência das grandes potências internacionais.

Dando um passo atrás, não há como falar de nacional-trabalhismo sem falar de Getúlio Vargas, sobre o qual muito já se falou nesta sequência de artigos sobre o tema, de modo que serei sucinto. Vargas entendeu a necessidade de se colocar o trabalhador brasileiro e os mais necessitados como protagonistas das discussões sociais, conclamando em 1º de maio de 1954:

"Constituís a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo. (...) Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade. Trabalhadores, meus amigos! Com consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter."

A reação das elites antinacionalistas, com apoio norte-americano, foi implacável, levando o presidente ao suicídio, após escrever sua Carta Testamento – leitura obrigatória para o bom entendimento daquela época. Sua atitude extrema foi um grito de denúncia da intervenção internacional e da cumplicidade de seus agentes internos, e uma conclamação à luta numa demonstração de fé inabalável no povo e na nação brasileira. João Goulart foi ministro de Getúlio e seu herdeiro político, passando a ser a figura mais importante do trabalhismo após seu falecimento.

Em meados da década de 70, quando muitos banidos e outros refugiados estavam no exílio, além da luta pela anistia e a denúncia da ditadura, existia a convicção de que o regime autoritário não duraria muito, e prosperava a discussão sobre a necessidade de se propor um projeto político progressista e popular capaz de sensibilizar os brasileiros e acelerar o processo de redemocratização. A diáspora brasileira havia dispersado esses patriotas por vários países como Estados Unidos, México, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suécia e Portugal. Estes dois últimos países iriam concentrar o maior número de ex-guerrilheiros no exílio.

Nesse contexto, entrava Leonel Brizola como a liderança capaz, por seu passado e evolução política, de dar a força e significado necessário às teses e a esperança daqueles brasileiros por uma pátria livre e justa. A Suécia era governada a décadas pela social-democracia e tinha como primeiro-ministro Olof Palme, que logo se entusiasmou por Brizola e a ideia do novo trabalhismo brasileiro. Neste próspero país escandinavo, onde eu e muitos brasileiros conseguiram asilo após o golpe de Pinochet no Chile, seriam realizados relevantes debates e eventos, com a presença do ilustre convidado Leonel Brizola, nos quais iriam se consolidar a ideia da elaboração de um projeto político que considerasse o legado do trabalhismo de Getúlio, a experiência de Jango, as lutas de resistência à ditadura e liderança carismática de Brizola.

Foi, portanto, a história do nacional trabalhismo, da luta pela libertação nacional, e pela emancipação do povo em direção ao progresso e a prosperidade que inspirou a ação destas lideranças no passado e que naquele momento era revivida por Brizola, Darcy, intelectuais de esquerda e a "turma do gatilho", como Brizola se referia fraternalmente aos ex-guerrilheiros agora engajados com a proposta do novo trabalhismo, democrático e socialista moreno. Todo o processo se desenvolveria em um clima de otimismo e alegria, alto-astral que muito se devia à Revolução dos Cravos, de abril de 1975, que pôs fim a 48 anos de fascismo em Portugal.

E foi justamente na capital portuguesa que ocorreu o Encontro de Lisboa, realizado entre os dias 15 e 17 de junho de 1979, que, além dos Trabalhistas do Exílio referido acima, contou com a participação dos trabalhistas brizolistas, parlamentares e sindicalistas que estavam no Brasil e ainda enfrentavam os esforços de uma ditadura decadente. Para a realização desta histórica reunião, foi decisivo o apoio do partido socialista português, do seu líder e primeiro-ministro Mário Soares e de um grupo articulado e eficiente de exilados brasileiros, oriundos da resistência armada, que moravam em Portugal.

A Carta de Lisboa, fruto do Encontro, resgata a Carta Testamento de Getúlio, as reformas de base de Jango, o legado de Brizola como governador do Rio Grande do Sul, sua evolução nos campos da educação, reforma agrária e nacionalizações, bem como o legado de Marighella. A Carta, de forma pioneira e explícita, coloca em pauta a importância de se salvar milhões de crianças abandonadas e famintas e condenadas à delinquência, a luta do negro, do índio e das mulheres para que conquistem seus plenos direitos e se construa uma sociedade livre de qualquer discriminação.

42 anos depois, urge que o exemplo do Encontro de Lisboa, inspirado nas lutas do povo brasileiro, nas conquistas concretas do nacional trabalhismo e no sangue derramado de e por patriotas pela liberdade e a democracia, inspire a unidade das forças progressistas, agregando a experiência e o legado positivo dos recentes governos democráticos e progressistas, aprendendo com as falhas ocorridas no caminho e, finalmente, incentivando o diálogo entre diferentes pontos de vista em busca de pontos de convergência e soluções programáticas.

É preciso aceitar com grandeza e sacrifício o desafio da construção de uma ampla aliança, capaz de se contrapor e vencer as forças extremistas e reacionárias que levaram, através das próprias vias democráticas, um ser despreparado de declarado pensamento ditatorial, que despreza a vida, agride as minorias, destrói os valores democráticos, desrespeita a constituição e as leis, sucateia o meio ambiente.

Mas para tanto, é preciso que as novas gerações conheçam e se inspirem em acontecimentos históricos como os ora relatados. Em um mundo em que o tempo é escasso e algoritmos nos direcionam, faço um apelo para que novas frentes de disseminação do conhecimento sejam estimuladas, incentivando-se a produção e divulgação de mais artigos como este, mais documentários como os de Vargas, Jango e Marighella – disponíveis no Youtube – e mais filmes como o Marighella, dirigido por Wagner Moura, com estreia prevista para abril, bem como vídeos e podcasts com conteúdo visando o engajamento cívico.

Carlos Fayal é cirurgião-dentista, militou com Marighella, foi coordenador político-militar da ALN, signatário da Carta de Lisboa e deputado estadual pelo PDT(83/87).

Aumento da desigualdade social

Por Igor Macedo de Lucena

O maior problema é como se mensura a distribuição da riqueza e principalmente sua acumulação ao longo do tempo para uns e não para outros, o que na realidade demonstra o maior problema do capitalismo moderno: a desigualdade existente em ricos e pobres e um abismo que se aprofunda em todas as nações e se torna uma preocupação em comum de governos europeus, no Brasil, nos Estados Unidos, e até mesmo na China que, apesar de ser um modelo autoritário de governo, sabe que consideráveis aumentos na desigualdade e nas insatisfações sociais são riscos altíssimos para o regime, principalmente em um projeto do qual há orgulho por ter diminuído drasticamente a pobreza e a desigualdade nos últimos 40 anos.

A diferença na composição da riqueza tem um efeito decisivo sobre a média dos retornos anuais sobre o patrimônio dos diversos grupos sociais. Se as taxas de retorno dos ativos se apresentam relativamente constantes ao longo do tempo, isso significa que o que aumenta a desigualdade é de fato a diferença na composição desses ativos e a sua taxa própria de retorno.

Se analisarmos o período de 30 anos nos Estados Unidos entre 1983 e 2013, já descontando a inflação, o retorno anual dos ativos financeiros foi, em média, 6,3% ao ano, enquanto o retorno anual do mercado imobiliário foi de apenas 0,6%. Nesse sentido, se capitalizarmos isso por mais 30 anos, pode-se abrir um abismo patrimonial de 60% na acumulação de riqueza entre os mais ricos e a classe média; ou seja, o 1% mais rico apresenta desempenho melhor sobre a classe média e os mais pobres basicamente pelos retornos que eles obtêm com seu patrimônio mais diversificado, o que é na prática um importante fato gerador para o aumento da desigualdade a um longo prazo.

O trabalho da economia política neste ano de 2021 que está iniciando é, sem dúvida, entender tal fenômeno, que é natural e intrínseco do capitalismo, e adotar políticas que sejam capazes de aliviar esses efeitos. O capitalismo é um sistema que funciona e foi o modelo de produção que mais diminuiu a pobreza na humanidade; todavia, ao longo da história, surgiram problemas como as crises financeiras, os monopólios e os oligopólios dentre outros problemas que foram ajustados dentro do sistema por meio de novas teorias e políticas públicas inovadoras.

Hoje o maior desafio para o capitalismo é a desigualdade, e a pergunta que nos cabe fazer é: como vamos mais uma vez conseguir ajustar nosso sistema para que ele não se torne um problema social sem solução?

Igor Macedo de Lucena é economista e empresário, membro da Chatham House – The Royal Institute of International Affairs e da Associação Portuguesa de Ciência Política.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Quantas mortes pode-se debitar na conta de Bolsonaro?

Quantas pessoas morreram de Covid-19 no Brasil devido à falta de coordenação no manejo da pandemia e ao negacionismo? Ou, perguntando de uma forma mais popular, quantos mortos pode-se colocar na conta de Jair Bolsonaro?

Não é uma questão fácil de responder; talvez nem tenha resposta. Mas pode-se, ao menos, comparar o resultado dessas políticas no Brasil e o que ocorreu nos demais países. A conta é estarrecedora.

Em 29 de dezembro, América Latina e Caribe ultrapassaram 500 mil mortes por Covid. Mais exatamente, 500.634. A população na região somava 653.962.000. No Brasil, eram 192.716 mortos e 212.559.000 de habitantes.

Para fazer a conta, retiramos da população e dos óbitos na América Latina e Caribe os números relativos ao Brasil. Chega-se assim a uma média de 697,6 mortos por milhão. Nas terras governadas por Bolsonaro, o índice é de 955,7 mortos por milhão. Se o Brasil tivesse sofrido a mesma média da região, teria registrado 148.281 mortes – ou 44.435 vidas salvas.

O resultado é bem mais desfavorável se comparado ao mundo, já que países populosos como China e Indonésia tiveram – ou registraram oficialmente – proporcionalmente poucos casos e mortes. Em 11 de janeiro, 17h20, nosso país registrava 203.140 mortes. O resto do planeta, 1.733.474. O índice de óbitos mundial era de 227,5 por milhão. Se o Brasil tivesse alcançado este índice, teria poupado 154.783 vidas.

Seria injusto debitar os óbitos somente na conta do Governo Federal. Governos e prefeituras agiram mais ou menos rapidamente, com mais ou menos competência. Às vésperas das eleições, prefeitos recusaram endurecer as medidas restritivas, apesar de já estar claro que o número de casos estava com aumento forte.

Mas, ao incentivar medicamentos ineficazes, menosprezar a doença e mudar 2 vezes o ministro da Saúde em plena pandemia, acabando por escolher um general sem experiência na área, Bolsonaro fica com a maior parte da responsabilidade. O número de mortos é 1,5 vezes (no caso da comparação com a região na qual o Brasil se encontra) a 5 vezes (mundo) os 30 mil que, em 1999, o então deputado Jair Bolsonaro defendeu que deveriam morrer no país.

Expansão no exterior

A Ambipar, de gestão ambiental, adquiriu mais uma empresa especializada em atendimento emergencial nos Estados Unidos: a Custom Environmental Services (CES). O objetivo é continuar com o plano de expansão e ampliar a atuação da empresa em âmbito mundial.

História no lixo

Criado por D. João VI, o Banco do Brasil faz parte da nossa História, mas para o representante de Chicago, que fez uma desgraça com o Chile, Paulo Guedes, o BB é uma p… e, por isso, deverá ser privatizado.

Credibilidade

A semana ainda vai pela metade e Bolsonaro e Guedes já conseguiram gerar 10 mil novos desempregados: 5 mil na Ford e 5 mil no Banco do Brasil.

'Vida e economia andam de braços dados'

Proposta de Bolsonaro para combater pandemia

Ao afirmar que não se pode falar em saúde sem emprego, e que vida e economia "andam de braços dados", o presidente Jair Bolsonaro reiterou nesta terça-feira ser contra o fechamento total do comércio em função da pandemia. "Eu peço a Deus que ilumine governadores e prefeitos para que não fechem tudo. Essa não é a política correta. Vida e economia andam de braços dados. Não podemos falar em saúde sem emprego", disse.

De acordo com balanço divulgado nesta segunda-feira (11) pelo Ministério da Saúde, o Brasil acumula 8,1 milhões de casos confirmados e 203 mil mortes. Com o aumento no número de pessoas infectadas pela Covid-19 em uma segunda onda da doença no Rio de Janeiro, o perfil dos pacientes cada vez mais jovens vem chamando a atenção dos médicos.

Com a abertura das atividades e relaxamento da população, os jovens foram os primeiros que aproveitaram o início da liberação, o que foi determinante para o aumento das infecções. Por ser uma doença de transmissão respiratória, precisa do contato entre as pessoas. Os jovens têm uma preferência pelo contato com outras pessoas, porém, quando eles vão para casa, podem entrar em contato com outros membros da família que estão se resguardando porque sabem dos riscos.

Segundo Leonardo Cordeiro, fisioterapeuta do Hospital e Clínica São Gonçalo (HCSG), em São Gonçalo, "na primeira onda, a idade dos pacientes que procuravam atendimento era maior do que 65 anos e agora está menor que 45 anos, o que preocupa na evolução do contágio aos mais jovens e, consequentemente, aos idosos que geralmente apresentam diversas comorbidades".

Muitas pessoas estão se internando nessa faixa etária, explica, que complementa: "o descaso dos jovens realmente é uma preocupação de todos, principalmente agora nas festas de final de ano e nesse período de janeiro, que são as férias oficiais escolares. Temos que redobrar a atenção desse público, porque muitos estão banalizando as informações, talvez até mediado pelas *fake news*".

"Deve-se redobrar a atenção do uso das máscaras, evitar aglomeração, fazer uma boa lavagem das mãos sempre que tocar em superfícies ou em outras pessoas. E com uso do álcool gel sempre. Essas informações têm que ser passadas para o público de maneira veemente. Um detalhe muito importante é evitar lugares fechados e, se estiver em contato com outras pessoas, manter o distanciamento e o uso de máscara durante as conversas. Acredito que essas recomendações são importantes para qualquer público, seja de crianças, idosos e principalmente nesse grupo de jovens, que agora vem crescendo", conclui.

Trump: 'Nem pensar em derrubar esse muro'

Um dia após grandes grupos norte-americanos anunciarem que suspenderam doações aos republicanos que apoiaram a invasão ao Capitólio, sede do Congresso dos EUA, Donald Trump foi ao Texas nesta terça-feira para participar da inauguração de um novo trecho do muro na fronteira entre o território norte-americano e o México.

Banido de todas as principais redes sociais o presidente se disse limitado na expressão. "Eu gostaria de dizer que a liberdade de expressão está sobre grave ameaça", disse, sem lembrar a sua total aversão sobre a importância d imprensa. Ele é alvo de um pedido de impeachment, que será votado na Câmara dos Deputados a partir desta quarta-feira. Acusado de incentivar a insurreição, Trump disse ser contra qualquer ato de violência.

"Nós acreditamos e respeitamos as tradições. Acreditamos no Estado de Direito e não na violência", afirmou o presidente. "É hora da paz e da calma. Respeitar as forças policiais e as pessoas maravilhosas das forças policiais. Essas pessoas são a fundação da América Grande. Somos a nação da Lei e da Ordem", completou, sem fazer qualquer referência à legitimidade da vitória de seu sucessor, Joe Biden.

Ao visitar o muro na fronteira com o México, uma das suas grandes bandeiras de campanha, Trump segue utilizando a reta final do seu mandato para cumprir eventos e adotar medidas de conotação ideológica.

Na visita à construção de concreto e aço em Alamo, no Texas, o atual presidente falou em "governo Biden" e enfatizou que o democrata não poderá desfazer a obra. "O próximo governo não pode nem pensar em derrubar esse muro. Eu não acredito que isso vá acontecer", disse Trump.

Inflação para baixa renda fecha 2020 com alta de 5,45%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou 2020 com alta de 5,45%, o maior desde 2016, quando subiu 6,58%. O resultado superou o percentual alcançado em 2019: 4,48%. Em dezembro, o INPC avançou 1,46% frente a alta de 0,95% do mês anterior.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou nesta terça-feira o indicador, essa elevação foi a maior variação mensal desde janeiro de 2016 (1,51%) e a maior variação para um mês de dezembro desde 2002 (2,70%). Em dezembro de 2019, a taxa foi de 1,22%.

O INPC é calculado com base em famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, tendo como referência a pessoa assalariada e residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju, além do Distrito Federal.

Em dezembro, os preços dos produtos alimentícios avançaram 1,86%, enquanto em novembro registraram 2,65%. Movimento diferente dos não alimentícios que apresentaram alta de 1,33%, após elevação de 0,42% em novembro.

O IBGE informou ainda que todas as áreas pesquisadas apresentaram aumento no mês. O menor percentual foi o de Aracaju (0,89%), influenciado pelas quedas de 2,22% nos preços de aparelhos telefônicos e de 2,92% nos do pão francês. São Luiz foi a área onde houve o maior índice, com alta de 2,09%, impactado, principalmente, pelo avanço de 10,82% no preço das carnes.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE n° 33.3.0029696-4
AVISO AOS ACIONISTAS

A Administração da ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. comunica aos senhores acionistas que na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2020 foi aprovado o aumento de capital de R$ 4.474.460.921,82 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos) para R$ 4.525.360.921,82 (quatro bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), com a emissão de 52.730.101 (cinquenta e dois milhões, setecentos e trinta mil, cento e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,9652930437111 por ação, na forma do §1º, inciso II, do art. 170 da Lei 6.404/76, sendo fixado o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicidade do presente aviso, para que os acionistas exerçam seu direito de preferência para subscrição das novas ações, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, conforme previsto no artigo 171, §4º, da Lei 6.404/76. O material concernente ao aumento de capital ora aprovado encontra-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andares, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2021.
Ricardo Hajime Yoshio Watanabe - Diretor Financeiro

VIDROS DA GLÓRIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME Nº 31.614.378/0001-09 - NIRE 33210623818

Ata da AGE em 06/11/20. 1. Data, Hora e Local: No dia 06/11/20, às 9h na sede da Vidros da Glória Participações S.A. ("Cia." ou "Vidros da Glória"), na Rua Alcindo Guanabara, 25/1.804, Centro/RJ. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da única acionista da Cia., Vidigal Participações S.A., titular da totalidade das ações de emissão da Cia., conforme presença registrada no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Art. 127 da Lei 6.404/76. 3. Mesa: Presidiu a reunião o Sr. Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque, que convocou o Sr. Thiago Sguerra Miskulin para secretariar os trabalhos. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (a) o Protocolo e Justificação da Incorporação da Vidros da Glória Participações S.A. pela Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. ("Nadir Figueiredo"), celebrado em 26/10/20 ("Protocolo" e "Incorporação Vidros da Glória"); (b) a Incorporação Vidros da Glória; e (c) a autorização para que a Diretoria pratique todos os atos necessários para a implementação das matérias acima. 5. Deliberações: Preliminarmente, foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias constantes da Ordem do Dia e aprovada a lavratura desta ata na forma de sumário. Em seguida, após exame das matérias constantes da ordem do dia, o acionista único da Cia. deliberou, sem quaisquer ressalvas: **a) aprovar** o Protocolo da Incorporação Vidros da Glória, nos termos do Anexo I à presente ata; **b) aprovar** a Incorporação Vidros da Glória, nos termos e condições constantes do Protocolo da Incorporação Vidros da Glória ora aprovado, sujeita tão somente à sua aprovação também pela AGE da Nadir Figueiredo; e **c) autorizar** a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias ora aprovadas. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa**: **Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque** - Presidente da Mesa; **Thiago Sguerra Miskulin** - Secretário. **Acionista Presente: Vidigal Participações S.A.** (por seus Diretores Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque e Thiago Sguerra Miskulin). Jucerja em 17/12/20 sob o nº 3986700. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

EMPRESA CIDADÃ

Paulo Márcio de Mello
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)
paulomm@paulomm.pro.br

O melhor negócio do mundo

Desde janeiro de 2001, repetimos este título na semana que compreende o dia 17, pois nesta data, com este título, começou a ser editada a coluna Empresa-Cidadã. Estamos, portanto, ingressando no 21º ano de existência. De lá para cá, muita coisa mudou. O próprio título, "O Melhor Negócio do Mundo", já não seria utilizado, senão em casos especiais, como o desta edição festiva. Emergimos de uma fase ingênua quanto aos conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como quanto à finalidade de uma corporação privada.

Uma empresa privada serve para quê? Para dar lucro aos seus acionistas ou proprietários, dirão alguns em um extremo das opiniões. Esta seria uma racionalidade única? Não, diriam outros. Servem também para gerar empregos e impostos e que para sobreviver na realidade complexa da atmosfera terrestre dos negócios; outras habilidades são requeridas e desenvolvidas, como a capacidade de cooperar, de ser solidário, de negociar com "*fairtrade*", e de se preocupar com as condições ambientais, da extrema concentração inerente e inevitável do modo capitalista de produzir.

Fragilidade

"O tempo abre todas as feridas" (John Lennon)

De 1861 a 1865, na América do Norte, estados confederados destacaram-se daquilo que se formara como os Estados Unidos da América. Em decorrência da guerra, conhecida como Guerra de Secessão, ou Guerra Civil Norte-americana, morreram cerca de 700 mil pessoas. Outro resultado da Guerra, que terminou com a apresentação da rendição ao gen. Ulysses Grant (União), pelo gen. Robert Lee (Confederação), foi a abolição da escravidão negra, beneficiando cerca de 4 milhões de pessoas – quase todas no Sul (agrícola) – enquanto o Norte se industrializava e tinha por isso, interesse econômico direto na abolição.

O novo ciclo político e econômico aberto no pós-Guerra Civil, com algo análogo a um colonialismo interno, negligenciou iniciativas de convivência, resultando em focos de fogo-fátuo que ardiam pelo Sul, com expressões de ódio e inconformismo lideradas institucionalmente (exemplo: Ku Klux Kan), ou pessoalmente (exemplo do governador George Wallace, Alabama/AL), incinerando, desde aquela época, as possibilidades de construção de um país unificado.

Bastou uma liderança tresloucada, para exibir toda a fragilidade da "maior democracia do mundo". Estariam os EUA diante da volta dos mortos-vivos ou, ao contrário, vendo a agonia nos movimentos do cardume cujo lago subitamente secou?

Boi de piranha e abutres

Quando se anuncia o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, negligenciando assim a utilização de uma das mais eficientes ferramentas para conter a fantástica concentração da renda no Brasil; quando se nega o direito à atualização da tabela do desconto do Imposto de Renda na fonte, onde ela está atolada há quatro anos; quando se anuncia a inflação acima da média e concentrada no item alimentos, injuriando com isso as camadas mais necessitadas da população, arriscam-se os mesmos de sempre a clamar por coisas que não tem nada a ver com a retirada da Ford Motors Company do Brasil, mais uma vez. A empresa passa por um processo internacional de ajuste estrutural, premida pela necessidade de rápida adaptação às mudanças tecnológicas previstas para o setor.

A Ford que se despede agora não é a primeira Ford que aqui se instala. Houve a primeira em 1919. Houve outra, junto com a Autolatina, há a atual... boi de piranha para dar um argumento aos abutres que, em seguida, cantam e decantam que a empresa, mais uma vez retirante, é vítima da ausência de reformas. Logo a Ford, beneficiária de tanta renúncia fiscal da União e de estados.

Uma empresa privada serve para quê?

Sei não... acho bom revistar as mochilas na saída. Tem que devolver um R$ 20 bilhões. Por baixo.

Venda de passagem de ônibus em aeroportos

Reduzir os riscos de transmissão, dando mais conforto ao passageiro

Com o objetivo de estimular o turismo multimodal e ampliar a segurança e o conforto do passageiro, a Abrati, associação que representa as empresas de transporte interestadual, vem estimulando suas associadas a criar espaços de venda de passagens e pontos de embarque nos aeroportos.

A primeira delas será inaugurada em breve no aeroporto de Brasília, com vendas de passagens para destinos que utilizam Brasília como hub, ou seja, como um grande ponto de distribuição de passageiros para cidades do interior de Goiás, Tocantins, Bahia, etc.

Por exemplo, uma pessoa que cuja origem ou destino sejam as cidades de Anápolis (GO), Campos Belos (GO) ou Alto Paraíso de Goiás (GO), com destino ou São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), ou qualquer outra capital, poderá fazer uma viagem multimodal com muito mais conforto e agilidade, utilizando o avião e os ônibus para a ligação rodoviária, sem ter que se deslocar ao terminal rodoviário em Brasília e dali mesmo já seguir de ônibus para a sua cidade.

"Nosso objetivo é dar conforto, preço acessível e agilidade ao passageiro, facilitar a vida dele, com uma infraestrutura adequada e segurança, especialmente no período pós-pandemia, quando viajar pelo Brasil certamente ainda será o mais seguro a se fazer", explica Letícia Pineschi, conselheira da Abrati.

De acordo com ela, a inauguração da agência é apenas a primeira etapa do projeto, mas, a ideia é que, em breve, as linhas de ônibus possam atender direto dos diversos aeroportos do país.

"Esse projeto partiu das conversas que o setor representado pela ABRATI estabeleceu com o Ministério do Turismo nos últimos meses para facilitar e promover o turismo nacional rodoviário seguro. Isso não apenas trará receita para as cidades turísticas, mas também ajudará a retirar o cidadão desavisado das ciladas armadas pelos transportes alternativos ou clandestinos, que literalmente matam e trazem insegurança nas rodovias para toda a sociedade", explica.

A conselheira lembra que somente as empresas autorizadas ao transporte regular estão autorizadas a operar linhas e vender assentos em um só sentido, ida ou volta individualmente, além, é claro, de serem as únicas que efetivamente tem os protocolos de prevenção a Covid-19 averiguados pela fiscalização da ANTT.

Acessos difíceis

Outra tendência do turismo no pós-pandemia é a interligação rodoviária de algumas rotas conhecidas para locais de difícil acesso. Como, por exemplo, a acesso à famosa Rota das Emoções, que compreende Fortaleza (CE), Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA).

"A nova rota parte do aeroporto de Fortaleza, passando pela rodoviária de Fortaleza (Terminal João Tomé) e pela Avenida Beira Mar, onde fica a maior parte da rede hoteleira da cidade", explica Letícia Pineschi, conselheira da Abrati. A linha contará com 7 partidas diárias, em 5 linhas diferentes, cobertas por ônibus executivos.

Para o acesso a Vila de Jericoacoara, o serviço termina na sede do município de Jijoca e o percurso até a vila é finalizado em caminhonetes adaptadas, as conhecidas Jardineiras, em parceria com a Cooperativa Cooperjeri, maior operadora local (o tíquete pode ser adquirido juntamente com a passagem rodoviária).

Além disso, a compra da passagem pode ser feita online pelo no site ou aplicativo de vendas da empresa. "A Rota das Emoções poderá ser totalmente percorrida pelo transporte rodoviário regular, com mais qualidade e mais frequência, sem que o turista dependa de formar grupos para locação de fretados", comemora Letícia.

STJ nega novo pedido de fechamento da Avenida Niemeyer

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, negou nesta terça-feira um novo pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) para interditar a Avenida Niemeyer, no Rio de Janeiro.

O ministro reconheceu o "esforço argumentativo" do MPRJ, mas disse que o pedido se baseou somente em reportagens na imprensa, não tendo sido anexado pelo órgão "laudo técnico atual para embasar seu temor com relação a possíveis deslizamentos que possam causar graves prejuízos à segurança dos cidadãos".

A Assessoria de Recursos Constitucionais Cíveis do Ministério Público do Rio de Janeiro (ARC Cível/MPRJ) recorreu ao STJ pedindo a suspensão de uma liminar que mantém a avenida aberta, depois que uma chuva em 30 de dezembro provocou novo deslizamento na Niemeyer, levando à interdição da via por algumas horas.

No processo, a prefeitura do Rio defendeu que a via permaneça aberta, alegando que o deslizamento mencionado pelo MPRJ teria sido, na verdade, um torrão de terra do tamanho de uma palma de mão.

"O município do Rio de Janeiro apresentou laudo técnico atual, de 5 de janeiro de 2021, elaborado pela Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro, por meio do qual há informação técnico-científica no sentido de que não há nenhum risco aos transeuntes com a continuidade da liberação da Avenida Niemeyer", escreveu Martins na decisão em que negou novo fechamento da via.

A avenida foi interditada no dia 27 de maio de 2019, quando o TJRJ determinou seu fechamento após um temporal que atingiu a cidade e provocou deslizamentos de terra na via suspensa, que liga os bairros do Leblon e Vidigal ao de São Conrado, na Zona Sul da capital fluminense.

SP Farma Metropolitana S.A. - CNPJ nº 28.927.087/0001-66 - Companhia Fechada - **Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária** - Ficam convidados os senhores acionistas da **SP Farma Metropolitana S.A.** a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada virtualmente via Zoom com link de acesso: https://us02web.zoom.us/j/88307455923, no dia 25 de janeiro de 2021, às 18h45, em primeira convocação, às 19h00, em segunda convocação e às 19h15 em terceira e última convocação, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019; (ii) eleição dos seguintes cargos: Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; e, (iii) deliberar sobre a proposta de reorganização societária. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 22 de janeiro de 2021, até às 17h30. A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Sumaré, 08 de janeiro de 2021. Edison Gonçalves Tamascia - Presidente do Conselho de Administração.

HOTÉIS CHAMI S/A
CNPJ: 42.446.716/0001-67
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2017
RETIFICAÇÃO: Na edição do dia 28/08/2018, página 13, **onde se lê:** Luciene Rosa de Sá - CRC-RJ-096.517/O-7, CPF: 051.429.917-70; **leia-se:** Luciene Rosa de Sá - Contadora - CRC-RJ-096.517/O-7, CPF: 051.429.917-70.

EDITAL DE ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA
O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, com **CNPJ** sob o nº **33.094.269/0001-33,** situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, **CONVOCA** todos os empregados da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP que atuem na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual no dia 14 de janeiro de 2021 a partir das 18:00hs, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre a proposta apresentada pela empresa para celebração de acordo coletivo de trabalho que irá reger as condições de trabalho a partir de 01 de setembro de 2020 à 31 de agosto de 2022, bem como apreciar a proposta de participação nos lucros e resultados da Empresa. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2021
ADRIANA DA SILVA NALESSO
Presidente

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO 009/2021 - Senad/MJSP
BENS MÓVEIS
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas/Senad, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado do Rio de Janeiro, torna público que será realizada licitação, na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE, na modalidade ELETRÔNCIO, através do endereço eletrôncio www.brameleiloes.com.br, na data de **29 de janeiro de 2021, a partir das 11:00 horas**, para venda do(s) bem(ns) móvel(is) de propriedade da Funad, a ser conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial LEANDRO DIAS BRAME, inscrito na JUCERJA nº 130, por força do contrato nº 97/2020, em conformidade com a legislação vigente, do(s) bem(ns) descrito(s) a seguir: **Lote 01)** CAMINHÃO TRATOR / Marca: I / Modelo: SINOTRUK HOWO 6X2 380, cor PRATA, ano/modelo 2011/2011, DIESEL, PLACA AVN7390 (Campo Grande/MS), CHASSI LZZ5CGSB6BW637480, motor 110707011607 e RENAVAM 00472113488, avaliado em **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Lote 02)** CARROCERIA ABERTA - SEMI-REBOQUE / Marca: SR / Modelo: GUERRA AGCS, cor VERMELHA, ano/modelo 2002/2003, PLACA DAJ2527 (Jardinópolis/SP), CHASSI 9AA07082G3C039724 e RENAVAM 00792032365, avaliado em **R$ 20.000,00 (vinte mil reais); Lote 03)** CARROCERIA ABERTA - SEMI-REBOQUE / Marca: SR / Modelo: GUERRA AGCS, cor VERMELHA, ano/modelo 2002/2003, PLACA DAJ2537 (Jardinópolis/SP), CHASSI 9AA07102G3C039723 e RENAVAM 00792031644, avaliado em **R$ 20.000,00 (vinte mil reais); Lote 04)** MOTOCICLO / Marca: HONDA / Modelo: NX-4 FALCON, cor PRETA, ano/modelo 2006/2006, GASOLINA, PLACA LUZ6836 (Magé/RJ), CHASSI 9C2ND07006R005486, motor ND07E-6005486 e RENAVAM 887608078, avaliada em **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); Lote 05)** Veículo automotor da marca FIAT, modelo PALIO HLX FLEX, cor CINZA, ano/modelo 2006/2007, combustível ALCOOL/GASOLINA, PLACA LUY8737 (Rio de Janeiro/RJ), CHASSI 9BD17141T72818987, motor P2*0236435* e RENAVAM 897155335, avaliado em **R$ 8.000,00 (oito mil reais); .** Edital na integra no escritório e no site do leiloeiro www.brameleiloes.com.br. Rio de Janeiro, aos 11 (onze) dias do mês de janeiro do ano de 2021. LEANDRO DIAS BRAME, Leiloeio Público Oficial.

Impacto na economia sem auxílio emergencial e benefícios às empresas

A continuação da pandemia e de seus efeitos negativos na economia do país, somada ao fim do auxílio emergencial oferecido pelo governo brasileiro, certificam uma dura realidade: milhões de brasileiros começaram o ano sem ter como pagar suas contas. Essa ajuda, que se mostrou primordial para enorme parcela da população, chegou ao fim sem nenhum anúncio de um novo programa social para substituir a renda extra. Pesquisa recente publicada pelo Datafolha apontou que, entre as famílias que receberam o benefício, 36% não têm outra fonte de renda.

O advogado e economista Alessandro Azzoni confirma a previsão de um cenário preocupante para esse início de 2021. "Com o fim do auxílio emergencial, teremos uma queda acentuada no poder de compra das famílias, o que irá provocar uma natural retração da demanda. Essa ajuda deveria continuar, pois as famílias poderiam equilibrar a renda e sobreviver, pois não têm de onde tirar recursos. E se você partir para um novo isolamento social horizontal, como foi feito em algumas cidades, isso neutraliza alguns setores empresariais e causa um impacto na economia", afirma Azzoni.

Embora defenda a manutenção do auxílio, o economista reconhece que o governo atingiu o teto de gastos e precisa arrumar recursos para oferecer novos incentivos. "As saídas são: ampliar o teto dos gastos públicos, aumentar a arrecadação ou reduzir gastos do governo".

Alessandro Azzoni aponta algumas saídas. "O governo tem que fazer a sua lição de casa, continuar com as reformas propostas e o pacote de privatizações, que ainda não avançou. As privatizações reduzem os gastos da máquina e geram capital para o caixa do governo, em um fluxo positivo. Isso seria um dos passos que ainda não avançou", comenta.

O segundo passo, vital segundo o especialista, passaria pelas reformas administrativa e tributária. "A reforma administrativa é uma das mais importantes na minha opinião, pelo alto custo da folha de pagamento. Se você somar os gastos com previdência e funcionalismo público, temos quase 90% do orçamento comprometido. Isso provoca endividamento para tocar as obras de infraestrutura. E a reforma tributária tem que ser mais favorável ao setor produtivo, deveria trazer redução da carga, mas nenhuma das propostas apresentadas falam em reduzir, pelo contrário, falam em aumento, além da criação de um imposto sobre transações eletrônicas", critica Azzoni.

A alta carga tributária do país é apontada como um obstáculo ao crescimento pelo economista. "Se você reduz os tributos, você consegue aumentar a arrecadação e isso pode ser feito. Precisamos reduzir esses impactos tributários. A tabela do Imposto de Renda, por exemplo, está defasada desde o governo Lula. Com isso, várias faixas salariais que estariam isentas hoje ainda pagam tributos", finaliza.

Modelo Conceitual do Mercado de Gás

Até 18 de janeiro contribuições poderão ser enviadas à Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) sobre o Modelo Conceitual do Mercado de Gás. A agência realizou na última segunda-feira o 1º Workshop sobre o tema. O evento, realizado por videoconferência via Teams e transmitido pelo canal da ANP no YouTube, teve mais de 300 participantes.

"O Modelo Conceitual do Mercado de Gás é objeto da Consulta Prévia nº 01/2020, cujo prazo para envio de contribuições foi prorrogado até 18/1/2021. Sua publicação consiste na primeira etapa do processo da revisão dos regulamentos que tratam das atividades de comercialização e de carregamento de gás natural, as Resoluções ANP nº 52/2011 e nº 51/2013, respectivamente. A revisão desses atos normativos está prevista na Agenda Regulatória 2020-2021 da ANP".

A ANP disponibilizou, no âmbito da consulta prévia, um questionário sobre o Modelo Conceitual do Mercado de Gás (http://www.anp.gov.br/arquivos/cp/2020/cp01/formulario-comentarios-modelo.pdf), que pode ser preenchido pelos agentes econômicos e demais interessados em participar. Todas as contribuições recebidas na Consulta Prévia nº 01/2020, no workshop e em futuros eventos serão consideradas na elaboração da proposta de resolução, cuja minuta passará por consulta e audiência públicas antes de sua publicação final.

"O documento colocado em consulta prévia tem o intuito de apresentar os principais elementos que constituem o mercado de gás natural e contém um conjunto de questões para discussão endereçados aos agentes de mercado, representantes da sociedade civil ou qualquer cidadão interessado no tema", afirmou o superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP, Helio Bisaggio, na abertura do workshop. Ainda segundo ele, "os workshops realizados têm como objetivo aumentar a interação da Agência com os interessados e agentes envolvidos na construção do Novo Mercado de Gás"

Normas

A principal discussão foi sobre a caracterização do mercado de gás natural e do relacionamento comercial entre os agentes, definições que influenciarão as normas de: contratação de capacidade de transporte; compra e venda de gás natural no mercado físico ou em mercados organizados (mercado de balcão e bolsa); e participação em mecanismos de contratação destinados a promover ações de balanceamento.

O evento teve ainda participação do Ministério de Minas e Energia (MME), que apresentou uma visão geral do Programa Novo Mercado de Gás, e do Ministério da Economia (ME), que abordou os desafios tributários da indústria do gás natural e a necessidade de competição para criação de um mercado aberto.

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Polêmicas encobrem inépcia do governo na Educação

Por César Silva

Mais uma vez o Ministério da Educação e seus órgãos auxiliares – agora é a vez do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – protagonizam uma polêmica que atinge diretamente quase 6 milhões de jovens estudantes e ao menos 25 milhões de brasileiros, se forem considerados pais e responsáveis. Ao manter as datas das provas do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, só corrobora com o fato comentado inclusive internamente pelos próprios funcionários de carreira: a atual gestão é, sem sombra de dúvida, a pior de todas que existiram nos últimos 30 anos.

No momento em que o Brasil supera a marca de 1.000 mortes diárias por coronavírus na média móvel, quando o país bate a marca de 200.000 óbitos e mais de 8 milhões de casos da doença desde o início da pandemia, o governo federal decide expor milhares de cidadãos em espaços fechados por pelo menos duas horas, sem qualquer controle eficiente para evitar a contaminação.

Pode parecer uma alegoria grosseira comparar a realização do Enem, e sua aglomeração nos campi de provas, com os comboios de judeus levados aos banhos de gás; mas não pode deixar de ser feita.

As provas foram adiadas quando não se havia certeza do que viria pela frente e agora leva-se quase 6 milhões de estudantes brasileiros, nos dias 17 e 24 de janeiro, dois domingos seguidos, para células de alto risco de contaminação, sob a alegação de termos que dar direito aos estudantes ao acesso ao ensino superior. Isto faz sentido?

Sem estratégia de ação e sem um plano de atendimento às políticas públicas vigentes, fará realmente diferença essa irresponsabilidade?

É antagônico saber que o Inep mantém as provas do Enem, mas não realiza, desde março de 2020, visitas para as instituições de ensino superior privadas, permitindo que estas instituições ofereçam novos cursos com condições e estrutura adequada para esta nova realidade social, com menos presencialidade e condições de ensino remoto.

Temos apenas 240 mil vagas disponíveis para estudo gratuito em instituições federais; são apenas 125 mil vagas integrais e 130 mil vagas com 50% de desconto ofertadas em instituições privadas pelo Programa Universidade para Todos, o Prouni; e um número cada vez menor de vagas ofertado pelo programa Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies.

Se houvesse real interesse em ofertar oportunidades de acesso ao ensino superior, neste momento de exceção e isolamento por uma crise epidêmica, o governo, por meio do MEC, teria outras formas mais seguras de atender os jovens brasileiros sem colocá-los em real risco de morte.

Como esperar bom senso de uma pasta em que o ministro confunde Sistema Unificado de Seleção para o Ensino Superior, o Sisu, com Prouni? É pedir demais que se siga a racionalidade e a lógica da ciência no século XXI e se salve a vida de centenas de jovens?

César Silva é diretor-presidente da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) e docente da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec-SP).

BRASIL HOLANDA DE INDÚSTRIA S.A.

CNPJ Nº 33.133.505/0001-83 (todas demonstrações em R$ 1,00)

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.2020

A T I V O	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**174.222.517,65**	**27.132.743,60**
Disponível	18.967,66	6.046,38
Aplicações Financeiras	156.964.212,57	14.695.462,49
Estoque de Imóveis	8.335,05	49.816,83
Impostos a Recuperar	15.788.636,89	10.939.257,06
Contribuições a Recuperar	1.731,20	1.526,56
Outros Créditos a Recuperar	1.440.634,28	1.440.634,28
NÃO CIRCULANTE	**1.162,01**	**1.683,29**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PERMANENTE	1.162,01	1.683,29
Imobilizado	5.212,37	5.212,37
(-) Depreciação	4.050,36	3.529,08
TOTAL DO ATIVO	**174.223.679,66**	**27.134.426,89**

P A S S I V O	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**19.656,06**	**161.866,54**
Ordenados e Encargos	0,00	3.720,00
PIS e Cofins a Recolher	13.124,67	4.154,00
CSLL a Recolher	0,00	0,00
IRRF a Recolher	1.092,18	627,06
Outros Tributos a Recolher	5.439,21	365,48
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	0,00	153.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**174.204.023,60**	**26.972.560,35**
Capital	1.176.926,94	1.176.926,94
Reserva de Lucros	30.235.385,39	30.235.385,39
Lucros /(Prejuízos) Acumulados	(4.439.751,98)	0,00
Resultado Líquido do Exercício	147.231.463,25	(4.439.751,98)
TOTAL DO PASSIVO	**174.223.679,66**	**27.134.426,89**

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019 E 31/12/2020

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo ant. Lucros (Prejuízos) Acumulados	(4.439.751,98)	13.706.880,51
Reserva de Contingência	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	(13.706.880,51)
Lucros /(Prejuízos) Acumulados	147.231.463,25	(4.439.751,98)
Saldo de Lucros (Prejuízos) Acumulados	142.791.711,27	(4.439.751,98)

NOTAS EXPLICATIVAS

Principais Práticas Contábeis: 1. Imobilizado Atualizado até 31/12/20; 2. Aplicações Financeiras atualizadas até a data do Balanço.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras Líquidas	1.130.592,22	2.016.461,89
Indenização para reposição de bem expropriado	155.888.132,31	0,00
Despesas Operacionais	(9.787.261,28)	(6.456.213,87)
Resultado do Exercício	147.231.463,25	(4.439.751,98)
Receita não Operacional Líquida	0,00	0,00
Despesa não Operacional Líquida	0,00	0,00
Resultado antes da Contribuição Social	147.231.463,25	(4.439.751,98)
(-) Prov. p/Contrib. Social s/ Lucro Líquido	0,00	0,00
Resultado antes do Imposto de Renda	147.231.463,25	(4.439.751,98)
(-) Prov. p/Imposto de Renda	0,00	0,00
Lucro Líquido do Exercício	**147.231.463,25**	**(4.439.751,98)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2020 E 2019

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Líquido do Exercício	**147.231.463,25**	**(4.439.751,98)**
Ajustes:		
Redução do Ativo Circulante	(147.076.852,77)	20.214.916,27
Aumento de Capital	0,00	0,00
Aumento do Passivo Circulante	(142.210,48)	(2.072.661,76)
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. OPERACIONAIS	12.400,00	13.702.502,53
Dividendos Pagos	0,00	(13.706.880,51)
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	0,00	(13.706.880,51)
Aumento/Baixa do Ativo Permanente	0,00	0,00
Depreciação	521,28	521,28
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	521,28	521,28
Aumento/(Dimin.) de Caixa Líquido	**12.921,28**	**(3.856,70)**
Saldo do caixa e equiv. - fim do período	18.967,66	6.046,38
Saldo do caixa e equiv. - início do período	6.046,38	9.903,08
Variação Disponível	**12.921,28**	**(3.856,70)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
Capital	1.176.926,94	1.176.926,94
Reserva de Lucros	30.235.385,39	30.235.385,39
Lucros /(Prejuízos) Acumulados	142.791.711,27	(4.439.751,98)
Patrimônio Líquido	**174.204.023,60**	**26.972.560,35**

Sandro Mello Tardelli - Contador - CRC 084990/O-6 - RJ

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Ford deve lucrar mais com fechamento de fábricas no Brasil, dizem analistas

Analistas do JPMorgan disseram nesta terça-feira que o fechamento das três fábricas da Ford no Brasil - em Camaçari (BA), Taubaté (SP) e Horizonte (CE) neste ano - garantirá lucratividade à montadora. Na segunda-feira (11) a segunda maior montadora de veículos dos EUA, comunicou a decisão de fechamento e de redução de cerca de 5 mil funcionários.

Conforme a Forbes, a Ford afirmou que a decisão de parar de montar veículos no Brasil faz parte do plano de reestruturação já anunciado de US$ 11 bilhões, dos quais parte dos US$ 4,2 bilhões em encargos já foram registrados no terceiro trimestre do ano passado.

O analista Ryan Brinkman, JPMorgan, afirmou em relatório que a decisão de fechar as fábricas no Brasil veio em um momento em que investidores têm reclamado sobre a falta de caminho para a lucratividade dos negócios da Ford na América do Sul, citou em comunicado.

"Esperamos que a decisão contribua para reduzir rapidamente os prejuízos das operações sul-americanas, para as quais agora esperamos um resultado financeiro em equilíbrio em 2020, ante prejuízo de US$ 300 milhões anteriormente."

Trabalhadores

Nesta terça-feira, os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica da Ford em Taubaté, interior de São Paulo, fizeram uma mobilização na unidade em defesa dos empregos. A manifestação foi aprovada em assembleia na segunda-feira (11), após a montadora anunciar o encerramento da produção no Brasil. A Ford está há quase 53 anos em Taubaté.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (Sindmetau), Claudio Batista, o anúncio da Ford foi feito de forma unilateral, sem qualquer negociação com o Sindicato. "O Sindicato vai fazer toda luta necessária para tentar reverter essa situação."

A fábrica em Taubaté tem 830 trabalhadores, que contam com estabilidade no emprego até dezembro de 2021, fato que teria sido ignorado pela Ford em seu anúncio. Segundo o Sindmetau, esse período de estabilidade é resultado dos acordos de redução de jornada e salários firmados durante a pandemia.

"Além de serem muitos pais de família, estamos em plena pandemia causada pela Covid-19. Não podemos aceitar isso", afirmou o presidente do Sindmetau. Os trabalhadores também aprovaram que o Sindicato acione os poderes públicos municipal, estadual e federal em defesa dos empregos. De acordo com Claudião, a Ford foi beneficiada por uma série de isenções fiscais ao longo dos anos.

Replan processou 11,6% a mais de óleo do pré-sal em 2020

A Refinaria de Paulínia (Replan), a maior processadora de petróleo do sistema Petrobras, fechou 2020 com o quinto recorde anual seguido de processamento de óleo do pré-sal. A companhia alcançou a marca total de 10.436.207 m³, volume 11,6% superior ao processado no ano anterior, que foi de 9.355.410 m³, informou a estatal nesta terça-feira. A produção da refinaria corresponde a 20% de todo o *refino* de petróleo no Brasil.

De acordo com a estatal, o elevado grau de disponibilidade operacional da Replan e o aumento de produção das plataformas dos campos de pré-sal foram fatores determinantes para que a refinaria atingisse esse resultado. Além do recorde volumétrico de petróleo pré-sal, a Replan também registrou em 2020 o maior percentual desses óleos em relação à carga fresca processada, com 58,7%. Em 2019, esse índice havia sido de 49,4% na refinaria.

Outro recorde alcançado em 2020 foi em relação ao Diesel S-10, com os 3.419.587 m³ produzidos no ano, marca 31,5% superior ao volume de 2019 (2.599.802 m³). A Replan foi responsável por 18% de todo o Diesel S-10 produzido no país, atingindo também o melhor resultado anual de venda local, com 2.321.461 m³, superando em 8% os 2.134.095 m³ do ano anterior. Se considerarmos a produção total de diesel da Replan em 2020, incluindo o S-500, a refinaria alcançou 8.749.116 m³, o que representa 22% de todo o diesel no Brasil e o melhor resultado da unidade nos últimos quatro anos.

Entre os resultados do ano, destacam-se também a produção de derivados como o asfalto CAP 30/45, propeno, nafta petroquímica, Óleo Combustível Exportação (Ocex) e Bunker com baixo teor de enxofre. A refinaria entregou o maior volume de asfalto CAP 30/45 dos últimos seis anos: 342.054 toneladas, enquanto o propeno, com 203.876 toneladas, alcançou o melhor resultado dos últimos sete anos, 8% maior do que a de 2019.

PPSA arrecadou R$ 627,8 milhões para a União em 2020

A Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal brasileira que atua como braço da União na gestão e controle das atividades de exploração e produção de óleo e gás natural, informou nesta terça-feira que arrecadou R$ 627,8 milhões em 2020. A companhia tem a atribuição de promover a venda dos barris nos contratos de partilha, sendo que hoje a estatal possui 17 contratos sob sua gestão.

O resultado foi 33,5% superior ao de 2019 e 119% ao de 2018, quando a empresa iniciou esta atividade. Além disso, também foram arrecadados R$ 76,4 milhões por meio de um Acordo de Equalização de Gastos e Volumes. O acordo foi assinado entre a PPSA e a Petrobras, em junho de 2020, referente à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no campo de Tartaruga Verde Sudoeste, objeto de contrato de partilha de produção assinado em 17 de dezembro de 2018.

Segundo a estatal, em 2020, foram comercializados 2,8 milhões de barris de petróleo da Área de Desenvolvimento de Mero e do Campo de Entorno de Sapinhoá, que operam em regime de partilha de produção, e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás dos Campos de Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Tupi.

Desde 2018, a PPSA já arrecadou R$ 2,68 bilhões para a União, sendo R$ 1,38 bilhão com a atividade de comercialização do petróleo e gás e R$ 1,3 bilhão com equalizações de gastos e volumes realizadas pela companhia em áreas onde a União tem participação nos Acordos de Individualização da Produção.

Criada em novembro de 2013, a Pré-Sal Petróleo atua em três grandes frentes: gestão dos Contratos de Partilha de Produção, gestão da comercialização de petróleo e gás natural e a representação da União nos Acordos de Unitização.

Prévia aponta alta de 1,89% do IGP-M em janeiro

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) teve alta de 1,89% nos primeiros 10 dias (decêndio) de janeiro, informou nesta terça-feira, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O IGP-M é usado para o reajuste de contratos de aluguel, e a divulgação de hoje é uma prévia da pesquisa mensal.

Com o resultado prévio de janeiro, a taxa acumulada em 12 meses aumentou de 23,52% para 24,87%, já que o indicador de janeiro ficou acima do registrado no primeiro decêndio de dezembro: 1,28%.

A pressão para elevar o IGP-M veio principalmente do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que aumentou puxado pelo preço do minério de ferro, que já acumula alta de 134,63% em 12 meses.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), por outro lado, teve desaceleração no primeiro decêndio de janeiro. Cinco das oito classes de despesa consideradas no índice tiveram redução no ritmo de variação de preços, com destaque para passagens aéreas, que fazem parte do grupo educação, leitura e recreação.

ABL Caxias Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 15.841.506/0001-09

Balanços Patrimoniais em 3/12/2018, 2017, 2016, 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Circulante	60	58	569	1.404	1.212
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	1	3	1
Aplicações financeiras	–	–	–	4	19
Contas a receber	–	–	512	1.388	1.157
Impostos e contribuições a recuperar	58	57	52	–	–
Outros ativos	–	–	4	9	35
Não circulante	31.456	18.394	16.201	15.904	12.266
Aplicações financeiras	12.890	–	–	–	–
Contas a receber	–	–	477	309	773
Contas a rec. com partes relacionadas	–	153	2.634	2.716	–
Propriedade para investimentos	18.566	18.241	13.090	12.879	11.493
Total do ativo	31.516	18.452	16.770	17.308	13.478

Passivo	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Circulante	979	1.384	1.405	1.646	2.561
Contas a pagar	31	111	560	–	600
Obrigações por aquisição de bens	921	1.271	844	1.641	1.811
Obrigações fiscais e previdenciárias	7	2	1	5	150
Outras contas a pagar	20	–	–		
Não circulante	18.796	6.252	3.424	4.757	3.275
Ctas. a pagar com partes relacionadas	–	–	–	–	7
Obrigações por aquisição de bens	4.336	4.336	–	–	–
Receita diferida	1.862	1.916	3.250	4.757	3.268
Adiant. p/futuro aum. de capital - AFAC	12.571	–	–	–	–
Provisão para contingências	–	–	174	–	–
Outras contas a pagar	27	–	–	–	–
Patrimônio líquido	11.741	10.816	11.941	10.082	7.047
Capital social	16.729	15.781	15.781	14.062	10.525
Lucros (prejuízos) acumulados	(4.988)	(4.965)	(3.840)	(3.980)	(3.478)
Adiant. p/futuro aum. de capital - AFAC	–	–	–	823	595
Total do passivo, patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	31.516	18.452	16.770	17.308	13.478

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2018, 2017, 2016, 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)*

Outras receitas (desp.) operacionais	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Despesas gerais e administrativas	(261)	(374)	(250)	(426)	(1.234)
Despesas comerciais	–	–	–	(317)	(832)
Despesas tributárias	(4)	(1)	(59)	–	–
Outras receitas	–	–	–	4	107
Lucro (prej.) antes do res. financeiro	(265)	(375)	(309)	(739)	(1.959)
Resultado financeiro	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Receitas financeiras	484	127	449	280	40
Despesas financeiras	(242)	(877)	–	(43)	(10)
Resultado financeiro líquido	242	(750)	449	237	30
Resultado antes dos impostos	(23)	(1.125)	140	(502)	(1.929)
Lucro / (Prejuízo) do exercício	(23)	(1.125)	140	(502)	(1.929)
Quantidade de ações	20.930.137			14.061.976	10.524.674
(Prejuízo) / Lucro líquido por lote de mil ações - R$	(0,0011)	(0,0538)	0,0067	(0,0357)	(0,1833)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2018, 2017, 2016, 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Prejuízo do exercício	(23)	(1.125)	140	(502)	(1.929)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–
Total de res. abrangentes do exercício	(23)	(1.125)	140	(502)	(1.929)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, 2016, 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	10.525	(1.549)	8.976
Prejuízo do exercício	–	(1.929)	(1.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.525	(3.478)	7.047
Mutações do exercício	–	(1.929)	(1.929)
Saldos em 1º de janeiro de 2015	10.525	(3.478)	7.047
Aumento de capital	3.537	–	3.537
Prejuízo do exercício	–	(502)	(502)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	14.062	(3.980)	10.082
Mutações do exercício	3.537	(502)	3.035
Saldos em 1º de janeiro de 2016	14.062	(3.980)	10.082
Integralização de capital	1.719	–	1.719
Lucro do exercício	–	140	140
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.781	(3.840)	11.941
Mutações do exercício	1.719	140	1.859
Saldos em 1º de janeiro de 2017	15.781	(3.840)	11.941
Prejuízo do exercício	–	(1.125)	(1.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.781	(4.965)	10.816
Mutações do exercício	–	(1.125)	(1.125)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	15.781	(4.965)	10.816
Integralização de capital	948	–	948
Prejuízo do exercício	–	(23)	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.729	(4.988)	11.741
Mutações do exercício	948	(23)	925

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em31/12/2018, 2017, 2016, 2015 e 2014 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das ativ. operacionais	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Lucro (prej.) do exercício	(23)	(1.125)	140	(502)	(1.929)
Ajustes do lucro (prej.) do exercício:					
Juros sobre empréstimos	–	120	–	(201)	–
Atualização monetária	–	1	(73)	(47)	(21)
Atualização contratual	220	877	–	–	–
Variação monetária	–	6	–	–	–
Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(2)	(30)	(19)
Luc. (prej.) líq. aj. antes das var.ativ. e passivos	197	(121)	65	(780)	(1.969)
Variação de ativos e passivos:					
(Aum.)/Redução em contas a receber	–	989	708	233	(534)
(Aum.)/Red. em impostos a recuperar	1	(5)	(52)	–	–
(Aumento)/Redução em outros ativos	–	4	5	26	(32)
(Aum.)/Red. em créditos c/empr. ligadas	153	2.480	(635)	(2.468)	–
(Redução)/aum. em contas a pagar	(80)	(574)	560	(600)	589
(Redução)/aumento em contas a pagar com empresas ligadas	–	–	792	(7)	7
(Redução)/aumento em contingências	–	(174)	174	–	–
(Redução)/aum. em receita diferida	(54)	(1.334)	(1.507)	1.489	1.485
(Red.)/aum. em obrig. p/aquis. de bens	(350)	4.487	(797)	(170)	(112)
(Redução)/aum. em obrigações fiscais	10	–	(4)	(145)	145
(Red.)/aum. em outras contas a pagar	47	–	–	–	–
Impostos pagos	(7)	–	–	–	–
Cx. líq.(aplic.nas)/ger. das ativ. operac.	(280)	5.873	(756)	(1.642)	1.548
Flux. de caixa das ativ.de investimento					
Resgate de aplicações financeiras	–	19	413	9.919	2.175
Investimentos em aplicações financeiras	(319)	(19)	(409)	(9.874)	(1.501)
Propriedade para investimento	(545)	(5.752)	(211)	(1.386)	(847)
Caixa Líq. aplic. nas ativ. de invest.	(864)	(5.752)	(207)	(1.341)	(173)
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento					
Integralização de capital	948	–	1.719	3.537	–
Adiantamento p/futuro aum. de capital	–	–	(823)	228	595
Caixa Líq. ger. das ativ.de financiam.	948	–	896	3.765	595
Aum./(Red.) de caixa e equiv. de caixa	1	–	(2)	2	1
Caixa e equiv. de caixa no início do exerc.	1	1	3	1	–
Caixa e equiv.de caixa final do exercício	2	1	1	3	1
Aum./(Red.) de caixa e equiv. de caixa	1	–	(2)	2	1
Transações não monetárias					
Aplicações financeiras	(12.890)	–	–	–	–
Adiant. p/futuro aum. de capital - AFAC	12.571	–	–	–	–

Rodrigo Nelson Brum Selles CPF: 075.016.747-52 - Diretor; Simone B. Amaral - Contadora CRC/RJ nº 087.175/O-0

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Relatório da Administração

Prezados acionistas, A Administração da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. **Mensagem Da Administração:** Estamos vivenciando um ciclo de investimentos para atualização tecnológica de um sistema de bilhetagem que remonta ao início dos anos 2000. A redução de 25% no número de passageiros no transporte público de passageiros de 2015 a 2019, potencializada com uma dramática queda de usuários, devido a pandemia, de mais de 40% no ano de 2020, os investimentos necessários para o combate às fraudes que cresceram vertiginosamente a partir de 2018, a existência de sistema de bilhetagem concorrente e a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de estruturar o seu próprio sistema de bilhetagem, processo hoje em andamento no BNDES, colocam uma pressão enorme para evolução de um sistema quase vintenário, com uma necessária redução de custos, tornando-o cada vez mais atrativo aos nossos mais de 5 milhões de usuários frequentes e suportado financeiramente pelos operadores do transporte público no Rio de Janeiro. Este desenvolvimento faz parte do nosso planejamento estratégico, elaborado em conjunto com uma consultoria internacional, que busca atingir o estado da arte em bilhetagem eletrônica, evidentemente, adequando-o à realidade de nosso estado. Estamos confiantes que vamos atingir nossos objetivos respaldados pela nossa capacidade demonstrada até aqui pelos obstáculos vencidos. **Estrutura Societária:**

Desempenho Operacional da Companhia: A Riocard TI, criada com o objetivo de desenvolver e operar soluções tecnológicas de meios de pagamento eletrônico para o transporte público do Estado do Rio de Janeiro, opera em 42 municípios possuindo 8,2 milhões de usuários cadastrados, entre passageiros pagantes e gratuidades. É também operadora do sistema de vale transporte instituído pela Lei Federal 7.418/1985. São 2,7 milhões de cartões de gratuidade distribuídos entre Sênior, Estudantes de escolas públicas, Estudantes de universidades, Vale Social e Especial, além 38,2 milhões de cartões valorados e vale transporte. Implantou e também opera tecnologicamente o benefício do Bilhete Único Intermunicipal, o Bilhete Único Carioca e o Bilhete Único de Niterói, benefícios esses que representam aproximadamente 23 milhões de transações mensais. Por trás de toda essa operação que atinge 5 milhões de transações por dia, existe uma sofisticada infraestrutura computacional que engloba 2 mainframes, 7 servidores físicos, 228 servidores virtuais, 24 mil validadores, processamento em cloud, inteligência artificial, data analytics e uma equipe altamente qualificada. Promovendo evoluções tecnológicas e de produtos, foram implantados: ● Migração de Cartões (Mifare Classic para Plus); ● Criação da Hotlist Online; ● Validadores Online, com recursos de recarga, hotlist e infolog online; ● Lançamento do Aplicativo Riocard Mais; ● Lançamento do Aplicativo Valida Mais para Android; ● Construção de Painéis BI (Qlik Sense) para ações de combate à fraude; ● Criação de mais de 120 painéis do Qlik que colaboraram para acesso mais rápido e com qualidade a informação, que trouxeram benefícios como auxílio nos processos de conciliação financeira e análise de produtividade das lojas; ● Desenho da solução, arquitetura e descrição macro de novo sistema de bilhetagem baseado na junção dos conceitos ABT e CBT; ● Reestruturação do recadastro do Antifraude em uma plataforma (framework e banco de dados) mais nova; ● Implantação da individualização dos ATMs; ● Implantação do PESI (Planejamento Estratégico de Segurança da Informação); ● Compliance Digital (Processos, Riscos, Controles, Requisitos da LGPD); ● Execução de Pentests; ● Instalação de validadores online Prodata nas estações da Supervia para combate a fraude por replay attack; ● Habilitação da recarga e hotlist a bordo nas Vans; ● Renovação dos contratos de Telecom adicionando SDWAN; ● Upgrade dos Chips GPRS para 4G; e ● Troca dos Firewalls do Datacenter. **Dividendos:** A administração da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das S.A, informa que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira, razão pela qual não fará o seu pagamento, observados os procedimentos previstos no parágrafo quinto do artigo 202 da lei 6404/76. **Auditoria:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 foram devidamente auditadas pela EY e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela Lopes, Machado Auditores e divulgadas aos acionistas na forma do artigo 133 da Lei das S.A.. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais colaboradores, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço. A Administração. Renata de Almeida Faria - Diretora Executiva - CPF: 003.774.717-71; Armando Galhardo Nunes Guerra Junior - Presidente Executivo - CPF: 277.764.336-91.

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**605**	2.024
Aplicação financeira - convênio bilhete único	5	**9.619**	21.388
Clientes	6	**26**	265
Partes relacionadas	22	**4.466**	4.237
Tributos a recuperar	7	**366**	178
Adiantamento e despesas antecipadas	8	**328**	599
		15.410	28.691
Não circulante			
Depósitos e cauções		**33**	-
Tributos diferidos	21	**1.217**	-
Imobilizado	9	**7.525**	10.365
Intangível	10	**1.234**	841
		10.009	11.206
Total do ativo		**25.419**	39.897

Passivo	Notas	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	15	**2.346**	1.886
Arrendamento mercantil	11	**6.725**	4.342
Convênio bilhete único	5	**9.619**	21.388
Obrigações sociais e trabalhistas	12	**3.119**	2.448
Tributos a recolher	13	**743**	1.677
Provisões para contingências	14	**83**	91
Partes relacionadas	22	**1.319**	135
		23.954	31.967
Não circulante			
Arrendamento mercantil	11	**-**	5.012
Partes relacionadas	22	**33**	30
Provisões para contingências	14	**821**	770
		854	5.812
Patrimônio líquido	16		
Capital social		**100**	100
Reserva legal		**20**	20
Reservas de retenção de lucros		**491**	1.998
		611	2.118
Total do passivo e patrimônio líquido		**25.419**	39.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros		
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	100	20	4.228	-	4.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.670	4.670
Dividendos	-	-	-	(6.900)	(6.900)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(2.230)	2.230	-
Em 31 de dezembro de 2014	100	20	1.998	-	2.118
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**5.393**	**5.393**
Dividendos (Nota 16.c)	**-**	**-**	**-**	**(6.900)**	**(6.900)**
Reserva de retenção de lucros (Nota 16.d)	-	-	**(1.507)**	**1.507**	**-**
Em 31 de dezembro de 2015	**100**	**20**	**491**	**-**	**611**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Receita operacional líquida	17	**57.378**	50.160
Custos dos serviços prestados	18	**(43.295)**	(29.956)
Lucro bruto		**14.083**	20.204
Despesas gerais e administrativas	19	**(12.168)**	(11.153)
Provisão para contingências	14	**(43)**	(91)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.872**	8.960
Resultado financeiro líquido	20	**5.471**	(372)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**7.343**	8.588
Imposto de renda e contribuição social	21	**(3.167)**	(3.918)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	**1.217**	-
Lucro líquido do exercício		**5.393**	4.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**5.393**	4.670
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**5.393**	4.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**5.393**	4.670
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades operacionais		
(+/-) Provisão para participação nos resultados	**1.080**	-
(+/-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - clientes	**413**	540
(+/-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - adiantamentos e despesas antecipadas	**352**	-
(+/-) Provisão para fornecedores	**292**	573
(+/-) Provisão para contingências	**43**	91
(+/-) Tributo diferido ativo	**(1.217)**	-
(+/-) Depreciação	**10.387**	4.702
(+/-) Amortização	**322**	390
	17.065	10.966
Redução (aumento) nos ativos e passivos		
Clientes	**(173)**	(449)
Partes relacionadas - ativo	**(229)**	(1.567)
Adiantamentos e despesas antecipadas	**(81)**	(28)
Tributos a recuperar	**(188)**	370
Depósitos e cauções	**(33)**	-
Fornecedores	**168**	(629)
Partes relacionadas - passivo	**1.187**	(421)
Obrigações sociais e trabalhistas	**(410)**	1.397
Impostos a recolher	**(934)**	893
	(693)	(434)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**16.372**	10.532
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados	**(7.547)**	(9.446)
Aquisição de Intangíveis	**(715)**	(477)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	**(8.262)**	(9.923)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	**(6.900)**	(6.900)
Arrendamento mercantil obtido	**16.717**	9.929
Arrendamento mercantil amortizado	**(19.346)**	(4.931)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	**(9.529)**	(1.902)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.419)**	(1.293)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.024**	3.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**605**	2.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Histórico e contexto operacional: A RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("RiocardTI" ou "Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo para tal desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ("SBE") do setor de transportes coletivos de passageiros do estado do Rio de Janeiro, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados para outras Companhias que venham a se utilizar comercialmente dos sistemas de bilhetagem eletrônica. A Companhia foi contratada pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("Fetranspor") para a prestação de serviços e oferecer soluções personalizadas em meios eletrônicos de pagamento relacionados a Lei do Vale Transporte nº 7.418/85 e das Leis do Bilhete Único Intermunicipal nº 5.628/09 e Lei Municipal nº 5.210/10. A Fetranspor é o principal cliente da Companhia e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a receita bruta dos serviços prestados para a Fetranspor é superior a 93% do total da receita auferida pela RiocardTI. Indiretamente a Fetranspor possui o controle da Companhia, através da holding RioPar Participações S.A. ("RioPar"). A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Em 27 de Janeiro de 2010, a RioCardTI celebrou o Termo de Convênio 01/2010 ("Convênio/2010") com a Secretaria de Estado de Transportes ("SETRANS"), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio/2010 estabelece que a Companhia realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios as transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela SETRANS. Em 31 de Janeiro de 2012, foi celebrado novo Termo de Convênio 01/2012 ("Convênio/2012"), que em 31 de Janeiro de 2013 foi substituído pelo Termo de Convênio 01/2013 ("Convênio/2013"), mantendo as mesmas características operacionais. Com base na cláusula terceira do Convênio/2013, sua vigência foi prorrogada através de três aditivos consecutivos de 01/10/2013 a 30/08/2015, permanecendo inalteradas as condições operacionais estabelecidas no Convênio/2013. O quarto aditivo do Convênio/2013, em vigor a partir de 01/09/2015 a 30/04/2016, estabeleceu um prazo de 15 dias úteis para a Companhia responder possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso seja identificado pela a auditoria da SETRANS. O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do quinto e sexto aditivos, de 01/05/2016 a 31/08/2017, mantendo as mesmas obrigações operacionais do quarto aditivo. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei de Companhias por Ações e Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da RiocardTI em 198 de maio de 2017. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras que foram apresentadas a valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber, transações com partes relacionadas e depósitos e cauções. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar. **3.3. Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Será constituída provisão para devedores duvidosos em montante considerado suficiente pela Administração, desde que a recuperação de crédito seja considerada duvidosa. **3.4. Saldos em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. Os bens adquiridos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado. Estão sendo amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens e revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. **3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares cuja composição está demonstrada na Nota 9. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida é revisado no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **3.7. Tributação sobre a receita bruta:** São impostos incidentes sobre a prestação de receita serviços. A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de integração social ("PIS") de 0,65%. • Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") de 3%. • Imposto sobre serviços ("ISS") de 5%. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"). O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Medida provisória nº 627/13 convertida na Lei nº 12.973/14: Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória ("MP") n° 627 que revogou o Regime Tributário de Transição ("RTT") e alterou a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, o PIS e a COFINS. O objetivo desta MP foi estabelecer que os referidos tributos a partir do ano-calendário de 2014 serão determinados segundo as normas da legislação tributária vigente com as alterações trazidas por esta medida provisória. Em maio de 2014, esta MP foi convertida na Lei nº 12.973, objetivando adequar a legislação tributária à legislação societária e as normas contábeis, revogando o RTT e o fim da neutralidade tributária. A referida Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2015. Todavia, permitiu aos contribuintes optarem pela aplicação dos novos métodos e critérios contábeis no cálculo dos resultados fiscais já no ano-calendário de 2014. A Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. **3.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. *Tributos:* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para contingências:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14. *Provisões para crédito de liquidação duvidosa:* A Companhia registra provisões para créditos de liquidação duvidosa no ativo circulante ou não circulante como retificadoras de uma conta de ativo, a partir do momento em que é provável que a contraparte não irá honrar seus compromissos. Sendo assim, todos os créditos vencidos são objeto de provisão, podendo ser tratados como indedutíveis se vencidos há mais de 180 dias, caso contrário dedutíveis. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 6. *Provisão para participação de empregados no resultado:* A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.10. Reconhecimento de receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização. A principal receita da Companhia é gerada com base em um valor unitário para cada transação processada (2015 - R$0,0238 e 2014 - R$0,0227) multiplicada pelo total de transações processadas mensalmente. O valor unitário da remuneração de cada transação processada é determinado anualmente pela Fetranspor em sua Assembleia Geral. **3.11. Resultado financeiro:** Representa receita de juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicação de renda fixa e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas com juros sobre o arrendamento mercantil. **3.12. Arrendamento mercantil:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. Os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2015	2014
Caixa e bancos	**10**	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**595**	2.018
	605	2.024

Referem-se a títulos privados aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e/ou Compromissada DI, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, vinculados a taxas pós-fixada (ou pré-fixada) e com rentabilidade média sobre DI CETIP ("CDI") de 90% (marcação a mercado e taxa nominal na curva). Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. **5. Convênio bilhete único intermunicipal:** A Companhia firmou o Termo de Convênio nº 001/2013 com o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da SETRANS em 01 de fevereiro de 2013 com objetivo de cooperação técnica mediante a operacionalização do SBE- bilhete único, que visa garantir a administração e repasse dos subsídios às concessionárias e permissionárias do transporte público. Com base nesse Normativo, a SETRANS envia semanalmente, recursos financeiros para Companhia. Estes recursos serão repassados diariamente às permissionárias e concessionárias que estão aptas a operar no bilhete único intermunicipal. Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em Caderneta de Poupança caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R$9.619 (R$21.388 em 2014) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo.

6. Clientes	2015	2014
Clientes no país	**978**	805
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(952)**	(540)
	26	265

A Administração monitora suas contas a receber e em 31 de dezembro de 2015 constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para os seus recebíveis com risco provável de não recebimento, podendo ser tratado para fins tributários como dedutível ou indedutível. O saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição por faixa de vencimento:

	2015	2014
A vencer	**26**	265
De 1 a 89 dias	**-**	266
De 90 a 179 dias	**-**	245
A partir de 180 dias (1)	**952**	29
Total	**978**	805

(1) As contas a receber de clientes vencidas há mais de 180 dias aumentaram de R$29 em 2014 para R$952 em 2015, uma vez que seus principais clientes permaneceram sem quitar suas obrigações, motivo pelo qual foi constituída uma provisão para crédito de liquidação duvidosa indedutível para fins de IRPJ e CSLL composta de: Barcas S.A. R$64, Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro ("FAETEC") R$624, Instituto Municipal de Trânsito e Transporte R$238, Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. ("Supervia") R$25 e Outros R$1. Em 2014, parte desse montante R$539 foi registrado no resultado do exercício, sendo R$29 tratado como indedutível para fins de IRPJ e CSLL.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

7. Impostos a recuperar	**2015**	**2014**
IRPJ	**261**	3
CSLL	**54**	-
Pis retido na fonte	**9**	32
Cofins retido na fonte	**42**	143
Total	**366**	178

8. Adiantamento e despesas antecipadas	**2015**	**2014**
Adiantamento	**272**	152
Despesas antecipadas	**408**	447
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (1) e (2)	**(352)**	-
	328	**599**

(1) Refere a cobrança de multa pela SETRANS no valor de R$183 através do Ofício SETRANS/CGBU nº23/2011, em função do descumprimento da cláusula 6ª do Termo do Convênio 01/2010, que previa a obrigatoriedade de aplicar financeiramente os recursos disponíveis (e não empregados na sua finalidade) em conta corrente durante o período de fevereiro a outubro de 2010. A RioCardTI contestou referida multa através do Ofício RioCardTI nº 33/2012, obtendo uma resposta negativa da SETRANS através do Ofício SETRANS/CGBU nº 46/2012. Esse valor foi pago à SETRANS em 19 de março de 2012, embora continuassem as discussões entre as Partes sobre a possibilidade de ressarcimento dos valores pagos antecipadamente, motivo pelo qual até 2015, a RioCard TI manteve uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. (2) Durante a revisão da auditoria da Fundação Coppetec, contratada pela SETRANS para revisar todos os processos relacionados ao pagamento do Bilhete Único, foi identificado inconsistências na apuração de transações processadas pelo SBE de fevereiro de 2012 a janeiro de 2013, valor total de R$169, pagos integralmente. Contudo, após o reprocessamento de dados, houve contestação pela RioCardTI do valor apurado pela Fundação Coppetec, solicitando a devolução de R$78, através dos Ofícios RioCardTI nº 71/2013, nº 322/2014 e nº 11/2015, porém sem resposta até dezembro de 2015, motivo pelo qual a totalidade do recebível continua sendo provisionado.

9. Imobilizado: a) Composição:

	Taxas médias anuais de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido 2015**	**2014**
Móveis e utensílios	**10% a 20%**	**98**	**(29)**	**69**	66
Máquinas e equipamentos	**10%**	**2.353**	**(1.633)**	**720**	646
Equipamentos de informática	**20% a 33%**	**29.183**	**(22.459)**	**6.724**	9.653
Instalações		**13**	**(1)**	**12**	-
Total imobilizado		**31.647**	**(24.122)**	**7.525**	10.365

Os equipamentos de informática são adquiridos através de contratos de arrendamento financeiro com o Banco IBM S.A. onde os próprios equipamentos são dados em garantia. Alguns desses equipamentos tiveram a sua depreciação acelerada em função da decisão da Administração de efetuar a troca dos mesmos por outros equipamentos.

b) Movimentações

	2013	**Adição**	**Baixa**	**Saldo 31/12/2014**	**Adição**	**Baixa**	**2015**
Custo							
Móveis e utensílios	43	42	-	85	**13**	**-**	**98**
Máquinas e equipamentos	1.767	220	-	1.987	**366**	**-**	**2.353**
Instalações	-	-	-	-	**13**	**-**	**13**
Equipamentos de informática (i)	12.844	12.732	(3.548)	22.028	**7.155**	**-**	**29.183**
	14.654	12.994	(3.548)	24.100	**7.547**	**-**	**31.647**
Depreciação				-			**-**
Móveis e utensílios	(13)	(6)	-	(19)	**(10)**	**-**	**(29)**
Máquinas e equipamentos	(1.156)	(185)	-	(1.341)	**(292)**	**-**	**(1.633)**
Instalações	-			-	**(1)**		**(1)**
Equipamentos de informática (i)	(7.864)	(4.511)	-	(12.375)	**(10.084)**	**-**	**(22.459)**
	(9.033)	(4.702)	-	(13.735)	**(10.387)**	**-**	**(24.122)**
Total imobilizado	5.621	8.292	(3.548)	10.365	**(2.840)**	**-**	**7.525**

(i) A Companhia em Agosto de 2015 repactuou o contrato de arrendamento mercantil nº 5845 adquirido em janeiro 2014, que resultou em ajuste do valor residual do imobilizado arrendado de R$ 6.012(até agosto 2015) para R$ 6.695 (até dezembro de 2015).

10. Intangível

a) Composição	**Taxas médias anuais de depreciação**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido 2015**	**2014**
Software	20%	**2.364**	**(1.130)**	**1.234**	841
		2.364	**(1.130)**	**1.234**	841

b) Movimentações	**2013**	**Adição**	**2014**	**Adição**	**2015**
Software					
Custo	1.172	477	1.649	**715**	**2.364**
Amortização	(418)	(390)	(808)	**(322)**	**(1.130)**
Total intangível	754	87	841	**393**	**1.234**

11. Arrendamento mercantil

	2015			**2014**		
Moeda nacional	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Arrendamento mercantil	**6.725**	**-**	**6.725**	4.342	5.012	9.354
Total da dívida	**6.725**	**-**	**6.725**	4.342	5.012	9.354

a) Movimentações

Moeda nacional	**2014**	**Baixas**	**Adições**	**2015**
Arrendamento mercantil				
Circulante	4.342	**(14.334)**	**16.717**	**6.725**
Não circulante	5.012	**(5.012)**	**-**	**-**
Total da dívida	9.354	**(19.346)**	**16.717**	**6.725**

Arrendamentos mercantis financeiros transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. São capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os ativos oriundos de arrendamento financeiro estão apresentados na Nota 9.

12. Obrigações sociais e trabalhistas	**2015**	**2014**
Provisões de férias e 13° salário	**1.439**	1.108
Participações nos resultados	**1.080**	760
Imposto nacional de seguridade social ("INSS")	**119**	266
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	**342**	208
Fundo de garantia por tempo de serviço ("FGTS")	**116**	83
Outras obrigações	**23**	23
	3.119	2.448

13. Impostos a recolher	**2015**	**2014**
ISS	**267**	454
PIS/COFINS	**194**	331
IRPJ/CSLL	**-**	853
INSS	**240**	-
Tributos retidos	**42**	39
Total	**743**	1.677

14. Provisões para contingências: No curso normal dos negócios, a Companhia está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível e trabalhista. Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e é mensurado pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

Natureza	**2013**	**Adições**	**2014**	**Adições(1)**	**Reversões(1)**	**2015**
Trabalhistas	770	-	770	**51**	**-**	**821**
Cíveis	**-**	91	91	**-**	**(8)**	**83**
Total	770	91	861	**51**	**(8)**	**904**

	2015	**2014**
Circulante	**83**	91
Não circulante	**821**	770
	904	861

(1) As provisões para contingências com risco provável de perda impactaram o resultado de 2015 em R$43.

15. Fornecedores	**2015**	**2014**
IBM Máquinas	**1.403**	1.190
TDTH Tecnologia da Informação Ltda.	**-**	115
In Time Tecnology e Sistems M.E.	**65**	62
M2M solutions e assessoria	**210**	-
Prodata Mobility	**53**	-
Sul américa Seguros Saude	**90**	-
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software Ltda.	**33**	49
Focus Net S/C Ltda.	**-**	33
TBS Telecom Com. e Serviços de Telefonia e Informática Ltda.	**-**	33
Light Serviços de Eletricidade S.A.	**50**	32
Lav. Manutenção e Reparação de Informática Ltda-EPP	**-**	30
2Know Informática Ltda.	**-**	30
Prisclass Consultoria e Informática Gestão Empresarial	**-**	27
3 M Informática Ltda.	**-**	21
Fontetec Soluções Tecnológicas	**-**	20
Ebix Latim America Tecnologia e Consultoria Ltda.	**-**	19
Zfeire Soluções Tecnológicas de Informática Ltda. ME	**-**	18
GFS Software e Consultoria Ltda.	**-**	16
Planeta Informática Ltda.	**15**	15
RM2B Consultoria em Informática Ltda.	**-**	15
Aquagemini Consultoria em Informática Ltda.	**-**	14
MR DBA Consultoria e Treinamento em Informática Ltda.	**-**	13
RLBB Informática Ltda.	**-**	13
Fornecedores diversos	**135**	121
Provisão para fornecedores	**292**	-
Total	**2.346**	1.886

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente, subscrito e integralizado, é de R$100, e está representado por 100.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00 cada, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliados no País, conforme demonstrado abaixo:

	Ações
RioPar	**85.300**
HLQ Processamento de Dados Ltda. ("HLQ")	**14.700**
	100.000

b) Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. c) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício conforme Estatuto Social. Em 2015 a Administração distribuiu R$6.900 em dividendos (R$6.900 em 2014). d) Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

17. Receita operacional líquida	**2015**	**2014**
Receita SBE	**51.745**	45.492
Receita de outros serviços (1)	**8.034**	5.770
Receita de projetos (2)	**3.192**	3.648
Cancelamentos	**(160)**	-
COFINS	**(1.884)**	(1.647)
PIS	**(408)**	(357)
ISS	**(3.141)**	(2.746)
Receita líquida total	**57.378**	50.160

(1) São receitas de serviços prestados, em sua maioria, relativos a manutenção periódica de sistemas próprios para melhorar a comunicação com o SBE (R$3.600); receitas decorrentes de processamento das transações de transporte das vans municipais (R$1.679); serviços de processamento das transações nos equipamentos RC-700(R$687). (2) São receitas de projetos, em sua maioria, relativos à melhoria do *chip* de processamento dos validadores utilizados nos modais do Estado do Rio de Janeiro (Projeto BDM/RCSAM R$1.270).

18. Custo dos serviços prestados	**2015**	**2014**
Custos e despesas por natureza		
Depreciação e amortização	**(10.005)**	(4.511)
Salários, encargos sociais e benefícios	**(14.738)**	(11.151)
Serviços de terceiros	**(18.483)**	(14.233)
Outros custos	**(69)**	(61)
Total	**(43.295)**	(29.956)

19. Despesas gerais de administrativas	**2015**	**2014**
Prestação de serviços	**(1.475)**	(1.333)
Salários, encargos sociais e benefícios	**(6.211)**	(6.093)
Auditoria e consultoria	**(392)**	(206)
Telefone e comunicação (i)	**(391)**	(442)
Despesas legais	**(122)**	(114)
Aluguéis e condomínios (i)	**(1.155)**	(1.227)
Energia elétrica (i)	**(556)**	(366)
Depreciação e amortização	**(704)**	(581)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(765)**	(540)
Outras despesas	**(397)**	(251)
Total	**(12.168)**	(11.153)

(i) Foi efetuada uma reclassificação dos valores de aluguéis e condomínios (R$735), energia elétrica (R$323) e telefonia e comunicação (R$229) divulgados em 2014 como custo para despesa, para melhor comparabilidade.

20. Resultado financeiro	**2015**	**2014**
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	**219**	410
Juros ativos e descontos	**6.040**	27
	6.259	437
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e tarifas	**(62)**	(27)
Juros passivos	**(726)**	(782)
	(788)	(809)
Resultado financeiro, líquido	**5.471**	(372)

21. Tributos correntes e diferidos: A Companhia optou pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos em cada mês mediante comprovação, através do levantamento de balancetes mensais, que o valor já antecipado excede o valor dos tributos do período em curso. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercício e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de 10% a título de adicional de imposto de renda, conforme previsto em lei. A CSLL é calculada à alíquota de 9%. O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido é formado pela despesa corrente, apurada sobre o lucro tributável do período-base encerrado em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a legislação fiscal vigente.

Corrente	**2015**		**2014**	
	IRPJ	**CSSL**	**IRPJ**	**CSSL**
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**7.343**	**7.343**	8.588	8.588
(+/-) Provisão (reversão) para contingências	**43**	**43**	91	91
(+) Brindes	**30**	**30**	-	-
(+/-) Provisão (reversão) para participação nos resultados	**1.080**	**1.080**		
(+/-) Provisão (reversão) de fornecedores	**292**	**292**	572	572
(+/-) Prov. (reversão) créditos de liq. duvidosa - adiantamento e despesas antecipadas	**352**	**352**	-	-
(+/-) Prov. (reversão) créditos de liq. duvidosa - clientes	**413**	**413**	29	29
(+/-) Amortização de arrendamento mercantil	**3.348**	**3.348**	4.511	4.511
(+/-) Desp. fin. de arrendamento mercantil	**624**	**624**	788	788
(+/-) Pagamento arrendamento mercantil (amortização e juros)	**(3.972)**	**(3.972)**	(5.299)	(5.299)
(+/-) Reconhecimento de receita	**-**	**-**	2.522	2.522
Compensação de base negativa (30%)	**-**	**-**	-	-
Base ajustada	**9.553**	**9.553**	11.802	11.802
IRPJ e CSSL	**2.364**	**860**	2.927	1.062
PAT	**(57)**	**-**	(71)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**2.307**	**860**	2.856	1.062

Diferido	**2015**		**2014**	
	IRPJ	**CSSL**	**IRPJ**	**CSSL**
(+/-) Provisão (reversão) de fornecedores	**292**	**292**	-	-
(+/-) Provisão (reversão) para contingências	**904**	**904**	-	
(+/-) Provisão (reversão) créditos de liq. duvidosa clientes e adiantamentos e despesas antecipadas	**1.304**	**1.304**	-	-
(+/-) Provisão (reversão) para participação nos resultados	**1.080**	**1.080**	-	-
Base Cálculo	**3.580**	**3.580**	-	-
Impostos diferidos ativo de IRPJ e CSSL	**895**	**322**	-	-

A Companhia optou pela apuração do imposto diferido do IRPJ e da CSLL a partir de 2015, uma vez que o planejamento anual prevê sua utilização em até 5 anos com alíquotas de 25% para IRPJ diferido e 9% para CSSL diferida. O impacto no resultado do IRPJ e da CSLL corrente totalizam (R$3.167) e do IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias totalizam R$1.217.

22. Transações com partes relacionadas	**2015**	**2014**
Receita operacional líquida		
Fetranspor	**54.318**	43.666
Barcas S.A.	**233**	680
RioPar	**628**	2.591
Sind. das Empresas de Onibus da Cidade do RJ ("Rioonibus")	**255**	258
Total	**55.434**	47.195

	2015	**2014**
Custo das vendas		
Fetranspor	**-**	547
Total	**-**	547
Despesas gerais e administrativas		
Fetranspor	**888**	173
HLQ	**572**	875
Finplanner Consultoria Ltda.	**-**	85
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. ("BGM")	**12**	13
RioPar	**-**	(20)
Total	**1.472**	1.126

	2015	**2014**
Ativo circulante		
Fetranspor (1)	**4.402**	4.212
Barcas S.A.	**40**	2
Rioonibus	**24**	14
RioCard Cartões S.A	**-**	9
Total	**4.466**	4.237

	2015	**2014**
Passivo circulante		
Fetranspor	**1.154**	63
HLQ	**-**	71
RioPar	**164**	-
BGM	**1**	1
Total	**1.319**	135

	2015	**2014**
Passivo não circulante		
RioPar	**29**	26
HLQ	**4**	4
Total	**33**	30

(1) Em 22 de março de 2004, a Lei Estadual 4.291 instituiu o SBE nos serviços públicos de transportes coletivos no Estado do Rio de Janeiro. Com a entrada dessa lei em vigor, o vale transporte em papel começou a ser gradativamente substituído pelo vale transporte eletrônico e para atender a este novo formato a Fetranspor desenvolveu o SBE, um *software* específico destinado ao processamento e operação das transações relacionadas ao vale transporte eletrônico. Em 10 de setembro de 2007, a Fetranspor constituiu a Companhia. A RiocardTI foi constituída com o objetivo de operar o SBE e efetuar neste sistema os novos desenvolvimentos e manutenções solicitadas pela Fetranspor. A Fetranspor neste momento cedeu à Companhia de forma não onerosa o *software* do SBE. As relações entre a Fetranspor e a Companhia no que diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao SBE estão descritos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre as partes. O contrato atualmente em vigor data de 01 de janeiro de 2013. Nos termos do contrato firmado entre a Companhia e a Fetranspor e também no relacionamento usual no contexto de prestação do serviço de processamento de dados a RiocardTI não possui autonomia para alterar significativamente as funcionalidades do SBE. Adicionalmente, a alienação ou constituição de gravame de qualquer natureza sobre o referido *software* somente poderia ser efetuada com a aprovação da Fetranspor; na condição de cliente e também de acionista controlador da Companhia. Em virtude das características específicas do contrato de prestação de serviços de processamento de dados e pelo fato da Companhia não possuir autonomia para alterações ou alienação do *software,* embora este esteja em sua posse; a Administração da Companhia e de seu acionista controlador entendem que os riscos e benefícios do SBE não foram transferidos à RiocardTI e permanecem com a Fetranspor que detém a efetiva propriedade do SBE. A receita líquida auferida em 2014 em função dos serviços de processamento das transações em nome da Fetranspor totaliza R$43.666 líquido de impostos. Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia:

	2015	**2014**
Salários/encargos	**2.557**	1.975
Participação nos resultados	**216**	106
Outros	**443**	39
Total	**3.216**	2.120

23. Seguros: A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros suficientes para salvaguardar o negócio de eventuais sinistros. **24. Instrumentos financeiros: 24.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos. A administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre o capital no planejamento plurianual. O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber, arrendamento mercantil, partes relacionadas credoras ou devedoras. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, inclusos nos balanços patrimoniais:

Ativos	**2015**	**2014**	**Mensuração**	**Nível Hierárquico**
Caixa e bancos	**10**	6	Custo amortizado	
Aplicação financeira	**595**	2.018	Valor Justo	1
Clientes	**26**	265	Custo amortizado	
Partes relacionadas	**4.466**	4.237	Custo amortizado	
Partes relacionadas - não circulante	**-**	-	Custo amortizado	
Depósitos e cauções	**33**	-	Custo amortizado	
Total	**5.130**	6.526		
Passivos				
Fornecedores	**2.346**	1.886	Custo amortizado	
Partes relacionadas	**1.319**	135	Custo amortizado	
Partes relacionadas - não circulante	**33**	30	Custo amortizado	
Arrendamento mercantil	**6.725**	4.342	Custo amortizado	
Arrendamento mercantil - não circulante	**-**	5.012	Custo amortizado	
Total	**10.423**	11.405		

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio de resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2015 e devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: Risco de crédito: Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrerem perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	**2015**	**2014**
Caixa e banco	**4**	**10**	6
Aplicação financeira	**4**	**595**	2.018
Clientes	**6**	**26**	265
Depósitos e cauções		**33**	-
Total		**664**	2.289

Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor de mercado: Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui contratos de derivativo em aberto. *Caixa e equivalentes de caixa:* A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa que representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos que possuem altas qualificações no mercado. Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos. *Clientes:* Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento das posições em aberto, e quando necessário, constitui uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas prováveis com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais, portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Os valores dos ativos financeiros não são suficientes para cobrir os passivos financeiros da Companhia, contudo Companhia monitora o vencimento dos seus passivos e na ausência de disponibilidades para arcá-la, solicita aporte de capital dos seus acionistas, mitigando o risco de incapacidade de arcar com suas obrigações de curto prazo. A tabela abaixo apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia:

	Nota	**2015**	**2014**
Caixa e banco	**4**	**10**	6
Aplicação financeira		**595**	2.018
Clientes	**6**	**26**	265
Partes relacionadas	**22**	**4.466**	4.237
Fornecedor		**(2.346)**	(1.886)
Arrendamento mercantil	**10**	**(6.725)**	(9.354)
Partes relacionadas	**22**	**(1.352)**	(30)
Total		**(5.326)**	(4.744)

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou financiamentos ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31de dezembro de 2015 e 2014. A dívida líquida inclui os arrendamentos mercantis, fornecedores, partes relacionadas, obrigações sociais e trabalhistas, tributos a recolher, provisões para contingências e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2015	**2014**
Fornecedores	**2.346**	1.886
Arrendamento mercantil	**6.725**	9.354
Obrigações sociais e trabalhistas	**3.119**	2.448
Tributos a recolher	**743**	1.677
Provisões para contingências	**904**	861
Partes relacionadas	**1.352**	165
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(605)**	(2.024)
Total	**14.584**	(14.367)

25. Eventos subsequentes: a) Dividendos: A Administração distribuiu em 2016 R$6.900 de dividendos referente ao lucro apurado no ano de 2015. b) Arrendamento mercantil: O arrendamento mercantil nº 5845 adquirido em janeiro de 2014 junto ao Banco IBM S.A ("arrendador") cujo montante era de R$12.300 financiada em 37 meses foi repactuadoem setembro de 2015 e o saldo remanescente composto de 18 (dezoito) parcelas mensais de R$412, reajustado para 6 (seis) parcelas mensais de R$115 e 12 (doze) parcelas mensais de R$619. Este arrendamento financeiro foi quitado pela Companhia junto ao arrendador, em fevereiro de 2016. Em 2016, a Companhia permaneceu somente com o arrendamento mercantil no valor de R$43 a ser reconhecido no resultado em um ano. c) Aumentos posteriores do valor unitário por transação processada: O valor unitário da remuneração de cada transação processada é determinado anualmente pela Fetranspor em sua Assembleia Geral. A principal receita da Companhia é gerada com base em um valor unitário para cada transação processada (2015 - R$0,0238 e 2014 - R$0,0227) multiplicada pelo total de transações processadas mensalmente. O valor unitário da transação equivale a R$0,0263 em 2016 e R$0,0280 em 2017. d) BUI: O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do quinto e sexto aditivos, de 01/05/2016 a 31/08/2017, mantendo as mesmas obrigações operacionais do quarto aditivo. Tendo em vista a necessidade de regulamentação do disposto na Lei Estadual nº 5.628/2009, o Decreto Estadual nº 45.746/2016, que alterou parcialmente o Decreto Estadual nº 42.262/2010, define o impedimento de cadastro de idosos maiores de 65 (sessenta e cinco anos) e crianças de até 5 (cinco anos) e demais beneficiários de gratuidade em todos os serviços de transporte abrangidos pelo BUI. Com a divulgação da Lei nº 7506/2016, em vigor a partir de 26 de Janeiro de 2017 e do Decreto nº 45.895/2017, o BUI será concedido somente ao usuário que auferir renda mensal de até R$ 3.000,00 (três mil reais). A RioCardTI será responsável por efetuar tais alterações expostas nas legislações citadas no SBE, em função dos ofícios enviados pelo órgão competente SETRANS. e) Cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios - VLT Carioca: Em razão da obrigação assumida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de garantir (garantia não solidária referente a 25% do empréstimo) o financiamento contratado com a Concessionária do VLT Carioca S.A., a RioPar contratou com o Banco Itaú Unibanco S/A ("Banco Itaú ou credor fiduciário") um convênio de fiança, apresentado como garantia, entre outras, os recebíveis a que tem direito a RioPar e a sua controlada RioCard Tecnologia da Informação S.A. (em conjunto considerados "cedentes fiduciantes") em razão de contratos de prestação de serviços celebrados com a FETRANSPOR. Para tanto, foi

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

celebrado com o Banco Itaú contrato de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios, podendo o banco exercer tal direito no limite de até R$ 2.000 por mês. Dinâmica da operação: Nos termos deste contrato de cessão fiduciária, a FETRANSPOR deposita valores devidos em razão dos serviços prestados em uma conta vinculada para, então, serem transferidos aos cedentes fiduciantes em até 1 dia útil, exceto nos casos de inadimplemento contratual da RioPar quando os recursos poderão ser retidos pelo Banco Itaú no valor limite de R$2.000 por mês. A RioPar garante, nos termos do contrato de cessão fiduciária, que no mínimo R$ 7.000 passarão mensalmente na referida conta vinculada. Além da cessão fiduciária, o Banco Itaú conta com depósitos em garantia no valor de R$ 93.000, penhora de um imóvel de propriedade da FETRANSPOR localizado na Barra da Tijuca e aval Fetranspor. Em 31 de dezembro de 2015, referidas contas vinculadas apresentaram saldo nulo, uma vez que não houve inadimplemento pelas partes.

RENATA DE ALMEIDA FARIA
Representante Legal
CPF 003.774.717-71

JULIO CESAR MAGALHÃES CUNHA
Contador - CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Riocard Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Riocard Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais reponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento sobre os controles internos pertinentes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/F-6
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4

Caderneta de poupança faz 160 anos de existência

Modalidade é ainda a preferida dos brasileiros

A aplicação financeira mais utilizada pelos brasileiros completa nesta terça-feira 160 anos. Apesar da pequena remuneração, modalidade segue sendo a "aplicação financeira mais recomendada para pequenos poupadores, uma vez que seu rendimento é líquido e sem Imposto de Renda", explica o economista e professor licenciado da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques – um especialista em educação financeira, membro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) - consultado pela Agência Brasil.

Mesma opinião tem o conselheiro da Associação Nacional de Executivos de Finanças (Anefac)Andrew Frank Storfer, mesmo considerando que a poupança não esteja em um de seus períodos mais rentáveis. "Hoje em dia até que não é das piores, pela baixa taxa de juros atualmente em vigor. A poupança apresenta uma facilidade muito grande para se guardar reservas, quando comparada a alternativas do mercado financeiro que exigem um pouco mais de entendimento e, muitas vezes, volumes maiores de investimento", disse.

"Para baixos valores, a poupança é simples, isenta de Imposto de Renda, não tem taxa de performance e tem liquidez imediata caso alguém precise do dinheiro para emergências", acrescentou o executivo da Anefac.

As regras de remuneração atuais das cadernetas de poupança estão em vigor desde maio de 2012: para cálculo dos juros, deve-se observar o índice de 0,5% ao mês, sempre que a meta da taxa básica de juros (Selic) for maior que 8,5% ao ano. Se a meta da Selic for igual ou inferior a 8,5% ao ano, o índice corresponderá a 70% da meta.

Saldo recorde

Em balanço divulgado recentemente pela Caixa, a poupança apresentou saldo de R$ 387,6 bilhões em setembro de 2020, o que representa avanço de 24,4% em 12 meses. Segundo o banco, esse crescimento, que corresponde a R$ 76,1 bilhões, reflete principalmente o impacto dos recursos creditados por causa do auxílio emergencial e do saque emergencial do FGTS, totalizando 180,8 milhões de contas no fim do terceiro trimestre de 2020.

Poucos sabem, mas a caderneta de poupança significou, ao longo da história, importante papel para muitas pessoas alcançarem liberdades que vão muito além da questão financeira.

Ao aceitar depósitos feitos por escravos, a poupança representou, no passado, uma importante ferramenta para que, ao guardar suas economias, parte da população escravizada conseguisse "comprar" a alforria.

Caixa

Ao ser criada, na cidade do Rio de Janeiro em 1861, com o propósito de "recolher os depósitos de poupança popular no Brasil", a Caixa Econômica deu o primeiro passo para se tornar "a opção de investimento mais segura, acessível e adequada a todos os perfis, desde os pequenos poupadores a grandes investidores", explicou o próprio banco, por meio de sua assessoria. Onze anos depois, com a publicação do Decreto nº 5.153, de 13 de novembro de 1872, a Lei 2.040, publicada um ano antes, foi regulamentada, de forma a possibilitar o recolhimento de depósitos feitos por escravos.

"Trata-se de um assunto que se insere na própria história das transformações e das pressões pelo fim do trabalho escravo no Brasil, que ganhou força na segunda metade do século 19", detalhou o banco à Agência Brasil. Com isso, as caixas econômicas passaram a recolher os depósitos feitos pelos escravos, que utilizavam a poupança para comprar suas alforrias.

Segundo o banco, foi dessa forma que essas instituições passaram, nas diversas províncias brasileiras, a receber depósitos de escravos, emitindo, como no caso do depositante não escravo, uma caderneta de controle dessa movimentação. "A diferença é que na caderneta dos escravos constava o nome do senhor, uma vez que era necessária a autorização dele para que a conta do escravo fosse aberta", acrescentou.

Diversificação

A fim de ampliar cada vez mais o seu público, os serviços de poupança vêm se diversificando ao longo do tempo. No caso do banco com maior participação no mercado de poupança (a Caixa, com 38,7%), o principal deles é a poupança integrada, que é vinculada à conta corrente, bastando ao correntista transferir os valores. Entre os produtos oferecidos pelo banco há ainda a Poupança Azul, modalidade de conta poupança para todas as pessoas, incluindo crianças ou qualquer dependente, e a Poupança Caixa Fácil, modelo simplificado que pode ser aberto até mesmo em lotéricas.

"Se o beneficiário do Bolsa Família abrir uma Poupança Caixa Fácil, passará a receber o benefício diretamente nessa conta", informa o banco. As movimentações também mudaram com o tempo. Atualmente pode ser feito não só por meio de agências bancárias, como também por terminais de autoatendimento, *internet banking* ou pelo celular.

Duas modalidades recentes, usadas inclusive para possibilitar o pagamento do auxílio emergencial, FGTS Emergencial e outros programas sociais, são as poupanças Social Digital e a Digital. "A Poupança Social Digital é uma conta simplificada, sem tarifas de manutenção, com limite mensal de movimentação de R$ 5 mil que foi aberta de forma automática para possibilitar o pagamento do Auxílio Emergencial", explicou o banco.

Mercado segurador perde criador da Bradesco Seguros

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), "consternada, enluta-se com o falecimento de Antonio Carlos de Almeida Braga - por muitos chamado de Braguinha ou Sr. Braga nesta terça-feira,em Portugal, aos 94 anos, deixando legado de realizações admiráveis na atividade seguradora".

Nome icônico do setor de seguros, foi dono de uma das maiores seguradoras do país - criada pelo pai, em 1935 -, a Atlântica Seguros, que veio a ser tornar posteriormente Atlântica-Boavista. Sob o comando de Antonio Carlos de Almeida Braga, a Atlântica-Boavista foi incorporada pelo Banco Bradesco nos anos 80, passando a ser denominada Bradesco Seguros.

Anos depois, o empresário criou seu próprio banco – o Icatu – desenvolvendo uma geração de novos serviços e produtos, com ênfase para seguros, uma paixão assumida, traduzida atualmente na Icatu Seguros.

Suas marcantes criações no mercado segurador motivaram a CNseg a criar, em 2011, o Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga, que, ao distinguir ações inovadoras de profissionais securitários, corretores de seguros e prestadores de serviços do mercado, faz em sua denominação uma homenagem e importante referência de Braguinha para o setor segurador.

As ações de Antonio Carlos de Almeida Braga se estenderam, ainda, ao esporte, tornando-se um dos mecenas de vários atletas. Sua legião de amigos, fãs e admiradores é extensa e faz jus à sua vida, marcada por desafios, inovações e transformações, que marcam não somente os que tiveram a oportunidade de com ele conviver, como também as gerações futuras, que encontrarão em seus feitos exemplos de como construir o futuro e o presente de forma diferente e inovadora.

A Icatu Seguros lamenta profundamente o falecimento do empresário Antonio Carlos de Almeida Braga, pai dos conselheiros Kati e Luis Antonio de Almeida Braga. Braguinha, como é conhecido, é uma referência para o mercado financeiro e muito contribuiu para a economia e desenvolvimento do país. A Icatu Seguros e seus colaboradores prestam os mais sinceros sentimentos de solidariedade à família Almeida Braga.

O Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ) lamentou o falecimento de um dos maiores ícones do mercado segurador brasileiro. Destaca que Braguinha, além de ser o criador da Bradesco Seguros, foi também um grande admirador e apoiador dos esportes e de seus grandes ídolos, como Ayrton Senna e Pelé. "As nossas condolências aos familiares, amigos e admiradores da Bradesco e do setor de seguros", ressalta Octávio Perissé, presidente CVG-RJ.

Assine o jornal Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

DISQUE SAÚDE 136

LAVE BEM AS MÃOS, DEDO A DEDO, COM ÁGUA E SABÃO VÁRIAS VEZES AO DIA.

CARLOS BERTOLAZZI, CHEF

A melhor receita para se proteger do coronavírus é manter as mãos limpas com água e sabão. Também vale passar álcool em gel. Fique de olho na informação correta e evite as fake news.

CORONAVÍRUS
(COVID-19)

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

ESCANEIE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA INFORMAÇÕES ATUALIZADAS.

SAIBA MAIS EM
SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

APOIO DESTE VEÍCULO

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Relatório da Administração

Prezados acionistas, A Administração da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. **Mensagem da Administração:** Estamos vivenciando um ciclo de investimentos para atualização tecnológica de um sistema de bilhetagem que remonta ao início dos anos 2000. A redução de 25% no número de passageiros no transporte público de passageiros de 2015 a 2019, potencializada com uma dramática queda de usuários, devido a pandemia, de mais de 40% no ano de 2020, os investimentos necessários para o combate às fraudes que cresceram vertiginosamente a partir de 2018, a existência de sistema de bilhetagem concorrente e a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de estruturar o seu próprio sistema de bilhetagem, processo hoje em andamento no BNDES, colocam uma pressão enorme para evolução de um sistema quase vintenário, com uma necessária redução de custos, tornando-o cada vez mais atrativo aos nossos mais de 5 milhões de usuários frequentes e suportado financeiramente pelos operadores do transporte público no Rio de Janeiro. Este desenvolvimento faz parte do nosso planejamento estratégico, elaborado em conjunto com uma consultoria internacional, que busca atingir o estado da arte em bilhetagem eletrônica, evidentemente, adequando-o à realidade de nosso estado. Estamos confiantes que vamos atingir nossos objetivos respaldados pela nossa capacidade demonstrada até aqui pelos obstáculos vencidos. **Estrutura Societária:**

Desempenho Operacional da Companhia: A Riocard TI, criada com o objetivo de desenvolver e operar soluções tecnológicas de meios de pagamento eletrônico para o transporte público do Estado do Rio de Janeiro, opera em 42 municípios possuindo 8,2 milhões de usuários cadastrados, entre passageiros pagantes e gratuidades. É também operadora do sistema de vale transporte instituído pela Lei Federal 7.418/1985. São 2,7 milhões de cartões de gratuidade distribuídos entre Sênior, Estudantes de escolas públicas, Estudantes de universidades, Vale Social e Especial, além 38,2 milhões de cartões valorados e vale transporte. Implantou e também opera tecnologicamente o benefício do Bilhete Único Intermunicipal, o Bilhete Único Carioca e o Bilhete Único de Niterói, benefícios esses que representam aproximadamente 23 milhões de transações mensais. Por trás de toda essa operação que atinge 5 milhões de transações por dia, existe uma sofisticada infraestrutura computacional que engloba 2 mainframes, 7 servidores físicos, 228 servidores virtuais, 24 mil validadores, processamento em cloud, inteligência artificial, data analytics e uma equipe altamente qualificada. Promovendo evoluções tecnológicas e de produtos, foram implantados: ● Migração de Cartões (Mifare Classic para Plus); ● Criação da Hotlist Online; ● Validadores Online, com recursos de recarga, hotlist e infolog online; ● Lançamento do Aplicativo Riocard Mais; ● Lançamento do Aplicativo Valida Mais para Android; ● Construção de Painéis BI (Qlik Sense) para ações de combate à fraude; ● Criação de mais de 120 painéis do Qlik que colaboraram para acesso mais rápido e com qualidade a informação, que trouxeram benefícios como auxílio nos processos de conciliação financeira e análise de produtividade das lojas; ● Desenho da solução, arquitetura e descrição macro de novo sistema de bilhetagem baseado na junção dos conceitos ABT e CBT; ● Reestruturação do recadastro do Antifraude em uma plataforma (framework e banco de dados) mais nova; ● Implantação da individualização dos ATMs; ● Implantação do PESI (Planejamento Estratégico de Segurança da Informação); ● Compliance Digital (Processos, Riscos, Controles, Requisitos da LGPD); ● Execução de Pentests; ● Instalação de validadores online Prodata nas estações da Supervia para combate a fraude por replay attack; ● Habilitação da recarga e hotlist a bordo nas Vans; ● Renovação dos contratos de Telecom adicionando SDWAN; ● Upgrade dos Chips GPRS para 4G; e ● Troca dos Firewalls do Datacenter. **Dividendos:** A administração da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das S.A, informa que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira, razão pela qual não fará o seu pagamento, observados os procedimentos previstos no parágrafo quinto do artigo 202 da lei 6404/76. **Auditoria:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 foram devidamente auditadas pela EY e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela Lopes, Machado Auditores e divulgadas aos acionistas na forma do artigo 133 da Lei das S.A.. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais colaboradores, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço. A Administração. Renata de Almeida Faria - Diretora Executiva - CPF: 003.774.717-71; Armando Galhardo Nunes Guerra Junior - Presidente Executivo - CPF: 277.764.336-91.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.310	605
Aplicação financeira - Convênio Bilhete Único	5	1.958	9.619
Contas a receber de clientes	6	307	26
Impostos a recuperar	7	727	366
Outras contas a receber		324	328
		4.626	10.944
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	14	4.811	4.466
Depósitos e cauções		20	33
Tributos diferidos		896	1.217
		5.727	5.716
Imobilizado	8	1.135	7.525
Intangível	9	3.665	1.234
		10.527	14.475
		15.153	25.419

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante			
Fornecedores	10	4.267	2.346
Arrendamento mércantil	11	513	6.725
Contas a pagar - Convênio Bilhete Único	5	1.958	9.619
Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.726	3.119
Impostos a pagar	13	871	743
Provisões para contingências	15	89	83
		10.424	22.635
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	14	222	1.352
Provisões para contingências	15	876	821
		1.098	2.173
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		100	100
Reserva de lucros		3.531	511
		3.631	611
		15.153	25.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	17	62.707	57.378
Custos dos serviços prestados	18	(43.639)	(43.295)
Lucro bruto		19.068	14.083
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(12.147)	(12.168)
Provisões para contingências		(61)	(43)
Outras receitas/despesas operacionais		791	-
		(11.417)	(12.211)
Resultado antes do resultado financeiro		7.651	1.872
Receita financeira		268	6.259
Despesa financeira		(910)	(788)
Resultado financeiro, líquido	20	(642)	5.471
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		7.009	7.343
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - corrente		(2.333)	(3.167)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	(323)	1.217
		(2.656)	(1.950)
Lucro líquido do exercício		4.353	5.393
Lucro por ação		4,35	53,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		100	20	1.998	-	2.118
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.393	5.393
Dividendos propostos	16	-	-	-	(6.900)	(6.900)
Reserva de retenção de lucros		-	-	(1.507)	1.507	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		100	20	491	-	611
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.353	4.353
Dividendos propostos	16	-	-	-	(1.333)	(1.333)
Reserva de retenção de lucros	16	-	-	3.020	(3.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		100	20	3.511	-	3.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	4.353	5.393
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades operacionais:		
Provisão para participação nos resultados dos empregados	-	1.080
Provisão para créditos incobráveis	258	765
Provisões para contingências	61	43
Tributos diferidos	321	(1.217)
Depreciação e amortização	940	10.709
	5.933	16.773
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Contas a receber de clientes	(539)	(173)
Impostos a recuperar	(361)	(188)
Outras contas a receber	4	(81)
Depósitos e cauções	13	(33)
Fornecedores	1.921	460
Obrigações sociais e trabalhistas	(393)	(410)
Impostos a pagar	128	(934)
	773	(1.359)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.706	15.414
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Imobilizado	5.844	(7.547)
Intangível	(2.825)	(715)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	3.019	(8.262)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos propostos	(1.333)	(6.900)
Arrendamento mercantil	(6.212)	(2.629)
Partes relacionadas e terceiros	(1.475)	958
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(9.020)	(8.571)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	705	(1.419)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	605	2.024
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.310	605
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	705	(1.419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("RiocardTI" ou "Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo para tal desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ("SBE") do setor de transportes coletivos de passageiros do estado do Rio de Janeiro, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados para outras Companhias que venham a se utilizar comercialmente dos sistemas de bilhetagem eletrônica. A Companhia foi contratada pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("FETRANSPOR") para a prestação de serviços e oferecer soluções personalizadas em meios eletrônicos de pagamento relacionados a Lei do Vale Transporte nº 7.418/85 e das Leis do Bilhete Único Intermunicipal nº 5.628/09 e Lei Municipal nº 5.210/10. A Fetranspor é o principal cliente da Companhia e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a receita bruta dos serviços prestados para a Fetranspor é superior a 93% do total da receita auferida pela RiocardTI. Indiretamente, a Fetranspor possui o controle da Companhia, através da holding RioPar Participações S.A. ("RioPar"). A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Em 27 de Janeiro de 2010, a RioCardTI celebrou o Termo de Convênio 01/2010 ("Convênio/2010") com a Secretaria de Estado de Transportes ("SETRANS"), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio/2010 estabelece que a Companhia realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios as transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela SETRANS. (vide nota 5). Anualmente, a Companhia celebra um novo aditivo do Termo de Convênio, mantendo as características operacionais, portanto o quinto aditivo do Convênio/2013, em vigor a partir de 01/05/2016 a 31/12/2016, estabeleceu um prazo de 15 dias úteis para a Companhia responder possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso seja identificado pela auditoria da SETRANS. **2 - Base de Preparação para as Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade para as demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os procedimentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de junho de 2019. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem. **3.2. Resultados abrangentes:** Em suas demonstrações financeiras, a Companhia não apresentou a demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **3.4. Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. É constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que, a recuperação desses créditos seja considerada duvidosa. **3.5. Partes relacionadas e terceiros:** A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as Empresas ligadas e sócios de forma direta ou indireta. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens e revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos:** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da Provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de "*impairment",* que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. **3.11. Arrendamento mercantil:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **3.12. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.**3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** *(a) Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *(b) Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. *(c) Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.14. Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2016	2015
Caixa e bancos	77	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.233	595
	1.310	605

Referem-se a Títulos privados aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e/ou Compromissada DI, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, vinculados a taxas pós-fixada (ou pré-fixada) e com rentabilidade média sobre DI CETIP ("CDI") de 90% (marcação a mercado e taxa nominal na curva). Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Aplicação Financeira - Bilhete Único:

	2016	2015
Banco Itaú e Bradesco - SBE	1.642	9.619
Banco Itaú – VLT SBE	316	-
	1.958	9.619

A Companhia firmou o Termo de Convênio nº 001/2013 com o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da SETRANS em 01 de fevereiro de 2013 com objetivo de cooperação técnica mediante a operacionalização do SBE - Bilhete Único, que visa garantir a Administração e repasse dos subsídios às concessionárias e permissionárias do transporte público. (vide nota 1). Com base nesse Normativo, a SETRANS envia semanalmente, recursos financeiros para Companhia. Estes recursos são repassados, diariamente, às permissionárias e concessionárias que estão aptas a operar no Bilhete Único Intermunicipal – BUI. Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em Caderneta de Poupança caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados R$1.642 (R$9.619 em 2015) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo circulante. **6 - Contas a Receber de Clientes:** A Administração monitora suas contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2016 constituído provisão para créditos incobráveis para os seus recebíveis com risco provável de não recebimento, podendo ser tratado para fins tributários como dedutível ou indedutível. O saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição por faixa de vencimento:

A Vencer	2016	2015
De 1 a 89 dias	307	26
De 90 a 179 dias	285	-
A partir de 180 dias	925	952
	1.517	978
(-) Provisão para créditos incobráveis	(1.210)	(952)
	307	26

7 - Impostos a Recuperar:

	2016	2015
IRRF	399	261
CSLL	209	54
Pis retido na fonte	11	9
Cofins retido na fonte	51	42
Outros	57	-
	727	366

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

8 - Imobilizado:

Custo	Taxas médias anuais de depreciação	2014	Adições	2015	Adição	Baixas	2016
Móveis e utensílios	10% a 20%	85	13	98	2	-	100
Equipamentos de informática	10%	1.987	366	2.353	98	-	2.451
Máquinas, equipamentos e leasing (i)	20% a 35%	22.028	7.155	29.183	513	(6.494)	23.202
Instalações		-	13	13	37	-	50
		24.100	7.547	31.647	650	(6.494)	25.803
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios		(19)	(10)	(29)	(10)	-	(39)
Equipamentos de informática		(1.341)	(292)	(1.633)	(293)	-	(1.926)
Máquinas, equipamentos, leasing (i)		(12.375)	(10.084)	(22.459)	(242)	-	(22.701)
Instalações		-	(1)	(1)	(1)	-	(2)
		(13.735)	(10.387)	(24.122)	(546)	-	(24.668)
		10.365	(2.840)	7.525	104	(6.494)	1.135

Os equipamentos de informática são adquiridos através de contratos de arrendamento financeiro com o Banco IBM S.A. onde os próprios equipamentos são dados em garantia. Alguns desses equipamentos tiveram a sua depreciação acelerada em função da decisão da Administração de efetuar a troca dos mesmos por outros equipamentos. (i) A Companhia decidiu quitar o arrendamento mercantil em 2016 e passou a processar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE utilizando serviços de terceiros. A Companhia no exercício de 2015, repactuou o contrato de arrendamento mercantil nº 5845 adquirido em janeiro 2014, que resultou em ajuste do valor residual do imobilizado arrendado em R$6.694. **9 - Intangível**

Software	Taxas médias anuais de amortização	2014	Adições	2015	Adições	2016
Custo	20%	1.649	715	2.364	2.825	5.188
Amortização		(808)	(322)	(1.130)	(394)	(1.523)
		841	393	1.234	2.482	3.665

10 - Fornecedores

	2016	2015
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	2.804	-
IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	399	1.403
M2M Solutions e Assessoria Ltda.	213	210
Telium Tecnologia da Informação Ltda.	181	-
Light Serviços de Eletricidade S.A.	26	50
In Time Tecnology e Sistems M.E.	-	65
Prodata Mobility.	-	53
Sul América Seguros Saúde.	-	90
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software Ltda.	-	33
Planeta Informática Ltda.	-	15
Outros (Pulverizados)	644	427
	4.267	2.346

11 - Arrendamento Mercantil

	2015	Baixas	Adições	2016
Arrendamento mercantil	6.725	(8.980)	2.768	513

Este arrendamento financeiro foi quitado pela Companhia junto ao arrendador, em fevereiro de 2016. (vide nota 8).

12 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2016	2015
Provisões para férias e 13°salário	1.942	1.439
IRRF	451	342
FGTS	161	116
INSS	148	119
Participações nos resultados dos empregados	-	1.080
Outras	24	23
	2.726	3.119

13 - Impostos a Pagar

	2016	2015
ISS	317	267
PIS/COFINS	230	194
IRPJ/CSLL	37	-
INSS	287	240
Outros	-	42
	871	743

14 - Partes Relacionadas e Terceiros

	Ativo 2016	Ativo 2015	Passivo 2016	Passivo 2015
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR (a)	4.653	4.402	61	1.154
Barcas S.A. (b)	54	40	-	-
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do RJ (Rioônibus) (b)	11	24	-	-
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. (b)	-	-	-	1
Concessionária do VLT Carioca S.A.(b)	93	-	-	-
RioPar Participações S.A. (b)	-	-	157	193
HLQ - Processamentos de Dados Ltda.(b)	-	-	4	4
	4.811	4.466	222	1.352

Receita operacional	2016	2015
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR (a)	61.615	54.318
Barcas S.A. (b)	538	233
RioPar Participações S.A. (b)	1.206	628
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do RJ. ("Rioônibus") (b)	306	255
Concessionária VLT Carioca S.A. (b)	94	-
	63.759	55.434

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Despesas gerais e administrativas	**2016**	**2015**
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR (a)	1.420	888
RioPar Participações S.A. (b)	1.005	-
HLQ - Processamentos de Dados Ltda. (b)	-	572
Oliveira e Gonçalves (b)	36	-
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. ("BGM") (b)	11	12
	2.472	1.472

(a) As relações entre a Fetranspor e a Companhia no que diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao SBE estão descritos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre as partes. Em virtude das características específicas do contrato de prestação de serviços de processamento de dados e pelo fato da Companhia não possuir autonomia para alterações ou alienação do *software,* embora este esteja em sua posse, a Administração e de seu acionista controlador entendem que os riscos e benefícios do SBE não foram transferidos à RiocardTI e permanecem com a Fetranspor que detém a efetiva propriedade do SBE. (b) Contrato de prestação de serviços nas áreas de contabilidade, tesouraria, recursos humanos, cujos os valores são liquidados mensalmente. **Remuneração da pessoal chave da Administração da Companhia**

	2016	**2015**
Salários e encargos	2.557	2.600
Participação nos resultados dos empregados	216	-
Outros benefícios	443	545
	3.216	3.145

15 - Provisões para Contingências

No curso normal dos negócios, a Companhia está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível e trabalhista. Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e é mensurado pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências "Prováveis" está demonstrada a seguir:

Natureza	**2014**	**Adições**	**2015**	**Adições**	**Reversões**	**2016**
Trabalhistas	770	51	821	55	-	876
Cíveis	91	-	83	1.423	(1.417)	89
	861	51	904	1.478	(1.417)	965

	2016	**2015**
Circulante	89	83
Não circulante	876	821
	965	904

A Companhia possui, também, processo de natureza cível, envolvendo risco de perda "Possível", no montante de R$112 para qual não há necessidade de provisão, somente, a divulgação. **16 - Patrimônio Líquido:** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$100 e está representado por 100.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1 cada, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliados no País, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	**Ações**	**%**
RioPar Participações S.A.	85.300	85%
HLQ Processamento de Dados Ltda. ("HLQ")	14.700	15%
	100.000	100%

Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da Reserva de capital. Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício conforme Estatuto Social. Em 2016, a Administração distribuiu o montante de R$1.333 (R$6.900 em 2015) em dividendos para os quais não houve Ata de Assembleia deliberando sobre esta distribuição. Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela, previamente, aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da Administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. Em 2016, foi considerado R$3.020 (R$1.507 em 2015) como Reserva de retenção de lucros, para os quais não houve Ata de Assembleia deliberando posteriormente sobre a destinação do valor.

17 - Receita Operacional, Líquida:	**2016**	**2015**
Receita SBE	56.297	51.745
Receita de serviços prestados (1)	10.232	8.034
Receita de projetos (2)	4.976	3.192
	71.505	62.971
Cancelamentos	(2.861)	(160)
COFINS	(2.059)	(1.884)
PIS	(446)	(408)
ISS	(3.432)	(3.141)
	(8.798)	(5.593)
Receita operacional, líquida	62.707	57.378

(1) São receitas de serviços prestados, em sua maioria, relativos a manutenção periódica de sistemas próprios para melhorar a comunicação com o SBE, receitas decorrentes de processamento das transações de transporte das Vans municipais e serviços de processamento das transações nos equipamentos. (2) São receitas de projetos, em sua maioria, relativos à melhoria do *chip* de processamento dos validadores utilizados nos modais do Estado do Rio de Janeiro.

18 - Custo dos Serviços Prestados	**2016**	**2015**
Custos e despesas por natureza		
Serviços de terceiros	(25.453)	(18.483)
Salários, encargos sociais e benefícios	(17.725)	(14.738)
Depreciação e amortização	(384)	(10.005)
Outros	(77)	(69)
	(43.639)	(43.295)

19 - Despesas Gerais e Administrativas	**2016**	**2015**
Salários, encargos sociais e benefícios	(5.478)	(6.211)
Prestação de serviços	(3.144)	(1.475)
Aluguéis e condomínios	(1.074)	(1.155)
Depreciação e amortização	(556)	(704)
Energia elétrica	(400)	(556)
Auditoria e consultoria	(293)	(392)
Provisão para perda	(236)	(765)
Despesas legais	(183)	(122)
Telefone e comunicação	(111)	(391)
Outras despesas	(672)	(397)
	(12.147)	(12.168)

20 - Resultado Financeiro, Líquido	**2016**	**2015**
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	268	219
Juros ativos e descontos	-	6.040
	268	6.259
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e tarifas	(68)	(62)
Juros passivos	(842)	(726)
	(910)	(788)
Resultado financeiro, líquido	(642)	5.471

21 - Tributos Diferidos	**2016**		**2015**	
	IRPJ	**CSSL**	**IRPJ**	**CSSL**
Provisão para fornecedores	(157)	(157)	292	292
Provisões para contingências	(61)	(61)	904	904
Provisão para créditos incobráveis	83	83	1.304	1.304
Provisão para participação nos resultados dos empregados	1.081	1.081	1.080	1.080
Base de cálculo	946	946	3.580	3.580
Tributos diferidos	236	87	896	321

A Companhia optou pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos em cada mês mediante comprovação, através do levantamento dos balancetes mensais, que o valor já antecipado excede o valor dos tributos do período em curso. **22 - Seguros (não revisados pelos auditores independentes):** A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros suficientes para salvaguardar o negócio de eventuais sinistros. **23 - Instrumentos Financeiros: 23.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos. A Administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com Bancos de reconhecida liquidez o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: Risco de crédito: Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrerem perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui contratos de derivativos em aberto. **24 - Eventos Subsequentes: a) Operação ponto final:** Em julho de 2017, por ocasião de um desdobramento da operação Lava Jato, a Fetranspor destituiu o seu Presidente Executivo e todos os membros do Conselho de Administração, tendo sido instalado um Conselho de Gestão Provisório que elegeu o Sr. Armando Nunes Guerra Junior em 01/09/2017 para o cargo de Presidente Executivo da Fetranspor. O Conselho de Gestão Transitório permaneceu até 19/07/2018, quando foi instituído o Conselho de Gestão da Federação, composto por 07 (sete) membros eleitos. Todavia, importante destacar que a Companhia Riocard TI possui autonomia em sua Administração, motivo pelo qual a gestão financeira, comercial e societária, durante os eventos relatados, não teve afetado seus controles internos, proporcionando, dessa forma, a transparência necessária aos seus números e resultados. Ato contínuo, em reunião do Conselho de Gestão, realizada no dia 10/01/2019, foi dado treinamento presencial ao Presidente Executivo e Conselheiros, abordando os seguintes tópicos: a) Introdução à Lei Anticorrupção; b) Sanções, agravantes e atenuantes das multas; c) Responsabilidade Judicial; d) Pilares do programa de Integridade e Conformidade; e) Suporte da Alta Administração; f) Proposta de criação do Comitê de Integridade e Conformidade. Todos os participantes foram submetidos ao teste de efetividade do treinamento para avaliar a disseminação do seu conteúdo, sendo que os membros ausentes também participaram em reuniões posteriores. Em Janeiro de 2019, após esclarecimentos de dúvidas, os Conselheiros presentes oficializaram a adesão ao Programa de Integridade e Conformidade, sem quaisquer restrições, expressando, desta maneira, o seu total comprometimento na implementação institucional das linhas fundamentais do Programa, que serão replicados para a RioPar e RioCard TI, a saber: • criação e aprimoramento de padrões de ética e de conduta, além de demais políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • desenvolvimento de ações de comunicação, cursos e treinamentos efetivos para disseminação das políticas e normas referidas no item anterior; • institucionalização e aprimoramento de canais de denúncias; • institucionalização e aprimoramento dos procedimentos e instâncias responsáveis pelas ações de responsabilização disciplinar; e • implementação de todas as ações necessárias ao constante aprimoramento do Programa. Ainda em Janeiro do mesmo ano, foi aprovada a criação do Comitê de Integridade e Conformidade, composta por 02 (dois) membros independentes, sendo 01 (um) membro do Conselho de Gestão e o Presidente Executivo da Fetranspor. O Programa de Integridade e Conformidade da Fetranspor abrange a RioPar e RioCard TI, sendo um sistema de governança corporativa que visa desenvolver ações que possam prevenir, detectar e responder qualquer denúncia, suspeita ou prática de atos lesivos.A Gerência de Controles Internos e Riscos, área responsável pelo desenvolvimento do Programa de Integridade e Conformidade, com objetivo de garantir a transparência e o compromisso com o desenvolvimento do referido programa, tem focado, já no primeiro semestre de 2019, nos seguintes aspectos: 1) Obter o suporte da alta administração na implementação do Programa de Integridade e Conformidade, bem como promover a disseminação do conteúdo da Lei Anticorrupção e as necessidades para implementar um programa efetivo; 2) Recrutamento de colaboradores para a Gerência de Controles Internos e Riscos, bem como consultorias que darão suporte ao início, desenvolvimento e monitoramento do Programa de Integridade e Conformidade; 3) Garantir a autonomia, independência e infraestrutura da instância responsável pelo Programa de Integridade e Conformidade, que é a eleição do Compliance Officer; 4) Treinamento mensal a todos os diretores, gestores e colaboradores em relação ao conteúdo da Lei Anticorrupção; 5) Revisão dos valores organizacionais para fins de relançamento do novo Código de Ética e Conduta; 6) Criação do Regimento Interno do Comitê de Integridade e Conformidade, com previsão de início em maio de 2019; 7) Revisão de normativos de integridade; 8) Monitoramento e reestruturação do canal confidencial de denúncias; 9) Declarar publicamente o início do Programa de Integridade e Conformidade; **b) Mútuo com a Riopar Participações Ltda.:** Em novembro de 2017, a Companhia contraiu um mútuo junto a Riopar Participações Ltda. no valor de R$1.936 com a necessidade de obter recursos para realização de investimentos e pagamento de despesas. Sobre o mútuo incidirão encargos financeiros correspondente a 1,0% (hum por centro) a.m., seu vencimento poderá ser prorrogado mediante formalização de termo aditivo pelas partes e a quitação será feita em uma única parcela. **c) Bilhete Único Intermunicipal - BUI:** O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do décimo aditivo, de 31 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, mantendo as mesmas obrigações operacionais do nono aditivo. Tendo em vista a necessidade de regulamentação do disposto na Lei Estadual nº 5.628/2009, o Decreto Estadual nº45.746/2016, que alterou parcialmente o Decreto Estadual nº 42.262/2010, define o impedimento de cadastro de idosos maiores de 65 (sessenta e cinco anos) e crianças de até 5 (cinco anos) e demais beneficiários de gratuidade em todos os serviços de transporte abrangidos pelo BUI. Com a divulgação da Lei nº7506/2016, em vigor a partir de 26 de janeiro de 2017 e do Decreto nº 45.895/2017, o BUI será concedido somente ao usuário que auferir renda mensal de até R$ 3.205 (três mil duzentos e cinco reais). No dia 22 de janeiro, foi publicado no DO a Lei 8.297, de janeiro de 2019, que aumenta o limite de renda máximo para utilização do benefício do Bilhete Único Intermunicipal - BUI, o limite anterior era de R$3.205 (três mil duzentos e cinco reais), por mês e passou para o limite do INSS, que atualmente está em R$ 5.839 (cinco mil oitocentos e trinta e nove reais). **d) Cartão Riocard Mais:** No exercício de 2019, a marca RioCard se moderniza e se transforma em Riocard Mais, em uma proposta de reestruturação do cartão RioCard, que passa a se chamar também Riocard Mais. A mudança começou a ser planejada em setembro de 2018, com o objetivo de simplificar e facilitar o uso do cartão RioCard, confundido com frequência com os benefícios tarifários atrelados a ele, e melhorar a experiência de uso dos clientes, oferecendo novos serviços com a ampliação dos canais de atendimento. A iniciativa reduz de 25 faces diferentes do cartão para apenas três, fortalecendo a marca Riocard Mais. Com o projeto, os cartões ganharam uma nova identidade visual, com um sistema de cores que identifica os três modelos disponíveis para o atendimento aos clientes: Expresso (predominantemente na cor rosa), Vale-Transporte (cor laranja) e empresarial (cor azul). No novo cartão, as informações estão dispostas na vertical, com ícones de todos os meios de transporte em que é aceito e os locais onde é possível recarregá-lo, inclusive com o endereço do mapa de recarga da Riocard Mais (mapa.riocardmais.com.br). Todos os cartões poderão ser habilitados com programas tarifários concedidos pelo poder público, como o Bilhete Único Carioca, Bilhete Único Intermunicipal, entre outros. Além do novo layout dos cartões, foram desenvolvidas mudanças no atendimento, com o lançamento de um aplicativo para facilitar o controle e a gestão de todas as transações realizadas pelos clientes, permitindo consulta de saldo ou extratos, recarga de créditos de transporte ou localização de pontos de atendimento em lojas próprias e conveniadas. Outra novidade foi o Tomais, atendente virtual desenvolvido com base na inteligência artificial para melhorar a relação com o cliente e facilitar o acesso às informações nos canais de atendimento eletrônicos sobre o Riocard Mais. Além dos novos recursos tecnológicos, foi criado um clube de vantagens para o cliente RioCard Mais, com a oferta de descontos em produtos e serviços em uma ampla rede de parceiros conveniados. A mudança da marca RioCard para Riocard Mais se estendeu também à identidade visual de todas as lojas de atendimento, máquinas de recarga, ambientes digitais (site e redes sociais), entre outros pontos de contato com os clientes. Na proposta de lançamento do novo cartão Riocard Mais, foi prevista também a troca gratuita de todos os cartões atuais nos modelos Expresso (primeira fase) e Vale-Transporte (segunda fase).

RENATA DE ALMEIDA FARIA
Representante Legal
CPF 003.774.717-71

JULIO CESAR MAGALHÃES CUNHA
Contador
CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da: RioCard Tecnologia da Informação S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RioCard Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa nº16 a Companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R$1.333mil. Não foi elaborada a Ata de Assembleia deliberando a distribuição do valor dos dividendos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Operação Ponto Final:** A Fetranspor (entidade controladora da Companhia) promoveu alterações em sua gestão na sequência da operação denominada Ponto Final, tendo sido eleito um Conselho de Gestão, nomeado um novo Presidente Executivo e posto em funcionamento um programa de integridade que se estende para as sociedades controladas. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que futura e eventualmente possam advir das investigações da referida operação Ponto Final, e nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 19 de maio de 2017, sem ressalva. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2019

Lopes, Machado Auditors, Consultants & Business Advisers | BKR Independent Member of International

CRC-RJ-2026/O-5
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Serafim Fernando S. Pinto
Contador - CRC-RJ 041909/0-6

Brasil gera mais de 2 milhões de vagas temporárias em 2020

O Trabalho Temporário - no formato da Lei Federal 6.019/74 e do Decreto nº 10.060/2019 - foi responsável por gerar mais de 2 milhões de vagas temporárias no Brasil em 2020. É o que informa a Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Asserttem). Diante de um ano desafiador, devido à pandemia da Covid-19, o número de contratações realizadas por meio da modalidade chegou a 2.002.920, um aumento de 34,8% com relação a 2019, quando foram geradas 1.485.877 vagas temporárias.

"Estamos muito felizes com os resultados de 2020, que representam o maior patamar já registrado desde o início da série histórica, iniciada em 2014. Por isso, reforçamos o importante papel que o Trabalho Temporário vem desempenhando no país - e durante a pandemia - em ser a solução para a sobrevivência das empresas e ao combate ao desemprego", afirma o presidente da Asserttem, Marcos de Abreu.

Segundo ele, no ano passado, 65% das contratações temporárias foram puxadas pelo setor da Indústria para atender a demanda complementar de trabalho em segmentos como Alimentos, Farmacêutica, Embalagens, Metalúrgica, Mineração, Automobilística, Agronegócio e Óleo e Gás; seguido de 10% do Comércio e 25% do setor de Serviços.

"Esse recorte difere dos anos anteriores, visto que historicamente o Comércio é que sempre puxou as contratações de trabalhadores temporários, principalmente no 2º semestre. Em 2020, a Indústria foi a que mais contratou ao se apoiar na modalidade do Trabalho Temporário para repor o quadro de funcionários e conseguir suprir a demanda do mercado", explica Abreu.

Em dezembro, as contratações temporárias superaram em 54,7% a projeção anunciada pela Asserttem. "Esperávamos ter a geração de 97.978 novas vagas em dezembro de 2020, registrando uma queda na contratação em relação a 2019 (142.529). Mas, o resultado foi surpreendente: 151.620 vagas temporárias no mês, garantindo um aumento de 6,37% na comparação com o mesmo período do ano anterior", comenta o presidente da associação.

De acordo com Abreu, mais uma vez o setor da Indústria puxou as contratações em um mês em que o Comércio sempre teve destaque. "Já previámos uma queda nas contratações temporárias do Comércio, devido à pandemia, por ter menos pessoas visitando as lojas e pelo uso do comércio eletrônico", reforça.

Alta segue em 2021

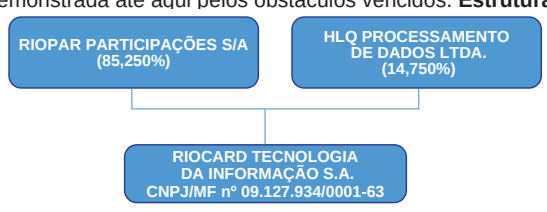
As contratações por meio do Trabalho Temporário - que pode ser utilizado para substituição transitória e para demanda complementar de trabalho de forma rápida, eficaz e segura - devem seguir em alta em 2021, segundo a Asserttem. "A pandemia da Covid-19 ainda traz insegurança às empresas, que devem se apoiar na modalidade para garantir maior flexibilidade de gestão e conseguir se manter no mercado", diz Marcos de Abreu, presidente da associação.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Relatório da Administração

Prezados acionistas, A Administração da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. **Mensagem da Administração:** Estamos vivenciando um ciclo de investimentos para atualização tecnológica de um sistema de bilhetagem que remonta ao início dos anos 2000. A redução de 25% no número de passageiros no transporte público de passageiros de 2015 a 2019, potencializada com uma dramática queda de usuários, devido a pandemia, de mais de 40% no ano de 2020, os investimentos necessários para o combate às fraudes que cresceram vertiginosamente a partir de 2018, a existência de sistema de bilhetagem concorrente e a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de estruturar o seu próprio sistema de bilhetagem, processo hoje em andamento no BNDES, colocam uma pressão enorme para evolução de um sistema quase vintenário, com uma necessária redução de custos, tornando-o cada vez mais atrativo aos nossos mais de 5 milhões de usuários frequentes e suportado financeiramente pelos operadores do transporte público no Rio de Janeiro. Este desenvolvimento faz parte do nosso planejamento estratégico, elaborado em conjunto com uma consultoria internacional, que busca atingir o estado da arte em bilhetagem eletrônica, evidentemente, adequando-o à realidade de nosso estado. Estamos confiantes que vamos atingir nossos objetivos respaldados pela nossa capacidade demonstrada até aqui pelos obstáculos vencidos. **Estrutura Societária:**



Desempenho Operacional da Companhia: A Riocard TI, criada com o objetivo de desenvolver e operar soluções tecnológicas de meios de pagamento eletrônico para o transporte público do Estado do Rio de Janeiro, opera em 42 municípios possuindo 8,2 milhões de usuários cadastrados, entre passageiros pagantes e gratuidades. É também operadora do sistema de vale transporte instituído pela Lei Federal 7.418/1985. São 2,7 milhões de cartões de gratuidade distribuídos entre Sênior, Estudantes de escolas públicas, Estudantes de universidades, Vale Social e Especial, além 38,2 milhões de cartões valorados e vale transporte. Implantou e também opera tecnologicamente o benefício do Bilhete Único Intermunicipal, o Bilhete Único Carioca e o Bilhete Único de Niterói, benefícios esses que representam aproximadamente 23 milhões de transações mensais. Por trás de toda essa operação que atinge 5 milhões de transações por dia, existe uma sofisticada infraestrutura computacional que engloba 2 mainframes, 7 servidores físicos, 228 servidores virtuais, 24 mil validadores, processamento em cloud, inteligência artificial, data analytics e uma equipe altamente qualificada. Promovendo evoluções tecnológicas e de produtos, foram implantados: ● Migração de Cartões (Mifare Classic para Plus); ● Criação da Hotlist Online; ● Validadores Online, com recursos de recarga, hotlist e infolog online; ● Lançamento do Aplicativo Riocard Mais; ● Lançamento do Aplicativo Valida Mais para Android; ● Construção de Painéis BI (Qlik Sense) para ações de combate à fraude; ● Criação de mais de 120 painéis do Qlik que colaboraram para acesso mais rápido e com qualidade a informação, que trouxeram benefícios como auxílio nos processos de conciliação financeira e análise de produtividade das lojas; ● Desenho da solução, arquitetura e descrição macro de novo sistema de bilhetagem baseado na junção dos conceitos ABT e CBT; ● Reestruturação do recadastro do Antifraude em uma plataforma (framework e banco de dados) mais nova; ● Implantação da individualização dos ATMs; ● Implantação do PESI (Planejamento Estratégico de Segurança da Informação); ● Compliance Digital (Processos, Riscos, Controles, Requisitos da LGPD); ● Execução de Pentests; ● Instalação de validadores online Prodata nas estações da Supervia para combate a fraude por replay attack; ● Habilitação da recarga e hotlist a bordo nas Vans; ● Renovação dos contratos de Telecom adicionando SDWAN; ● Upgrade dos Chips GPRS para 4G; e ● Troca dos Firewalls do Datacenter. **Dividendos:** A administração da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das S.A, informa que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira, razão pela qual não fará o seu pagamento, observados os procedimentos previstos no parágrafo quinto do artigo 202 da lei 6404/76. **Auditoria:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 foram devidamente auditadas pela EY e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela Lopes, Machado Auditores e divulgadas aos acionistas na forma do artigo 133 da Lei das S.A.. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais colaboradores, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço. A Administração. Renata de Almeida Faria - Diretora Executiva - CPF: 003.774.717-71; Armando Galhardo Nunes Guerra Junior - Presidente Executivo - CPF: 277.764.336-91.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	912	1.310
Aplicação financeira - Convênio Bilhete Único	5	16.918	1.958
Contas a receber de clientes	6	8	307
Impostos a recuperar	7	2.378	727
Outras contas a receber		185	324
		20.401	4.626
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	13	6.553	4.811
Depósitos e cauções		21	20
Tributos diferidos	21	1.045	896
		7.619	5.727
Imobilizado	8	1.000	1.135
Intangível	9	3.225	3.665
		11.844	10.527
		32.245	15.153

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	10	3.503	4.267
Arrendamento mercantil		338	513
Contas a pagar - Convênio Bilhete Único	5	16.918	1.958
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.728	2.726
Impostos a pagar	12	450	871
Provisões para contingências	14	61	89
		23.998	10.424
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	13	4.488	222
Provisões para contingências	14	1.028	876
		5.516	1.098
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		100	100
Reservas de lucros		2.631	3.531
		2.731	3.631
		32.245	15.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	16	66.493	62.707
Custos dos serviços prestados	17	(52.642)	(43.639)
Lucro bruto		13.851	19.068
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(13.232)	(12.147)
Provisões para contingências		(1.708)	(61)
Outras receitas/despesas operacionais		(11)	791
		(14.951)	(11.417)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.100)	7.651
Receita financeira		337	268
Despesa financeira		(286)	(910)
Resultado financeiro, líquido	19	51	(642)
(Prejuízo) Lucro liquido antes do imposto de renda e contribuição social		(1.049)	7.009
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - corrente		-	(2.333)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	149	(323)
		149	(2.656)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(900)	4.353
(Prejuízo) Lucro líquido por ação		(0,90)	4,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016		100	20	491	-	611
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.353	4.353
Dividendos distribuídos		-	-	-	(1.333)	(1.333)
Reserva de retenção de lucros	15	-	-	3.020	(3.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		100	20	3.511	-	3.631
Prejuízo do exercício	15	-	-	-	(900)	(900)
Compensação do prejuízo do exercício	15	-	-	(900)	900	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		100	20	2.611	-	2.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de R$)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(900)	4.353
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exerccício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades operacionais:		
Provisão para créditos incobráveis	86	259
Provisão para contingências	124	61
Tributos diferidos	(149)	321
Depreciação e amortização	1.279	940
	440	5.934
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Contas a receber de clientes	213	(540)
Impostos a recuperar	(1.651)	(361)
Outras contas a receber	139	4
Depósitos e cauções	(1)	13
Fornecedores	(764)	1.921
Obrigações sociais e trabalhistas	2	(393)
Impostos a pagar	(421)	128
	(2.483)	772
Fluxo de caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(2.043)	6.706
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:		
Imobilizado	(196)	5.844
Intangível	(508)	(2.825)
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de investimento	(704)	3.019
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos distribuídos	-	(1.333)
Arrendamento mercantil	(175)	(6.212)
Partes relacionadas e terceiros	2.524	(1.475)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de Financiamento	2.349	(9.020)
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(398)	705
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.310	605
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	912	1.310
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(398)	705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Histórico e Contexto Operacional: A RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("RiocardTI" ou "Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo para tal desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ("SBE") do setor de transportes coletivos de passageiros do estado do Rio de Janeiro, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados para outras Companhias que venham a se utilizar comercialmente dos sistemas de bilhetagem eletrônica. A Companhia foi contratada pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("FETRANSPOR") para a prestação de serviços e oferecer soluções personalizadas em meios eletrônicos de pagamento relacionados a Lei do Vale Transporte nº 7.418/85 e das Leis do Bilhete Único Intermunicipal nº 5.628/09 e Lei Municipal nº 5.210/10. A Fetranspor é o principal cliente da Companhia e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a receita bruta dos serviços prestados para a Fetranspor é superior a 93% do total da receita auferida pela RiocardTI. Indiretamente, a Fetranspor possui o controle da Companhia, através da holding RioPar Participações S.A. ("RioPar"). A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Em 27 de Janeiro de 2010, a RioCardTI celebrou o Termo de Convênio 01/2010 ("Convênio/2010") com a Secretaria de Estado de Transportes ("SETRANS"), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio/2010 estabelece que a Companhia realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios as transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela SETRANS. (vide nota 5). Anualmente, a Companhia celebra um novo aditivo do Termo de Convênio, mantendo as características operacionais, portanto o quinto aditivo do Convênio/2013, em vigor a partir de 01/05/2016 a 31/12/2016, estabeleceu um prazo de 15 dias úteis para a Companhia responder possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso seja identificado pela auditoria da SETRANS.

2 - Base de Preparação para as Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade para as demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os procedimentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2019. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras de acordo com o período de competência em que ocorreram. **3.2. Resultados abrangentes:** Em suas demonstrações financeiras, a Companhia não apresentou a demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **3.4. Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. É constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que, a recuperação desses créditos seja considerada duvidosa. **3.5. Partes relacionadas a terceiros:** A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as Empresas ligadas e sócios de forma direta ou indireta. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. Os bens adquiridos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado. Estão sendo amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens e revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativo:** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da Provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de "*impairment*", que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. **3.11. Arrendamento mercantil:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **3.12. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** *(a) Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *(b) Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. *(c) Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.14. Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	55	77
Aplicações financeiras de liquidez imediata	857	1.233
	912	1.310

Referem-se a Títulos privados aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e/ou Compromissada DI, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, vinculados a taxas pós-fixada (ou pré-fixada) e com rentabilidade média sobre DI CETIP ("CDI") de 90% (marcação a mercado e taxa nominal na curva). Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Aplicação Financeira - Bilhete Único:

	2017	2016
Banco Itaú e Bradesco - SBE	16.854	1.642
Banco Itaú – VLT SBE	64	316
	16.918	1.958

A Companhia firmou o Termo de Convênio nº 001/2013 com o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da SETRANS em 01 de fevereiro de 2013 com objetivo de cooperação técnica mediante a operacionalização do SBE - Bilhete Único, que visa garantir a Administração e repasse dos subsídios às concessionárias e permissionárias do transporte público. (vide nota 1). Com base nesse Normativo, a SETRANS envia semanalmente, recursos financeiros para Companhia. Estes recursos são repassados, diariamente, às permissionárias e concessionárias que estão aptas a operar no Bilhete Único Intermunicipal. Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em Caderneta de Poupança caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados R$16.854 (R$1.642 em 2016) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo circulante. **6 - Contas a Receber de Clientes:** A Administração monitora suas contas a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016 constituído provisão para créditos incobráveis para os seus recebíveis com risco provável de não recebimento, podendo ser tratado para fins tributários como dedutível ou indedutível. O saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição por faixa de vencimento.

	2017	2016
A vencer		
De 1 a 89 dias	8	307
De 90 a 179 dias	1	285
A partir de 180 dias	1.173	925
	1.182	1.517
(-) Provisão para créditos incobráveis	(1.174)	(1.210)
	8	307

7 - Impostos a Recuperar:

	2017	2016
IRRF	1.298	399
CSLL	978	209
Pis retido na fonte	17	11
Cofins retido na fonte	76	51
Outros	9	57
	2.378	727

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

8 - Imobilizado

Custo	Taxas médias anuais de depreciação	2015	Adições	Baixas	2016	Adição	Baixas	2017
Móveis e utensílios	10% a 20%	98	2	-	100	11	-	111
Equipamentos de informática	10%	2.353	98	-	2.451	210	(44)	2.617
Máquinas, equipamentos e leasing (i)	20% a 35%	29.183	513	(6.494)	23.202	5	(22.707)	500
Benfeitorias		13	37	-	50	16	-	66
		31.647	650	(6.494)	25.803	242	(22.751)	3.294
Depreciação acumulada					-			
Móveis e utensílios		(29)	(10)	-	(39)	(9)	-	(48)
Equipamentos de informática		(1.633)	(293)	-	(1.926)	(196)	-	(2.122)
Máquinas, equipamentos, leasing (i)		(22.459)	(242)	-	(22.701)	(113)	22.706	(108)
Benfeitorias		(1)	(1)	-	(2)	(14)	-	(16)
		(24.122)	(546)	-	(24.668)	(332)	22.706	(2.294)
		7.525	(104)	-	1.135	(90)	(45)	1.000

Os equipamentos de informática são adquiridos através de contratos de arrendamento financeiro com o Banco IBM S.A. onde os próprios equipamentos são dados em garantia. Alguns desses equipamentos tiveram a sua depreciação acelerada em função da decisão da Administração de efetuar a troca dos mesmos por outros equipamentos. (i) No exercício de 2016, a Companhia quitou o arrendamento mercantil e passou a processar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE utilizando serviços de terceiros. (ii) A Companhia em agosto de 2017, baixou o equipamento de leasing, uma vez que passou a contratar um serviço de processamento de dados diretamente com a IBM.

9 - Intangível:

	Taxas médias anuais de amortização	2015	Adições	2016	Adições	2017
Software	20%	2.364	2.825	5.188	508	5.696
Custo		(1.130)	(394)	(1.523)	(947)	(2.471)
Amortização		1.234	2.482	3.665	(439)	3.225

10 - Fornecedores:

	2017	2016
IBM Máquinas	1.961	399
Oracle do Brasil Sistemas	557	2.804
M2M Solutions e Assessoria Ltda.	231	213
Telium Tecnologia da Informação	161	181
Herrlein & Lopes Sociedade	140	-
Light Serviços de Eletricidade S.A.	-	26
Outros (pulverizado)	453	644
	3.503	4.267

11 - Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	2017	2016
Provisões para férias	1.922	1.942
INSS	331	148
IRRF	327	451
FGTS	125	161
Outras	23	24
	2.728	2.726

12 - Impostos a Pagar:

	2017	2016
ISS	354	317
PIS/COFINS	71	230
IRPJ/CSLL	23	37
INSS	2	287
	450	871

13 - Partes Relacionadas e Terceiros:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR (a)	4.997	4.647	1.802	61
Barcas S.A. (c)	1.523	54	-	-
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do RJ (Rioônibus) (c)	-	11	-	-
Concessionária do VLT Carioca S.A. (c)	33	93	-	-
RioPar Participações S.A. (b)	-	6	2.682	157
HLQ - Processamentos de Dados Ltda. (c)	-	-	4	4
	6.553	4.811	4.488	222

Receita operacional	2017	2016
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR (a)	65.142	61.615
Barcas S.A. (c)	1.812	538
RioPar Participações S.A. (b)	1.751	1.206
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do RJ ("Rioônibus") (c)	77	306
Concessionária VLT Carioca S.A. (c)	339	94
	69.121	63.759

Despesas gerais e administrativas	2017	2016
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR (a)	512	830
RioPar Participações S.A. (b)	819	1.595
Oliveira e Gonçalves (c)	55	36
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. ("BGM") (c)	14	11
	1.400	2.472

(a) As relações entre a Fetranspor e a Companhia no que diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao SBE estão descritos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre as partes. Em virtude das características específicas do contrato de prestação de serviços de processamento de dados e pelo fato da Companhia não possuir autonomia para alterações ou alienação do *software,* embora este esteja em sua posse; a Administração da Companhia e de seu acionista controlador entendem que os riscos e benefícios do SBE não foram transferidos à RiocardTI e permanecem com a Fetranspor que detém a efetiva propriedade do SBE. (b) Contrato de mútuo com a Companhia RioPar Participações S.A., remunerado á 1,0% a.m., com vencimento em parcela única, podendo ser prorrogado, com a necessidade de obter recursos para realização de investimentos e pagamento de despesas. (c) Contrato de prestação de serviços nas áreas de contabilidade, tesouraria, recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente. Barcas S.A. apresentou em sua resposta de circularização o montante de R$251mil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Remuneração da pessoal chave da administração da Companhia:

	2017	2016
Salários/encargos	2.439	2.557
Participação nos resultados dos empregados	-	216
Outros benefícios	120	443
	2.559	3.216

14 - Provisões para Contingências: No curso normal dos negócios, a Companhia está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível e trabalhista. Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e é mensurado pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

Natureza	2015	Adições	Reversões	2016	Adições	Reversões	2017
Trabalhistas	821	55	-	876	11.870	(11.718)	1.028
Cíveis	83	1.423	(1.417)	89	1.105	(1.133)	61
	904	1.478	(1.417)	965	12.975	(12.851)	1.089

	2017	2016
Circulante	61	89
Não circulante	1.028	876
	1.089	965

A Companhia possui, também, processo de natureza cível, envolvendo risco de perda "Possível", no montante de R$1.301 para qual não há necessidade de provisão, somente, a divulgação. **15 - Patrimônio Líquido:** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$100 e está representado por 100.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1 cada, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliados no País, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	Ações	%
RioPar Participações S.A.	85.300	85%
HLQ Processamento de Dados Ltda.	14.700	15%
	100.000	100%

Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da Reserva de capital. Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício conforme Estatuto social. A Administração não distribuiu dividendos em 2017. Em 2016, a Administração distribuiu o montante de R$1.333 em dividendos para os quais não houve Ata de Assembleia deliberando sobre esta distribuição. Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela, previamente, aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da Administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

16 - Receita Operacional, Líquida:	2017	2016
Receita SBE	52.977	56.297
Receita de serviços prestados (1)	17.670	10.232
Receita de projetos (2)	3.398	4.976
	74.045	71.505
Cancelamentos	(1.256)	(2.861)
COFINS	(2.184)	(2.059)
PIS	(473)	(446)
ISS	(3.639)	(3.432)
	(7.552)	(8.798)
Receita operacional, líquida	66.493	62.707

(1) São receitas de serviços prestados, em sua maioria, relativos a manutenção periódica de sistemas próprios para melhorar a comunicação com o SBE receitas decorrentes de processamento das transações de transporte das Vans municipais e serviços de processamento das transações nos equipamentos. (2) São receitas de projetos, em sua maioria, relativos à melhoria do *chip* de processamento dos validadores utilizados nos modais do Estado do Rio de Janeiro.

17 - Custo dos Serviços Prestados:	2017	2016
Custos e despesas por natureza		
Serviços de terceiros	(31.992)	(25.453)
Salários, encargos sociais e benefícios	(18.000)	(17.725)
Depreciação e amortização	(1.006)	(384)
Outros	(1.644)	(77)
	(52.642)	(43.639)

18 - Despesas Gerais de Administrativas:	2017	2016
Salários, encargos sociais e benefícios	(6.019)	(5.478)
Prestação de serviços	(3.666)	(3.144)
Despesas legais	(1.281)	(183)
Aluguéis e condomínios	(1.187)	(1.074)
Depreciação e amortização	(274)	(556)
Energia elétrica	(264)	(400)
Auditoria e consultoria	(162)	(293)
Telefone e comunicação	(147)	(111)
Provisão para perda	-	(236)
Outras despesas	(232)	(672)
	(13.232)	(12.147)

19 - Resultado Financeiro, Líquido:	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	130	268
Juros ativos e descontos	207	-
	337	268
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e tarifas	(286)	(68)
Juros passivos	-	(842)
	(286)	(910)
Resultado financeiro, líquido	51	(642)

20 - Tributos Diferidos:	2017		2016	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Provisão de fornecedores	223	223	(157)	(157)
Provisões para contingências	(126)	(126)	(61)	(61)
Provisão para créditos incobráveis	(538)	(538)	83	83
Provisão para participação nos resultados dos empregados	-	-	1.081	1.081
Base de cálculo	(437)	(437)	946	946
Tributos diferidos	(110)	(39)	237	86

A Companhia optou pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos em cada mês mediante comprovação, através do levantamento de balancetes mensais, que o valor já antecipado excede o valor dos tributos do período em curso. **21 - Seguros (não revisado pelos auditores independentes):** A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros suficientes para salvaguardar o negócio de eventuais sinistros. **22 - Instrumentos Financeiros: 22.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos. A administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: Risco de crédito: Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrerem perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui contratos de derivativo em aberto. **23 - Eventos Subsequentes: a) Operação Ponto Final:** Em julho de 2017, por ocasião de um desdobramento da operação Lava Jato, a Fetranspor destituiu o seu Presidente Executivo e todos os membros do Conselho de Administração, tendo sido instalado um Conselho de Gestão Provisório que elegeu o Sr. Armando Nunes Guerra Junior em 01/09/2017 para o cargo de Presidente Executivo da Fetranspor. O Conselho de Gestão Transitório permaneceu até 19/07/2018, quando foi instituído o Conselho de Gestão da Federação, composto por 07 (sete) membros eleitos. Todavia, importante destacar que a Companhia Riocard TI possui autonomia em sua Administração, motivo pelo qual a gestão financeira, comercial e societária, durante os eventos relatados, não teve afetado seus controles internos, proporcionando, dessa forma, a transparência necessária aos seus números e resultados. Ato contínuo, em reunião do Conselho de Gestão, realizada no dia 10/01/2019, foi dado treinamento presencial ao Presidente Executivo e Conselheiros, abordando os seguintes tópicos: a) Introdução à Lei Anticorrupção; b) Sanções, agravantes e atenuantes das multas; c) Responsabilidade Judicial; d) Pilares do programa de Integridade e Conformidade; e) Suporte da Alta Administração; f) Proposta de criação do Comitê de Integridade e Conformidade. Todos os participantes foram submetidos ao teste de efetividade do treinamento para avaliar a disseminação do seu conteúdo, sendo que os membros ausentes também participaram em reuniões posteriores. Em Janeiro de 2019, após esclarecimentos de dúvidas, os Conselheiros presentes oficializaram a adesão ao Programa de Integridade e Conformidade, sem quaisquer restrições, expressando, desta maneira, o seu total comprometimento na implementação institucional das linhas fundamentais do Programa, que serão replicados para a RioPar e RioCard TI, a saber: • criação e aprimoramento de padrões de ética e de conduta, além de demais políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • desenvolvimento de ações de comunicação, cursos e treinamentos efetivos para disseminação das políticas e normas referidas no item anterior; • institucionalização e aprimoramento de canais de denúncias; • institucionalização e aprimoramento dos procedimentos e instâncias responsáveis pelas ações de responsabilização disciplinar; e • implementação de todas as ações necessárias ao constante aprimoramento do Programa. Ainda em Janeiro do mesmo ano, foi aprovada a criação do Comitê de Integridade e Conformidade, composta por 02 (dois) membros independentes, sendo 01 (um) membro do Conselho de Gestão e o Presidente Executivo da Fetranspor. O Programa de Integridade e Conformidade da Fetranspor abrange a RioPar e RioCard TI, sendo um sistema de governança corporativa que visa desenvolver ações que possam prevenir, detectar e responder qualquer denúncia, suspeita ou prática de atos lesivos. A Gerência de Controles Internos e Riscos, área responsável pelo desenvolvimento do Programa de Integridade e Conformidade, com objetivo de garantir a transparência e o compromisso com o desenvolvimento do referido programa, tem focado, já no primeiro semestre de 2019, nos seguintes aspectos: 1) Obter o suporte da alta administração na implementação do Programa de Integridade e Conformidade, bem como promover a disseminação do conteúdo da Lei Anticorrupção e as necessidades para implementar um programa efetivo; 2) Recrutamento de colaboradores para a Gerência de Controles Internos e Riscos, bem como consultorias que darão suporte ao início, desenvolvimento e monitoramento do Programa de Integridade e Conformidade; 3) Garantir a autonomia, independência e infraestrutura da instância responsável pelo Programa de Integridade e Conformidade, que é a eleição do Compliance Officer; 4) Treinamento mensal a todos os diretores, gestores e colaboradores em relação ao conteúdo da Lei Anticorrupção; 5) Revisão dos valores organizacionais para fins de relançamento do novo Código de Ética e Conduta; 6) Criação do Regimento Interno do Comitê de Integridade e Conformidade, com previsão de início em maio de 2019; 7) Revisão de normativos de integridade; 8) Monitoramento e reestruturação do canal confidencial de denúncias; 9) Declarar publicamente o início do Programa de Integridade e Conformidade; **b) Bilhete Único Intermunicipal - BUI:** O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do décimo aditivo, de 31 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, mantendo as mesmas obrigações operacionais do nono aditivo. Tendo em vista a necessidade de regulamentação do disposto na Lei Estadual nº 5.628/2009, o Decreto Estadual nº45.746/2016, que alterou parcialmente o Decreto Estadual nº 42.262/2010, define o impedimento de cadastro de idosos maiores de 65 (sessenta e cinco anos) e crianças de até 5 (cinco anos) e demais beneficiários de gratuidade em todos os serviços de transporte abrangidos pelo BUI. Com a divulgação da Lei nº7506/2016, em vigor a partir de 26 de janeiro de 2017 e do Decreto nº 45.895/2017, o BUI será concedido somente ao usuário que auferir renda mensal de até R$ 3.205 (três mil duzentos e cinco reais). No dia 22 de janeiro, foi publicado no DO a Lei 8.297, de janeiro de 2019, que aumenta o limite de renda máximo para utilização do benefício do Bilhete Único Intermunicipal (BUI), o limite anterior era de R$3.205 (três mil duzentos e cinco reais), por mês e passou para o limite do INSS, que atualmente está em R$ 5.839 (cinco mil oitocentos e trinta e nove reais). **c) Cartão Riocard Mais:** Em 2019, a marca RioCard se moderniza e se transforma em Riocard Mais, em uma proposta de reestruturação do cartão RioCard, que passa a se chamar também Riocard Mais. A mudança começou a ser planejada em setembro de 2018, com o objetivo de simplificar e facilitar o uso do cartão RioCard, confundido com frequência com os benefícios tarifários atrelados a ele, e melhorar a experiência de uso dos clientes, oferecendo novos serviços com a ampliação dos canais de atendimento. A iniciativa reduz de 25 faces diferentes do cartão para apenas três, fortalecendo a marca Riocard Mais. Com o projeto, os cartões ganharam uma nova identidade visual, com um sistema de cores que identifica os três modelos disponíveis para o atendimento aos clientes: Expresso (predominantemente na cor rosa), Vale-Transporte (cor laranja) e Empresarial (cor azul). No novo cartão, as informações estão dispostas na vertical, com ícones de todos os meios de transporte em que é aceito e os locais onde é possível recarregá-lo, inclusive com o endereço do mapa de recarga da Riocard Mais (mapa.riocardmais.com.br). Todos os cartões poderão ser habilitados com programas tarifários concedidos pelo poder público, como o Bilhete Único Carioca, Bilhete Único Intermunicipal, entre outros. Além do novo layout dos cartões, foram desenvolvidas mudanças no atendimento, com o lançamento de um aplicativo para facilitar o controle e a gestão de todas as transações realizadas pelos clientes, permitindo consulta de saldo ou extratos, recarga de créditos de transporte ou localização de pontos de atendimento em lojas próprias e conveniadas. Outra novidade foi o Tomais, atendente virtual desenvolvido com base na inteligência artificial para melhorar a relação com o cliente e facilitar o acesso às informações nos canais de atendimento eletrônicos sobre o Riocard Mais. Além dos novos recursos tecnológicos, foi criado um clube de vantagens para o cliente RioCard Mais, com a oferta de descontos em produtos e serviços em uma ampla rede de parceiros conveniados. A mudança da marca RioCard para Riocard Mais se estendeu também à identidade visual de todas as lojas de atendimento, máquinas de recarga, ambientes digitais (site e redes sociais), entre outros pontos de contato com os clientes. Na proposta de lançamento do novo cartão Riocard Mais, foi prevista também a troca gratuita de todos os cartões atuais nos modelos Expresso (primeira fase) e Vale-Transporte (segunda fase).

RENATA DE ALMEIDA FARIA
Representante Legal
CPF 003.774.717-71

JULIO CESAR MAGALHÃES CUNHA
Contador - CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da: RioCard Tecnologia da Informação S.A. Rio de Janeiro - RJ: Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RioCard Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A resposta de circularização da Parte relacionada com Barcas S.A. informou um saldo a menor de R$1.272mil em 31 de dezembro de 2017. Não conseguimos através de procedimentos de auditoria nos certificar quando ao valor contabilizado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Operação Ponto Final:** A Fetranspor (entidade controladora da Companhia) promoveu alterações em sua gestão na sequência da operação denominada Ponto Final, tendo sido eleito um Conselho de Gestão, nomeado um novo Presidente Executivo e posto em funcionamento um programa de integridade que se estende para as sociedades controladas. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que futura e eventualmente possam advir das investigações da referida operação Ponto Final, e nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 12 de junho de 2019, contendo a mesma ênfase mencionada acima e ressalva referente a inexistência da Ata de Assembleia deliberando a distribuição do valor dos dividendos. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2019.

Lopes, Machado Auditors, Consultants & Business Advisers | BKR International Independent Member of

CRC-RJ-2026/O-5
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Serafim Fernando S. Pinto
Contador - CRC-RJ 041909/0-6

Construção civil fecha 2020 crescendo mais de 20%

No início da pandemia, o setor da construção civil como todos os demais setores sofreu um forte impacto no volume de vendas. Porém, o varejo da construção civil demonstrou forte resiliência e adaptação às novas demandas durante a pandemia. Ao longo dos últimos cinco anos, o setor aprendeu a conviver com o decréscimo do PIB e a constante crise no segmento, tornando-o preparado e criativo para enfrentar novas dificuldades.

Com um ecossistema que reúne mais de 85 mil varejistas, 500 mil profissionais da construção civil em todo Brasil e mais de 25 empresas de serviços e indústrias ligadas à construção civil, a Juntos Somos Mais ,vem acompanhando o desempenho do setor ao longo dos últimos meses. O indicador Juntos Somos Mais, que apura as vendas de indústrias para o varejo da construção, indicou que, no acumulado do ano até novembro, o setor teve uma performance 22% do setor melhor do que no período pré-Covid. Apenas em novembro de 2020, a performance foi 48% melhor do que no período anterior.

No início da pandemia, em abril, a expectativa em relação ao desempenho de vendas para 2020 era muito ruim. Pesquisa realizada no dia 17 daquele mês com representantes das indústrias da construção civil indicou que apenas 11% dos respondentes acreditavam que o ano de 2020 teria um faturamento superior ao ano de 2019, outros 11% que 2020 seria similar à 2019, enquanto 22% que a queda seria de até 10% e 56% entendiam que a queda seria entre 10% e 30%.

A pesquisa mais recente, realizada em dezembro de 2020, aponta que 89% acreditam que 2020 será de crescimento no faturamento versus o ano anterior e 11% que o faturamento de 2020 será similar ao ano anterior.

Há vários fatores contribuindo para o desempenho positivo do segmento. O primeiro deles está ligado a uma mudança de comportamento do consumidor que, estando mais tempo em casa, tem valorizado mais a sua casa e classificado "pequenas reformas" como um "item importante, não supérfluo".

A taxa de juros nos menores patamares da história conjugada com um déficit habitacional que cresceu de 2012 a 2017 (último dado disponível) também têm motivado a demanda por obras e reformas. Entretanto, a partir de análise de dados internos e indicadores externos, a área de Inteligência da Juntos Somos Mais concluiu que o auxílio emergencial foi responsável por 75% do crescimento.

Consequentemente, o fim do auxílio traz incertezas sobre cenários de crescimento no próximo ano. Ainda assim, 100% das indústrias pesquisadas esperam aumento de faturamento em 2021, sendo que 67% esperam crescimento acima de 10%. "Apesar de muitas incertezas sobre este ano, a mudança de comportamento do consumidor em relação a sua casa, taxas de juros em patamares historicamente baixos e o alto déficit habitacional no Brasil devem estimular significativamente a demanda por obras e reformas", explica Antonio Serrano, CEO da Juntos Somos Mais, que ainda destaca: "Movimentos do governo como o marco legal do saneamento e o lançamento da Casa Verde e Amarela são combustíveis adicionais para a demanda." Por outro lado, o fim do auxílio emergencial, maior desemprego e a macroeconomia podem prejudicar as expectativas reduzindo investimentos. "Devemos estar preparados para diversos cenários este ano e vamos trabalhar para que 2021 a construção civil contribua para o crescimento do Brasil", finaliza Serrano.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Relatório da Administração

Prezados acionistas, A Administração da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. **Mensagem da Administração:** Estamos vivenciando um ciclo de investimentos para atualização tecnológica de um sistema de bilhetagem que remonta ao início dos anos 2000. A redução de 25% no número de passageiros no transporte público de passageiros de 2015 a 2019, potencializada com uma dramática queda de usuários, devido a pandemia, de mais de 40% no ano de 2020, os investimentos necessários para o combate às fraudes que cresceram vertiginosamente a partir de 2018, a existência de sistema de bilhetagem concorrente e a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de estruturar o seu próprio sistema de bilhetagem, processo hoje em andamento no BNDES, colocam uma pressão enorme para evolução de um sistema quase vintenário, com uma necessária redução de custos, tornando-o cada vez mais atrativo aos nossos mais de 5 milhões de usuários frequentes e suportado financeiramente pelos operadores do transporte público no Rio de Janeiro. Este desenvolvimento faz parte do nosso planejamento estratégico, elaborado em conjunto com uma consultoria internacional, que busca atingir o estado da arte em bilhetagem eletrônica, evidentemente, adequando-o à realidade de nosso estado. Estamos confiantes que vamos atingir nossos objetivos respaldados pela nossa capacidade demonstrada até aqui pelos obstáculos vencidos. **Estrutura Societária:**

Desempenho Operacional da Companhia: A Riocard TI, criada com o objetivo de desenvolver e operar soluções tecnológicas de meios de pagamento eletrônico para o transporte público do Estado do Rio de Janeiro, opera em 42 municípios possuindo 8,2 milhões de usuários cadastrados, entre passageiros pagantes e gratuidades. É também operadora do sistema de vale transporte instituído pela Lei Federal 7.418/1985. São 2,7 milhões de cartões de gratuidade distribuídos entre Sênior, Estudantes de escolas públicas, Estudantes de universidades, Vale Social e Especial, além 38,2 milhões de cartões valorados e vale transporte. Implantou e também opera tecnologicamente o benefício do Bilhete Único Intermunicipal, o Bilhete Único Carioca e o Bilhete Único de Niterói, benefícios esses que representam aproximadamente 23 milhões de transações mensais. Por trás de toda essa operação que atinge 5 milhões de transações por dia, existe uma sofisticada infraestrutura computacional que engloba 2 mainframes, 7 servidores físicos, 228 servidores virtuais, 24 mil validadores, processamento em cloud, inteligência artificial, data analytics e uma equipe altamente qualificada. Promovendo evoluções tecnológicas e de produtos, foram implantados: ● Migração de Cartões (Mifare Classic para Plus); ● Criação da Hotlist Online; ● Validadores Online, com recursos de recarga, hotlist e infolog online; ● Lançamento do Aplicativo Riocard Mais; ● Lançamento do Aplicativo Valida Mais para Android; ● Construção de Painéis BI (Qlik Sense) para ações de combate à fraude; ● Criação de mais de 120 painéis do Qlik que colaboraram para acesso mais rápido e com qualidade a informação, que trouxeram benefícios como auxílio nos processos de conciliação financeira e análise de produtividade das lojas; ● Desenho da solução, arquitetura e descrição macro de novo sistema de bilhetagem baseado na junção dos conceitos ABT e CBT; ● Reestruturação do recadastro do Antifraude em uma plataforma (framework e banco de dados) mais nova; ● Implantação da individualização dos ATMs; ● Implantação do PESI (Planejamento Estratégico de Segurança da Informação); ● Compliance Digital (Processos, Riscos, Controles, Requisitos da LGPD); ● Execução de Pentests; ● Instalação de validadores online Prodata nas estações da Supervia para combate a fraude por replay attack; ● Habilitação da recarga e hotlist a bordo nas Vans; ● Renovação dos contratos de Telecom adicionando SDWAN; ● Upgrade dos Chips GPRS para 4G; e ● Troca dos Firewalls do Datacenter. **DIVIDENDOS:** A administração da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das S.A, informa que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira, razão pela qual não fará o seu pagamento, observados os procedimentos previstos no parágrafo quinto do artigo 202 da lei 6404/76. **Auditoria:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 foram devidamente auditadas pela EY e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela Lopes, Machado Auditores e divulgadas aos acionistas na forma do artigo 133 da Lei das S.A.. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais colaboradores, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço. A Administração. Renata de Almeida Faria - Diretora Executiva - CPF: 003.774.717-71; Armando Galhardo Nunes Guerra Junior - Presidente Executivo - CPF: 277.764.336-91.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.716	912
Aplicação financeira - Convênio Bilhete Único	5	17.465	16.918
Contas a receber de clientes	6	27	8
Impostos a recuperar	7	3.045	2.378
Outras contas a receber		156	185
		27.409	20.401
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	13	4.469	6.553
Depósitos e cauções		21	21
Tributos diferidos	21	1.559	1.045
		6.049	7.619
Imobilizado	8	1.042	1.000
Intangível	9	3.668	3.225
		10.759	11.844
		38.168	32.245
	Notas	**2018**	**2017**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.950	3.503
Arrendamento mercantil		411	338
Contas a pagar - Convênio Bilhete Único	5	17.465	16.918
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.729	2.728
Impostos a recolher		822	450
Provisões para contingências	14	41	61
Outras contas a pagar		222	-
		23.640	23.998
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	13	2.286	4.488
Provisões para contingências	14	1.013	1.028
		3.299	5.516
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		100	100
Reservas de lucros		11.129	2.631
		11.229	2.731
		38.168	32.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	16	65.826	66.493
Custos dos serviços prestados	17	(43.283)	(52.642)
Lucro bruto		22.543	13.851
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(9.523)	(13.232)
Provisões para contingências	14	36	(1.708)
Outras receitas/despesas operacionais		(241)	(11)
		(9.728)	(14.951)
Resultado antes do resultado financeiro		12.815	(1.100)
Receita financeira		366	337
Despesa financeira		(444)	(286)
Resultado financeiro, líquido	19	(78)	51
Lucro líquido (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		12.737	(1.049)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(4.753)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	514	149
		(4.239)	149
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		8.498	(900)
Lucro líquido (Prejuízo) por ação		8,50	(0,90)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		100	20		3.511	-	3.631
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(900)	(900)
Compensação de prejuízos		-	-	-	(900)	900	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		100	20		2.611	-	2.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.498	8.498
Reserva estatutária	15			111	-	(111)	-
Reserva de retenção de lucros	15	-	-	-	8.387	(8.387)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		100	20	111	10.998	-	11.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de R$)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	8.498	(900)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exerccício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades operacionaos:		-
Provisão para créditos incobráveis	(234)	(36)
Provisão para contingências	(35)	124
Tributos diferido	(514)	(149)
Depreciação e amortização	1.304	1.279
	9.019	318
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Contas a receber de clientes	215	335
Impostos a recuperar	(667)	(1.651)
Outras contas a receber	29	139
Depósitos e cauções	-	(1)
Fornecedores	(1.553)	(764)
Obrigações sociais e trabalhistas	1	2
Impostos a pagar	372	(421)
Outras contas a pagar	222	-
	(1.381)	(2.361)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicados) nas atividades operacionais	7.638	(2.043)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimento:		
Imobilizado	(366)	(1.144)
Intangível	(1.423)	440
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(1.789)	(704)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Arrendamento mercantil	73	(175)
Partes relacionadas e terceiros	(118)	2.524
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(45)	2.349
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.804	(398)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	912	1.310
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.716	912
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.804	(398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Histórico e Contexto Operacional: A RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("RiocardTI" ou "Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo para tal desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ("SBE") do setor de transportes coletivos de passageiros do estado do Rio de Janeiro, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados para outras Companhias que venham a se utilizar comercialmente dos sistemas de bilhetagem eletrônica. A Companhia foi contratada pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("FETRANSPOR") para a prestação de serviços e oferecer soluções personalizadas em meios eletrônicos de pagamento relacionados a Lei do Vale Transporte nº 7.418/85 e das Leis do Bilhete Único Intermunicipal nº 5.628/09 e Lei Municipal nº 5.210/10. A Fetranspor é o principal cliente da Companhia e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a receita bruta dos serviços prestados para a Fetranspor é superior a 93% do total da receita auferida pela RiocardTI. Indiretamente a Fetranspor possui o controle da Companhia, através da holding RioPar Participações S.A. ("RioPar"). A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Em 27 de Janeiro de 2010, a RioCardTI celebrou o Termo de Convênio 01/2010 ("Convênio/2010") com a Secretaria de Estado de Transportes ("SETRANS"), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio/2010 estabelece que a Companhia realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios as transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela SETRANS. (vide nota 5). Anualmente, a Companhia celebra um novo aditivo do Termo de Convênio, mantendo as características operacionais, portanto o quinto aditivo do Convênio/2013, em vigor a partir de 01/05/2016 a 31/12/2016, estabeleceu um prazo de 15 dias úteis para a Companhia responder possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso seja identificado pela auditoria da SETRANS. **2 - Base de Preparação para as Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade para as demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os procedimentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de agosto de 2019. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados. **3 - Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras de acordo com o período de competência em que ocorreram. **3.2.Resultados abrangentes:** Em suas demonstrações financeiras, a Companhia não apresentou a Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como Abrangente. **3.3.Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **3.4.Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Será constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que a recuperação de crédito seja considerada duvidosa. **3.5. Partes relacionadas a terceiros:** A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as Empresas ligadas e sócios de forma direta ou indireta. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. Os bens adquiridos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado. Estão sendo amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens e revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. **3.7.Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativo:** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da Provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de "*impairment*", que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **3.9.Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. **3.11. Arrendamento mercantil:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **3.12.Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** *(a) Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *(b) Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. *(c) Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.14.Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:	2018	2017
Caixa e bancos	26	55
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.690	857
	6.716	**912**

Referem-se a títulos privados aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e/ou Compromissada DI, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, vinculados a taxas pós-fixada (ou pré-fixada) e com rentabilidade média sobre DI CETIP ("CDI") de 90% (marcação a mercado e taxa nominal na curva). Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Aplicação Financeira - Bilhete Único:	2018	2017
Banco Itaú e Bradesco - SBE	17.465	16.854
Banco Itaú – VLT SBE	-	64
	17.465	16.918

A Companhia firmou o Termo de Convênio nº 001/2013 com o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da SETRANS em 01 de fevereiro de 2013 com objetivo de cooperação técnica mediante a operacionalização do SBE- bilhete único, que visa garantir a administração e repasse dos subsídios às concessionárias e permissionárias do transporte público (vide nota 1). Com base nesse Normativo, a SETRANS envia semanalmente, recursos financeiros para Companhia. Estes recursos serão repassados diariamente às permissionárias e concessionárias que estão aptas a operar no Bilhete Único Intermunicipal. Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em Caderneta de Poupança caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2018 foram registrados R$17.465 (R$16.854 em 2017) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo, circulante. **6 - Contas a Receber de Clientes:** A Administração monitora suas contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 constituído provisão para créditos incobráveis para os seus recebíveis com risco provável de não recebimento, podendo ser tratado para fins tributários como dedutível ou indedutível. O saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição por faixa de vencimento.

	2018	2017
A vencer		
De 1 a 89 dias	27	8
De 90 a 179 dias	3	1
A partir de 180 dias	936	1.173
	966	1.182
(-) Provisão para créditos incobráveis	(939)	(1.174)
	27	8

7 - Impostos a Recuperar:	2018	2017
IRRF	1.615	1.298
CSLL	1.328	978
Pis retido na fonte	17	17
Cofins retido na fonte	76	76
Outros	9	9
	3.045	2.378

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

8 - Imobilizado:	Taxas médias anuais de depreciação	2016	Adições	Baixas	2017	Adição	Baixas	2018
Custo								
Móveis e utensílios	10% a 20%	100	11	-	111	-	-	111
Equipamentos de informática	10%	2.451	210	(44)	2.617	93	-	2.710
Máquinas, equipamentos e leasing (i)	20% a 35%	23.202	5	(22.707)	500	273	-	773
Benfeitorias		50	16	-	66	-	-	66
		25.803	242	(22.751)	3.294	366	-	3.660
Depreciação acumulada		-						
Móveis e utensílios		(39)	(9)	-	(48)	(20)	-	(68)
Equipamentos de informática		(1.926)	(196)	-	(2.122)	(199)	-	(2.321)
Máquinas, equipamentos, leasing (i)		(22.701)	(113)	22.706	(108)	(113)	-	(221)
Benfeitorias		(2)	(14)	-	(16)	(7)	15	(8)
		(24.668)	(332)	22.706	(2.294)	(339)	15	(2.618)
		1.135	(90)	(45)	1.000	27	15	1.042

Os equipamentos de informática são adquiridos através de contratos de arrendamento financeiro com o Banco IBM S.A. onde os próprios equipamentos são dados em garantia. Alguns desses equipamentos tiveram a sua depreciação acelerada em função da decisão da Administração de efetuar a troca dos mesmos por outros equipamentos. (i) A Companhia em agosto de 2017 baixou o equipamento de leasing, uma vez que passou a contratar um serviço de processamento de dados diretamente com a IBM.

9 - Intangível	Taxas médias anuais de amortização	2016	Adições	2017	Adições	Baixas	2018
Software							
Custo	20%	5.188	508	5.696	1.423	-	7.119
Amortização		(1.523)	(947)	(2.471)	(1.003)	23	(3.451)
		3.665	(439)	3.225	420	23	3.668

10 - Fornecedores:	2018	2017
IBM Máquinas.	1.612	1.961
Telium Tecnologia da Informação.	139	161
Telemar Norte Leste S.A.	51	-
Oracle do Brasil Sistemas.	-	557
Herrlein & Lopes Sociedade.	-	140
M2M Solutions e Assessoria Ltda.	-	231
Fornecedores diversos (pulverizado)	148	453
	1.950	3.503

11 - Obrigações Sociais e Trabalhistas:	2018	2017
Provisões para férias	1.840	1.922
INSS	369	331
IRRF	371	327
FGTS	135	125
Outras	14	23
	2.729	2.728

12 - Impostos a Pagar:	2018	2017
ISS	231	354
PIS/COFINS	95	71
IRPJ/CSLL	494	23
INSS	2	2
	822	450

13 - Partes Relacionadas e Terceiros:	Ativo 2018	Ativo 2017	Passivo 2018	Passivo 2017
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR (a)	4.329	4.997	30	1.802
Barcas S.A.	27	1.523	-	-
Concessionária do VLT Carioca S.A.	34	33	-	-
RioPar Participações S.A. (b)	79	-	2.252	2.682
HLQ - Processamentos de Dados Ltda.	-	-	4	4
	4.469	6.553	2.286	4.488

O valor apresentado em parte relacionada apresenta valores líquidos a receber. Os montantes considerados como provisão para perda de parte relacionada não estão sendo refletidos nas demonstrações financeiras. A Companhia possui um saldo de R$2.361 mil com Barcas S.A., a resposta de circularização apresenta um saldo de R$311mil, apresentando uma diferença de R$2.050 mil não considerado em Barcas S.A.. A administração da RioCard Tecnologia de Informação, considerou todos os valores acima de 30 dias como provisão para perda, restando apenas os saldos até 30 dias, no montante total de R$27mil na rubrica de partes relacionadas. A administração pretende recorrer dos valores não reconhecidos por Barcas S.A..

	2018	2017
Receita operacional		
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR	69.317	65.142
Barcas S.A. (a)	462	1.812
RioPar Participações S.A. (b)	1.280	1.751
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do RJ ("Rioônibus")	-	77
Concessionária VLT Carioca S.A.	413	339
	71.472	69.121

	2018	2017
Despesas gerais e administrativas		
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR (a)	360	512
RioPar Participações S.A. (b)	-	819
HLQ - Processamentos de Dados Ltda.	243	-
Oliveira e Gonçalves	43	55
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. ("BGM")	12	14
	658	1.400

(a) As relações entre a Fetranspor e a Companhia no que diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao SBE estão descritos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre as partes. Em virtude das características específicas do contrato de prestação de serviços de processamento de dados e pelo fato da Companhia não possuir autonomia para alterações ou alienação do *software*, embora este esteja em sua posse; a Administração da Companhia e de seu acionista controlador entendem que os riscos e benefícios do SBE não foram transferidos à RiocardTI e permanecem com a Fetranspor que detém a efetiva propriedade do SBE. (b) Contrato de mútuo com a Companhia RioPar Participações S.A., remunerado á 1,0% a.m., com vencimento em parcela única, podendo ser prorrogado, com a necessidade de obter

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

recursos para realização de investimentos e pagamento de despesas. As demais operações realizadas com as empresas do grupo e ligadas a atividade não são feitas em condições normais, pois não há incidência de juros, atualizações monetárias sobre as operações nem contrato entre as partes. Remuneração da pessoal chave da administração da Companhia:

	2018	2017
Salários/encargos	749	2.439
Outros benefícios	657	120
	1.405	2.559

14 - Provisões para Contingências: No curso normal dos negócios, a Companhia está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível e trabalhista. Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e é mensurado pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

Natureza	2016	Adições	Reversões	2017	Adições	Reversões	2018
Trabalhistas	876	11.870	(11.718)	1.028	14.001	(14.016)	1.013
Cíveis	89	1.105	(1.133)	61	704	(724)	41
	965	12.975	(12.851)	1.089	14.705	(14.740)	1.054

	2018	2017
Circulante	41	61
Não circulante	1.013	1.028
	1.054	1.089

A Companhia possui, também, processo de natureza cível, envolvendo risco de perda "Possível", no montante de R$1.301 para qual não há necessidade de provisão, somente, a divulgação. **15 - Patrimônio Líquido:** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$100 e está representado por 100.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1 cada, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliados no País, conforme demonstrado abaixo:

	Ações	%
Acionistas		
RioPar Participações S.A.	85.300	85%
HLQ Processamento de Dados Ltda.	14.700	15%
	100.000	100%

Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da Reserva de capital. Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício conforme Estatuto social. Reserva estatutária: Foi constituída à base de 1% do lucro líquido do exercício, conforme estatuto. Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela, previamente, aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da Administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

16 - Receita Operacional Líquida:	2018	2017
Receita SBE	54.079	52.977
Receita de serviços prestados (1)	17.908	17.670
Receita de projetos (2)	185	3.398
	72.172	74.045
Cancelamentos	(113)	(1.256)
COFINS	(2.162)	(2.184)
PIS	(468)	(473)
ISS	(3.602)	(3.639)
	(6.346)	(7.552)
Receita operacional líquida	65.826	66.493

(1) São receitas de serviços prestados, em sua maioria, relativos a manutenção periódica de sistemas próprios para melhorar a comunicação com o SBE receitas decorrentes de processamento das transações de transporte das Vans municipais e serviços de processamento das transações nos equipamentos. (2) São receitas de projetos, em sua maioria, relativos à melhoria do *chip* de processamento dos validadores utilizados nos modais do Estado do Rio de Janeiro.

17 - Custo dos Serviços Prestados:	2018	2017
Custos e despesas por natureza		
Serviços de terceiros	(21.430)	(31.992)
Salários, encargos sociais e benefícios	(17.429)	(18.000)
Depreciação e amortização	(1.026)	(1.006)
Outros	(3.398)	(1.644)
	(43.283)	(56.642)

18 - Despesas Gerais de Administrativas:	2018	2017
Salários, encargos sociais e benefícios	(4.000)	(6.019)
Provisão para perda	(1.587)	-
Prestação de serviços	(1.022)	(3.666)
Despesas legais	(578)	(1.281)
Aluguéis e condomínios	(499)	(1.187)
Auditoria e consultoria	(270)	(162)
Depreciação e amortização	(265)	(274)
Energia elétrica	(178)	(264)
Telefone e comunicação	(107)	(147)
Outras despesas	(1.017)	(232)
	(9.523)	(13.232)

19 - Resultado Financeiro, Líquido:	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	279	130
Juros ativos e descontos	87	207
	366	337
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e tarifas	(444)	(286)
Juros passivos	-	-
	(444)	(286)
Resultado financeiro, líquido	78	51

20 - Tributos Diferidos:	2018		2017	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Provisão de fornecedores	(226)	(226)	223	223
Provisões para contingências	(36)	(36)	(126)	(126)
Provisão para créditos incobráveis - (clientes e adiantamentos e despesas antecipadas)	1.773	1.470	(538)	(538)
Base de cálculo	1.511	1.511	(437)	(437)
Tributos diferidos	378	136	(110)	(39)

A Companhia optou pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos em cada mês mediante comprovação, através do levantamento de balancetes mensais, que o valor já antecipado excede o valor dos tributos do período em curso. **21 - Seguros (não revisado pelos auditores independentes):** A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros suficientes para salvaguardar o negócio de eventuais sinistros. **22 - Instrumentos Financeiros: 22.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos. A administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: Risco de crédito: Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrerem perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui contratos de derivativo em aberto. **23 - Eventos Subsequentes: a) Operação Ponto Final:** Em julho de 2017, por ocasião de um desdobramento da operação Lava Jato, a Fetranspor destituiu o seu Presidente Executivo e todos os membros do Conselho de Administração, tendo sido instalado um Conselho de Gestão Provisório que elegeu o Sr. Armando Nunes Guerra Junior em 01/09/2017 para o cargo de Presidente Executivo da Fetranspor. O Conselho de Gestão Transitório permaneceu até 19/07/2018, quando foi instituído o Conselho de Gestão da Federação, composto por 07 (sete) membros eleitos. Todavia, importante destacar que a Companhia Riocard TI possui autonomia em sua Administração, motivo pelo qual a gestão financeira, comercial e societária, durante os eventos relatados, não teve afetado seus controles internos, proporcionando, dessa forma, a transparência necessária aos seus números e resultados. Ato contínuo, em reunião do Conselho de Gestão, realizada no dia 10/01/2019, foi dado treinamento presencial ao Presidente Executivo e Conselheiros, abordando os seguintes tópicos: a) Introdução à Lei Anticorrupção; b) Sanções, agravantes e atenuantes das multas; c) Responsabilidade Judicial; d) Pilares do programa de Integridade e Conformidade; e) Suporte da Alta Administração; f) Proposta de criação do Comitê de Integridade e Conformidade. Todos os participantes foram submetidos ao teste de efetividade do treinamento para avaliar a disseminação do seu conteúdo, sendo que os membros ausentes também participaram em reuniões posteriores. Em Janeiro de 2019, após esclarecimentos de dúvidas, os Conselheiros presentes oficializaram a adesão ao Programa de Integridade e Conformidade, sem quaisquer restrições, expressando, desta maneira, o seu total comprometimento na implementação institucional das linhas fundamentais do Programa, que serão replicados para a RioPar e RioCard TI, a saber: • criação e aprimoramento de padrões de ética e de conduta, além de demais políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • políticas, normas e procedimentos necessários à gestão do Programa; • desenvolvimento de ações de comunicação, cursos e treinamentos efetivos para disseminação das políticas e normas referidas no item anterior; • institucionalização e aprimoramento de canais de denúncias; • institucionalização e aprimoramento dos procedimentos e instâncias responsáveis pelas ações de responsabilização disciplinar; e • implementação de todas as ações necessárias ao constante aprimoramento do Programa. Ainda em Janeiro do mesmo ano, foi aprovada a criação do Comitê de Integridade e Conformidade, composta por 02 (dois) membros independentes, sendo 01 (um) membro do Conselho de Gestão e o Presidente Executivo da Fetranspor. O Programa de Integridade e Conformidade da Fetranspor abrange a RioPar e RioCard TI, sendo um sistema de governança corporativa que visa desenvolver ações que possam prevenir, detectar e responder qualquer denúncia, suspeita ou prática de atos lesivos. A Gerência de Controles Internos e Riscos, área responsável pelo desenvolvimento do Programa de Integridade e Conformidade, com objetivo de garantir a transparência e o compromisso com o desenvolvimento do referido programa, tem focado, já no primeiro semestre de 2019, nos seguintes aspectos: 1) Obter o suporte da alta administração na implementação do Programa de Integridade e Conformidade, bem como promover a disseminação do conteúdo da Lei Anticorrupção e as necessidades para implementar um programa efetivo; 2) Recrutamento de colaboradores para a Gerência de Controles Internos e Riscos, bem como consultorias que darão suporte ao início, desenvolvimento e monitoramento do Programa de Integridade e Conformidade; 3) Garantir a autonomia, independência e infraestrutura da instância responsável pelo Programa de Integridade e Conformidade, que é a eleição do Compliance Officer; 4) Treinamento mensal a todos os diretores, gestores e colaboradores em relação ao conteúdo da Lei Anticorrupção; 5) Revisão dos valores organizacionais para fins de relançamento do novo Código de Ética e Conduta; 6) Criação do Regimento Interno do Comitê de Integridade e Conformidade, com previsão de início em maio de 2019; 7) Revisão de normativos de integridade; 8) Monitoramento e reestruturação do canal confidencial de denúncias; 9) Declarar publicamente o início do Programa de Integridade e Conformidade; **b) BUI – Bilhete Único Intermunicipal:** O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do décimo aditivo, de 31 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, mantendo as mesmas obrigações operacionais do nono aditivo. Tendo em vista a necessidade de regulamentação do disposto na Lei Estadual nº 5.628/2009, o Decreto Estadual nº 45.746/2016, que alterou parcialmente o Decreto Estadual nº 42.262/2010, define o impedimento de cadastro de idosos maiores de 65 (sessenta e cinco anos) e crianças de até 5 (cinco anos) e demais beneficiários de gratuidade em todos os serviços de transporte abrangidos pelo BUI. **c) Cartão Riocard Mais:** Em 2019, a marca RioCard se moderniza e se transforma em Riocard Mais, em uma proposta de reestruturação do cartão RioCard, que passa a se chamar também Riocard Mais. A mudança começou a ser planejada em setembro de 2018, com o objetivo de simplificar e facilitar o uso do cartão RioCard, confundido com frequência com os benefícios tarifários atrelados a ele, e melhorar a experiência de uso dos clientes, oferecendo novos serviços com a ampliação dos canais de atendimento. A iniciativa reduz de 25 faces diferentes do cartão para apenas três, fortalecendo a marca Riocard Mais. Com o projeto, os cartões ganharam uma nova identidade visual, com um sistema de cores que identifica os três modelos disponíveis para o atendimento aos clientes: Expresso (predominantemente na cor rosa), Vale-Transporte (cor laranja) e Empresarial (cor azul). No novo cartão, as informações estão dispostas na vertical, com ícones de todos os meios de transporte em que é aceito e os locais onde é possível recarregá-lo, inclusive com o endereço do mapa de recarga da Riocard Mais (mapa.riocardmais.com.br). Todos os cartões poderão ser habilitados com programas tarifários concedidos pelo poder público, como o Bilhete Único Carioca, Bilhete Único Intermunicipal, entre outros. Além do novo layout dos cartões, foram desenvolvidas mudanças no atendimento, com o lançamento de um aplicativo para facilitar o controle e a gestão de todas as transações realizadas pelos clientes, permitindo consulta de saldo ou extratos, recarga de créditos de transporte ou localização de pontos de atendimento em lojas próprias e conveniadas. Outra novidade foi o Tomais, atendente virtual desenvolvido com base na inteligência artificial para melhorar a relação com o cliente e facilitar o acesso às informações nos canais de atendimento eletrônicos sobre o Riocard Mais. Além dos novos recursos tecnológicos, foi criado um clube de vantagens para o cliente RioCard Mais, com a oferta de descontos em produtos e serviços em uma ampla rede de parceiros conveniados. A mudança da marca RioCard para Riocard Mais se estendeu também à identidade visual de todas as lojas de atendimento, máquinas de recarga, ambientes digitais (site e redes sociais), entre outros pontos de contato com os clientes. Na proposta de lançamento do novo cartão Riocard Mais, foi prevista também a troca gratuita de todos os cartões atuais nos modelos Expresso (primeira fase) e Vale-Transporte (segunda fase).

RENATA DE ALMEIDA FARIA
Representante Legal - CPF 003.774.717-71

JULIO CESAR MAGALHÃES CUNHA
Contador - CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da: RioCard Tecnologia da Informação S.A., Rio de Janeiro - RJ. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RioCard Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a resposta de circularização da Parte relacionada com Barcas S.A. informou um saldo a menor de R$2.050 mil em 31 de dezembro de 2018. Não conseguimos através de procedimentos de auditoria nos certificar quando ao valor contabilizado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Operação Ponto Final:** A Fetranspor (entidade controladora da Companhia) promoveu alterações em sua gestão na sequência da operação denominada Ponto Final, tendo sido eleito um Conselho de Gestão, nomeado um novo Presidente Executivo e posto em funcionamento um programa de integridade que se estende para as sociedades controladas. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que futura e eventualmente possam advir das investigações da referida operação Ponto Final, e nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre eles emitimos relatório dos auditores datado de 17 de junho de 2019, contendo a mesma ênfase mencionada acima e ressalva referente a resposta de circularização de Barcas S.A. apresentando um valor a menor de R$1.272 mil. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

Lopes, Machado Auditors, Consultants & Business Advisers | Independent Member of BKR International

CRC-RJ-2026/O-5

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Serafim Fernando S. Pinto
Contador - CRC-RJ 041909/0-6

Energia solar deve ganhar cerca 5,4 mil novas empresas em 2021

Do total de sistemas fotovoltaicos instalados até o momento em telhados e pequenos terrenos cerca de 75 mil projetos estão cadastrados e já foram submetidos para certificação no Portal Solar. Com isso, já são mais de 3,7 mil empresas instaladoras que possuem o Selo Portal Solar de qualidade.

"O que construímos aqui no Portal Solar é a maior e mais qualificada base de instaladores de energia solar no Brasil", comenta o CEO do Portal Solar. "Os clientes finais também são incentivados a deixar sua avaliação sobre os instaladores certificados e assim fornecemos um mecanismo de classificação para que o mercado busque sempre melhorar, além de facilitar a vida do consumidor para encontrar instaladores qualificados e com avaliações reais", acrescenta.

Prova de que esse mecanismo funciona é o índice de inadimplência no financiamento oferecido no próprio Portal Solar, que foi reduzido de forma drástica quando o serviço é prestado por um instalador certificado no marketplace. "Trata-se do nascimento de um segmento que, em questão de dois anos, será o maior dentro do setor elétrico", aponta Meyer.

O setor de energia solar vive um crescimento exponencial no Brasil, com uma taxa de cerca de 450 novas empresas por mês no País, segundo mapeamento do Portal Solar, maior marketplace do segmento no País. A perspectiva é chegar no fim do ano com aproximadamente 5,4 mil companhias entrantes no mercado fotovoltaico nacional, que vai corresponder a um crescimento de 27% no volume atual de organizações no segmento, hoje com 20 mil.

De acordo com o levantamento, somente no último ano, as empresas que atuam no segmento de geração solar distribuída, entre distribuidores, revendedores, instaladores, projetistas e outras, geraram aproximadamente 68 mil empregos no País, um acréscimo de 92% em relação às contratações realizadas entre 20212 e 2019.

Segundo Rodolfo Meyer, CEO do Portal Solar, o setor solar acrescentou uma média de 600 novas empresas por mês durante o auge da pandemia no País, entre abril e novembro de 2020. "Nos últimos meses, porém, houve uma estabilização no mercado, com uma taxa mensal de 450 novas companhias, o que ainda é bastante significativo. Mas, para se ter uma ideia, nos de 2016 e 2017, o índice de surgimento de novas organizações por mês não ultrapassava a marca de 250", comenta.

Estimativas do setor dão conta de que as companhias de geração solar distribuída empregam atualmente cerca de 130 mil profissionais, com investimentos acumulados que ultrapassam R$ 21 bilhões em usinas de autogeração de energia em residências, comércios e indústrias. O País possui hoje mais de 350 mil sistemas fotovoltaicos instalados em telhados e pequenos terrenos, num total de 4,6 gigawatts (GW) em operação.

Em pesquisa realizada em 2020 com mais de 1,5 mil empresas do setor, o Portal Solar constatou que 41,2% das companhias trabalham com energia solar fotovoltaica a menos de um ano, 27,1% de um a dois anos, 19,5% de dois a três anos, e apenas 12,3% atuam mais de quatro anos. Outro dado é que 6% ultrapassaram a marca de 50 sistemas instados, 57,9% instalaram de 10 a 50 sistemas e 36,4% ainda não completaram três instalações", conclui.

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

Relatório da Administração

Prezados acionistas, A Administração da **Riocard Tecnologia da Informação S.A.** ("Companhia"), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. **Mensagem Da Administração:** Estamos vivenciando um ciclo de investimentos para atualização tecnológica de um sistema de bilhetagem que remonta ao início dos anos 2000. A redução de 25% no número de passageiros no transporte público de passageiros de 2015 a 2019, potencializada com uma dramática queda de usuários, devido a pandemia, de mais de 40% no ano de 2020, os investimentos necessários para o combate às fraudes que cresceram vertiginosamente a partir de 2018, a existência de sistema de bilhetagem concorrente e a decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de estruturar o seu próprio sistema de bilhetagem, processo hoje em andamento no BNDES, colocam uma pressão enorme para evolução de um sistema quase vintenário, com uma necessária redução de custos, tornando-o cada vez mais atrativo aos nossos mais de 5 milhões de usuários frequentes e suportado financeiramente pelos operadores do transporte público no Rio de Janeiro. Este desenvolvimento faz parte do nosso planejamento estratégico, elaborado em conjunto com uma consultoria internacional, que busca atingir o estado da arte em bilhetagem eletrônica, evidentemente, adequando-o à realidade de nosso estado. Estamos confiantes que vamos atingir nossos objetivos respaldados pela nossa capacidade demonstrada até aqui pelos obstáculos vencidos. **Estrutura Societária:**

Desempenho Operacional da Companhia: A Riocard TI, criada com o objetivo de desenvolver e operar soluções tecnológicas de meios de pagamento eletrônico para o transporte público do Estado do Rio de Janeiro, opera em 42 municípios possuindo 8,2 milhões de usuários cadastrados, entre passageiros pagantes e gratuidades. É também operadora do sistema de vale transporte instituído pela Lei Federal 7.418/1985. São 2,7 milhões de cartões de gratuidade distribuídos entre Sênior, Estudantes de escolas públicas, Estudantes de universidades, Vale Social e Especial, além 38,2 milhões de cartões valorados e vale transporte. Implantou e também opera tecnologicamente o benefício do Bilhete Único Intermunicipal, o Bilhete Único Carioca e o Bilhete Único de Niterói, benefícios esses que representam aproximadamente 23 milhões de transações mensais. Por trás de toda essa operação que atinge 5 milhões de transações por dia, existe uma sofisticada infraestrutura computacional que engloba 2 mainframes, 7 servidores físicos, 228 servidores virtuais, 24 mil validadores, processamento em cloud, inteligência artificial, data analytics e uma equipe altamente qualificada. Promovendo evoluções tecnológicas e de produtos, foram implantados: ● Migração de Cartões (Mifare Classic para Plus); ● Criação da Hotlist Online; ● Validadores Online, com recursos de recarga, hotlist e infolog online; ● Lançamento do Aplicativo Riocard Mais; ● Lançamento do Aplicativo Valida Mais para Android; ● Construção de Painéis BI (Qlik Sense) para ações de combate à fraude; ● Criação de mais de 120 painéis do Qlik que colaboraram para acesso mais rápido e com qualidade a informação, que trouxeram benefícios como auxílio nos processos de conciliação financeira e análise de produtividade das lojas; ● Desenho da solução, arquitetura e descrição macro de novo sistema de bilhetagem baseado na junção dos conceitos ABT e CBT; ● Reestruturação do recadastro do Antifraude em uma plataforma (framework e banco de dados) mais nova; ● Implantação da individualização dos ATMs; ● Implantação do PESI (Planejamento Estratégico de Segurança da Informação); ● Compliance Digital (Processos, Riscos, Controles, Requisitos da LGPD); ● Execução de Pentests; ● Instalação de validadores online Prodata nas estações da Supervia para combate a fraude por replay attack; ● Habilitação da recarga e hotlist a bordo nas Vans; ● Renovação dos contratos de Telecom adicionando SDWAN; ● Upgrade dos Chips GPRS para 4G; e ● Troca dos Firewalls do Datacenter. **Dividendos:** A administração da Companhia, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das S.A, informa que o pagamento do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira, razão pela qual não fará o seu pagamento, observados os procedimentos previstos no parágrafo quinto do artigo 202 da lei 6404/76. **Auditoria:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 foram devidamente auditadas pela EY e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela Lopes, Machado Auditores e divulgadas aos acionistas na forma do artigo 133 da Lei das S.A.. **Agradecimentos:** A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais colaboradores, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço. A Administração. Renata de Almeida Faria - Diretora Executiva - CPF: 003.774.717-71; Armando Galhardo Nunes Guerra Junior - Presidente Executivo - CPF: 277.764.336-91.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.168	6.716
Aplicação financeira - Convênio BUI/BUN	5	13.366	17.465
Contas a receber de clientes	6	36	27
Impostos a recuperar	7	3.342	3.045
Outras contas a receber		130	156
		25.042	27.409
Não Circulante			
Partes relacionadas eterceiros	13	5.312	4.469
Depósitos e cauções		24	21
Tributos diferidos	21	1.750	1.559
		7.086	6.049
Imobilizado	8	1.548	1.042
Intangível	9	3.277	3.668
		11.911	10.759
		36.953	38.168

Passivo	Notas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	10	405	1.950
Arrendamento mercantil		488	411
Contas a pagar - Convênio BUI/BUN	5	13.366	17.465
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.809	2.729
Impostos a recolher		427	822
Provisões para contingências	14	-	41
Outras contas a pagar		-	222
		17.495	23.640
Não Circulante			
Partes relacionadas e terceiros	13	60	2.286
Arrendamento mercantil		176	-
Provisões para contingências	14	681	1.013
		917	3.299
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		100	100
Reservas de lucros		18.441	11.129
		18.541	11.229
		36.953	38.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	16	60.826	65.826
Custos dos serviços prestados	17	(41.600)	(43.283)
Lucro bruto		19.226	22.543
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(9.141)	(9.523)
Reversão/Provisões para contingências	14	373	36
Outras receitas/despesas operacionais		(3)	(241)
		(8.771)	(9.728)
Resultado antes do resultado financeiro		10.455	12.815
Receita financeira		703	366
Despesa financeira		(248)	(444)
Resultado financeiro, líquido	19	455	(78)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		10.910	12.737
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(3.789)	(4.753)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	191	514
		(3.598)	(4.239)
Lucro líquido do exercício		7.312	8.498
Lucro líquido por ação		7,31	8,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018		100	20		2.611	-	2.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.498	8.498
Reserva estatutária		-	-	111	-	(111)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	8.387	(8.387)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		100	20	111	10.998	-	11.229
Lucro líquido do exercício						7.312	7.312
Reserva estatutária	15	-	-	73	-	(73)	-
Reserva de retenção de lucros	15	-	-		7.239	(7.239)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		100	20	184	18.237	-	18.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Lucro líquido do exercício	7.312	8.498
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades operacionais:		
Provisão para créditos incobráveis	-	(234)
Provisão para contingências	(373)	(35)
Tributos diferido	(191)	(514)
Depreciação e amortização	1.888	1.304
	8.636	9.019
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Contas a receber de clientes	(9)	215
Impostos a recuperar	(297)	(667)
Outras contas a receber	26	29
Depósitos e cauções	(3)	-
Fornecedores	(1.545)	(1.553)
Obrigações sociais e trabalhistas	80	1
Impostos a pagar	(395)	372
Outras contas a pagar	(222)	222
	(2.365)	(1.381)
Recursos líquido gerado nas atividades operacionais	6.271	7.638
Fluxo de caixa das Atividades de Investimento:		
Imobilizado	(1.169)	(366)
Intangível	(834)	(1.423)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de investimento	(2.003)	(1.789)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Arrendamento mercantil	253	73
Partes relacionadas e terceiros	(3.069)	(118)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de financiamento	(2.816)	(45)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.452	5.804
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.716	912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.168	6.716
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.452	5.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos e milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Histórico e Contexto Operacional: A RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("RiocardTI" ou "Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objetivo a prestação de serviços de desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo para tal desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamentos de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ("SBE") do setor de transportes coletivos de passageiros do estado do Rio de Janeiro, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados para outras Companhias que venham a se utilizar comercialmente dos sistemas de bilhetagem eletrônica. A Companhia foi contratada pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("FETRANSPOR") para a prestação de serviços e oferecer soluções personalizadas em meios eletrônicos de pagamento relacionados a Lei do Vale Transporte nº 7.418/85 e das Leis do Bilhete Único Intermunicipal nº 5.628/09 e Lei Municipal nº 5.210/10. A Fetranspor é o principal cliente da Companhia e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a receita bruta dos serviços prestados para a Fetranspor é superior a 93% do total da receita auferida pela RiocardTI. Indiretamente a Fetranspor possui o controle da Companhia, através da holding RioPar Participações S.A. ("RioPar") A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Bilhete Único Intermunicipal - BUI: Em 27 de Janeiro de 2010, a RioCardTI celebrou o Termo de Convênio 01/2010 ("Convênio/2010") com a Secretaria de Estado de Transportes ("SETRANS"), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal ("BUI") com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio/2010 estabelece que a Companhia realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios as transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela SETRANS. (vide nota 5) A Companhia celebra o décimo aditivo do Termo de Convênio/2013, cuja a vigência é de 31/01/2019 a 31/12/2019, mantendo as características operacionais do quinto aditivo de 31/12/2016, que incluiu um prazo de 15 dias úteis para a Companhia responder possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso seja identificado pela auditoria da SETRANS. Bilhete Único Municipal do Município de Niterói - BUN: Em 23 de Dezembro de 2019, o Município de Niterói, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade assinou o contrato nº 003/2019 com RioCard Tecnologia da Informação S.A "RiocardTI", que tem por finalidade a operacionalização do Bilhete Único Municipal do Município de Niterói "BUN". (Vide nota 5). Mensalmente e previamente à ocorrência das integrações, a Prefeitura de Niterói, até o 7º (sétimo) dia útil do mês corrente, transfere os recursos (subsídio) necessários para execução do objeto do contrato nº 003/2019. Cabe a RiocardTI processar e repassar diariamente os valores dos subsídios, que fazem parte do Fundo Municipal de Transportes, às Concessionárias. Atualmente o valor do subsídio é de R$ 4,00 (quatro reais) por viagem e o prazo de vigência do contrato nº 003/2019 é de 60 (sessenta meses) a partir de 19/12/2019. **2 - Base de Preparação para as Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade para as demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os procedimentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2020. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados. **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras de acordo com o período de competência em que ocorreram. **3.2. Resultados abrangentes:** Em suas demonstrações financeiras, a Companhia não apresentou a Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **3.4. Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Será constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que a recuperação de crédito seja considerada duvidosa. **3.5. Partes relacionadas a terceiros:** A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as Empresas ligadas e sócios de forma direta ou indireta. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. Os bens adquiridos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado. Estão sendo amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável **3.8. Redução ao valor recuperável de ativo:** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da Provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de "*impairment",* que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:;** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) *Julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) *Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. c) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** *CPC 06 (R2) – Arrendamentos:* O CPC 06 (R2), que substituiu o CPC 06 (R1) e as respectivas interpretações a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento de arrendamentos e introduz mudanças na contabilização de arrendamentos por arrendatários, pois elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. De acordo com a norma CPC 06 (R2), todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. A Norma CPC 06 (R2) afeta, portanto, a apresentação de transações de arrendamento na demonstração do resultado (com despesa de aluguel substituída por uma despesa de depreciação e despesa de juros) e na demonstração dos fluxos de caixa (os pagamentos de arrendamento, representando pagamento de juros e pagamento do passivo em aberto, impactam fluxo de caixa das atividades financeiras). A Companhia tomou a decisão de fazer a transação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (apresentação de acordo com o CPC 06 (R1)) e sem reavaliar se o contrato contém ou não componente de arrendamento na data inicial do contrato. O impacto na Companhia foi basicamente na conta referente a aluguéis, as despesas foram revertidas e convertidas em direito de uso no imobilizado, conforme determinado em norma. (vide nota 8).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2019	2018
Caixa e bancos	16	26
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.152	6.690
	8.168	6.716

Referem-se a títulos privados aplicados em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e/ou Compromissada DI, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, vinculados a taxas pós-fixada (ou pré-fixada) e com rentabilidade média sobre DI CETIP ("CDI") de 90% (marcação a mercado e taxa nominal na curva). Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Aplicação Financeira - Bilhete Único

	2019	2018
Banco Itaú e Bradesco – SBE (i)	11.252	17.465
Banco Itaú – BUN SBE (ii)	2.114	-
	13.366	17.465

(i) Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2019 foram registrados R$11.252 (R$17.465 em 2018) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo, circulante. (vide nota 1). (ii) Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único de Niterói *Backoffice* ("BUBKFN") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à Secretaria Municipal de Niterói. O contrato está sujeito à fiscalização da Secretaria Municipal de Niterói. Em 31 de dezembro de 2019 foram registrados R$2.114 no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo, circulante. (vide nota 1). **6 - Contas a Receber de Clientes:** A Administração monitora suas contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 constituído provisão para créditos incobráveis para os seus recebíveis com risco provável de não recebimento, podendo ser tratado para fins tributários como dedutível ou indedutível. O saldo de contas a receber apresenta a seguinte composição por faixa de vencimento.

A vencer	2019	2018
De 1 a 89 dias	36	27
De 90 a 179 dias	6	3
A partir de 180 dias	942	936
	984	966
(-) Provisão para créditos incobráveis	(948)	(939)
	36	27

7 - Impostos a Recuperar:

	2019	2018
IRRF	1.744	1.615
CSLL	1.447	1.328
Pis retido na fonte	26	17
Cofins retido na fonte	116	76
Outros	9	9
	3.342	3.045

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

8 - Imobilizado:

	Taxas médias anuais de depreciação	2017	Adições	Baixas	2018	Adição	Baixas	2019
Custo								
Móveis e utensílios	10% a 20%	111	-	-	111	-	-	111
Equipamentos de informática (i)	10%	2.617	93	-	2.710	321	(12)	3.019
Máquinas, equipamentos e leasing (i)	20% a 35%	500	273	-	773	-	(11)	762
Benfeitorias		66	-	-	66	-	-	66
Imobilizado em andamento		-	-	-	-	40	-	40
Direito de uso – imóveis (ii)		-	-	-	-	820	-	820
		3.294	366	-	3.660	1.181	(23)	4.818
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios		(48)	(20)	-	(68)	(10)	-	(78)
Equipamentos de informática (i)		(2.122)	(199)	-	(2.321)	(160)	1	(2.480)
Máquinas, equipamentos, leasing (i)		(108)	(113)	-	(221)	(152)	-	(373)
Benfeitorias		(16)	(7)	15	(8)	(3)	-	(11)
Direito de uso – imóveis (ii)		-	-	-	-	(328)	-	(328)
		(2.294)	(339)	15	(2.618)	(653)	-	(3.270)
		1.000	27	15	1.042	528	(22)	1.548

(i) Os equipamentos de informática são adquiridos através de contratos de arrendamento financeiro com o Banco IBM S.A. onde os próprios equipamentos são dados em garantia. Alguns desses equipamentos tiveram a sua depreciação acelerada em função da decisão da Administração de efetuar a troca dos mesmos por outros equipamentos. (ii) Adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. (vide nota 3.14).

9 - Intangível

Software	Taxas médias anuais de amortização	2017	Adições	Baixas	2018	Adições	Baixas	2019
Custo	20%	5.696	1.423	-	7.119	876	(43)	7.953
Amortização		(2.471)	(1.003)	23	(3.451)	(1.224)	-	(4.675)
		3.225	420	23	3.668	(348)	(43)	3.277

10 - Fornecedores

	2019	2018
IBM Máquinas.	20	1.612
Telium Tecnologia da Informação.	138	139
Telemar Norte Leste S.A.	22	51
Deloitte Assessoria e Consultoria	65	-
Condomínio Candido Mendes	18	-
Dicomp Distribuidora de Eletrônico Ltda	26	-
Dell Computadores do Brasil Ltda	16	-
Solo Network Brasil Ltda	15	-
Seidor Rio Sistemas Ltda	14	-
Algar Telecom AS	12	-
Planeta Informática Ltda	11	-
Light Serviços de Eletricidade AS	11	-
Fornecedores diversos (pulverizado)	37	148
	405	1.950

11 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2019	2018
Provisões para férias	1.969	1.840
INSS	345	369
IRRF	352	371
FGTS	125	135
Outras	18	14
	2.809	2.729

12 - Impostos a Pagar

	2019	2018
ISS	273	231
PIS/COFINS	100	95
IRPJ/CSLL	49	494
INSS	3	2
CIDE	2	-
	427	822

13 - Partes Relacionadas e Terceiros

	Ativo 2019	Ativo 2018	Passivo 2019	Passivo 2018
Federação das Empresas de Transporte - FETRANSPOR	5.099	4.329	30	30
Barcas S.A.(a)	2.700	2.360	-	-
Concessionária do VLT Carioca S.A.	636	149	-	-
RioPar Participações S.A.	79	79	26	2.252
HLQ - Processamentos de Dados Ltda.	-	-	4	4
	8.514	6.918	60	2.286
Barcas S.A. (PDD)	(2.671)	(2.333)	-	-
Concessionária do VLT Carioca S.A.(PDD)	(531)	(116)	-	-
	(3.202)	(2.449)	-	-
	5.312	4.469	60	2.286

A Companhia possui um saldo a receber de R$ 2.700 com Barcas S.A., a resposta de circularização apresenta um saldo de R$ 1.084 a receber e R$ 5.497 a pagar, apresentando uma diferença respectivamente de R$ 1.616 e R$ 5.497. A Companhia não reconhece o saldo de R$ 5.479 e solicitou a Barca S.A. o esclarecimento sobre os valores informados em 19/06/2020 e está aguardando, desde então, a origem desde passivo não identificado em nossas relações comerciais. A administração da RioCard Tecnologia de Informação, considerou todos os valores acima de 30 dias como provisão para perda, restando apenas os saldos até 30 dias, no montante total de R$ 29 na rubrica de partes relacionadas. A administração pretende recorrer dos valores não reconhecidos por Barcas S.A..

Receita operacional	2019	2018
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR	64.020	69.317
Barcas S.A. (a)	345	462
RioPar Participações S.A. (b)	959	1.280
Concessionária VLT Carioca S.A.	529	413
	65.853	71.472

Despesas gerais e administrativas	2019	2018
Federação das Empresas de Transporte – FETRANSPOR (a)	360	360
HLQ - Processamentos de Dados Ltda.	-	243
Oliveira e Gonçalves	26	43
BGM Rodotech Tecnologia em Informática Ltda. ("BGM")	17	12
	403	658

(a) As relações entre a Fetranspor e a Companhia no que diz respeito aos direitos e obrigações inerentes ao SBE estão descritos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre as partes. (b) Contrato de prestação de serviço com a Companhia RioPar, refere-se a suporte técnico para o funcionamento dos ATM´s das diversas lojas e pontos de venda. Nas demais operações realizadas com as empresas do grupo e ligadas a atividade não há incidência de juros, atualizações monetárias sobre as operações nem contrato entre as partes. Remuneração do pessoal chave da administração da Companhia:

	2019	2018
Salários/encargos	675	749
Outros benefícios	486	657
	1.161	1.405

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63

14 - Provisões para Contingências: No curso normal dos negócios, a Companhia está envolvida em causas judiciais e discussões, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível e trabalhista. Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e é mensurado pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

Natureza	2017	Adições	Reversões	2018	Adições	Reversões	2019
Trabalhistas	1.028	14.001	(14.016)	1.013	11.799	(12.569)	243
Cíveis	61	704	(724)	41	1.529	(1.132)	438
	1.089	14.705	(14.740)	1.054	13.328	(13.701)	681

	2019	2018
Circulante	-	41
Não circulante	681	1.013
	681	1.054

A Companhia possui, também, processo de natureza cível, envolvendo risco de perda "Possível", no montante de R$161 para qual não há necessidade de provisão, somente a divulgação. **15 - Patrimônio Líquido:** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$100 e está representado por 100.000 ações ordinárias no valor nominal de R$1 (um real) cada, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliados no País, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	Ações	%
RioPar Participações S.A.	85.300	85,30%
HLQ Processamento de Dados Ltda.	14.700	14,70%
	100.000	100,00%

Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da Reserva de capital. Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício conforme Estatuto social. Reserva estatutária: Foi constituída à base de 1% do lucro líquido do exercício, conforme estatuto. Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela, previamente, aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da Administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

16 - Receita Operacional Líquida	2019	2018
Receita SBE	56.105	54.079
Receita de serviços prestados (1)	10.561	17.908
Receita de projetos (2)	-	185
	66.666	72.172
Cancelamentos	(80)	(113)
COFINS	(1.998)	(2.162)
PIS	(433)	(468)
ISS	(3.329)	(3.602)
	(5.840)	(6.346)
Receita operacional líquida	60.826	65.826

(1) São receitas de serviços prestados, em sua maioria, relativos a manutenção periódica de sistemas próprios para melhorar a comunicação com o SBE, receitas decorrentes de processamento das transações de transporte das Vans municipais e serviços de processamento das transações nos equipamentos. (2) São receitas de projetos, em sua maioria, relativos à melhoria do *chip* de processamento dos validadores utilizados nos modais do Estado do Rio de Janeiro.

17 - Custo dos Serviços Prestados	2019	2018
Custos e despesas por natureza		
Serviços de terceiros	(18.116)	(21.430)
Salários, encargos sociais e benefícios	(18.701)	(17.429)
Depreciação e amortização	(1.268)	(1.026)
Outros	(3.515)	(3.398)
	(41.600)	(43.283)

18 - Despesas Gerais de Administrativas	2019	2018
Salários, encargos sociais e benefícios	(3.512)	(4.000)
Provisão para perda	(760)	(1.587)
Prestação de serviços	(1.998)	(1.022)
Despesas legais	(749)	(578)
Aluguéis e condomínios	(214)	(499)
Auditoria e consultoria	(412)	(270)
Depreciação e amortização	(619)	(265)
Energia elétrica	(149)	(178)
Telefone e comunicação	(23)	(107)
Outras despesas	(705)	(1.017)
	(9.141)	(9.523)

19 - Resultado Financeiro, Líquido	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	416	279
Juros ativos e descontos	287	87
	703	366
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e tarifas	(240)	(444)
Juros passivos	(8)	-
	(248)	(444)
Resultado financeiro, líquido	455	78

20 - Tributos Diferidos	2019		2018	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Provisão de fornecedores	176	176	(226)	(226)
Provisões para contingências	(373)	(373)	(36)	(36)
Provisão para créditos incobráveis – (clientes e adiantamentos e despesas antecipadas)	759	759	1.773	1.470
Base de cálculo	563	563	1.511	1.511
Tributos diferidos	141	50	378	136

A Companhia optou pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos em cada mês mediante comprovação, através do levantamento de balancetes mensais, que o valor já antecipado excede o valor dos tributos do período em curso. **21 - Seguros (não revisado pelos auditores independentes):** A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros suficientes para salvaguardar o negócio de eventuais sinistros. **22 - Instrumentos Financeiros: 22.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos. A administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: Risco de crédito: Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui contratos de derivativo em aberto. **23 - Notícias Vinculadas: Operação Ponto Final:** A Companhia foi objeto de notícias veiculadas em meios de comunicação, no tocante às investigações em andamento relativas à operação denominada "Ponto Final", desdobramento da operação "Lava Jato". Em razão disso, em julho de 2017, a Fetranspor (controladora da Riopar que é sócia majoritária da companhia) destituiu o seu Presidente Executivo e todos os membros do Conselho de Administração, tendo sido instalado um Conselho de Gestão Provisório que elegeu o Sr. Armando Nunes Guerra Junior em 01/09/2017 para o cargo de Presidente Executivo da Fetranspor.O Conselho de Gestão Transitório permaneceu até 19/07/2018, quando foi instituído o Conselho de Gestão da Federação, composto por 07 (sete) membros eleitos. Todavia, importante destacar que a Companhia Riocard TI possui autonomia em sua Administração, motivo pelo qual a gestão financeira, comercial e societária, durante os eventos relatados, não teve afetado seus controles internos, proporcionando, dessa forma, a transparência Ato contínuo, em reunião do Conselho de Gestão, realizada no dia 10/01/2019, foi dado treinamento presencial ao Presidente Executivo e Conselheiros, abordando os seguintes tópicos: a) Introdução à Lei Anticorrupção; b) Sanções, agravantes e atenuantes das multas; c) Responsabilidade Judicial; d) Pilares do programa de Integridade e Conformidade; e) Suporte da Alta Administração; f) Proposta de criação do Comitê de Integridade e Conformidade. Todos os participantes foram submetidos ao teste de efetividade do treinamento para avaliar a disseminação do seu conteúdo, sendo que os membros ausentes também participaram em reuniões posteriores. Em Janeiro de 2019, houve a adesão ao Programa de Integridade e Conformidade, conforme nota explicativa nº24. Todavia, importante destacar que a Companhia Riocard TI possui autonomia em sua Administração, motivo pelo qual a gestão financeira, comercial e societária, durante os eventos relatados, não teve afetado seus controles internos, por conta disso, a auditoria externa não mexeu nos números, proporcionando, dessa forma, a transparência. **24 - Programa de Integridade:** Em janeiro de 2019 foi oficializada o suporte e adesão voluntária do Conselho de Gestão do Sistema Fetranspor ao PIC - Programa de Integridade e Conformidade, previsto na Lei n. 12.846/13 Lei Estadual n. 7.753/17, sem quaisquer restrições, expressando, desta maneira, o seu comprometimento na implementação institucional das linhas fundamentais de um efetivo programa de integridade, abrangendo a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("Fetranspor"), RioPar e RioCard TI, denominado "Sistema Fetranspor . Consequentemente, foi aprovada a criação do Comitê de Integridade e Conformidade, composta por 02 (dois) membros independentes, sendo 01 (um) membro do Conselho de Gestão e o Presidente Executivo da Fetranspor, que acompanham mensalmente todas as etapas do PIC do Sistema Fetranspor, desde maio de 2019. O PIC do Sistema Fetranspor, baseia-se em 12 pilares: 1) Suporte e comprometimento da alta Administração; 2) Gerenciamento de Riscos; 3) Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pelo programa de integridade e fiscalização; 4) Normativo de integridade e conformidade e de suporte aos processos operacionais; 5) Treinamento e comunicação periódica; 6) Controles internos e registros contábeis fiéis; 7) Diligência investigativa de pessoas físicas e jurídicas (Background Check e Due Deligence); 8) Canal de denúncia e definição de medidas disciplinares; 9) Monitoramento periódico das ações e controles; 10) Investigação interna; 11) Auditoria Interna; 12) Proibição de doações para candidatos e partidos. Diferentemente de outros programas de integridade corporativos, que focam seus esforços em mitigar riscos relacionados à corrupção, fraude ou lavagem de dinheiro, em função das legislações anticorrupção, o PIC do Sistema Fetranspor tem um nível de complexidade maior, visto que desde a sua concepção inicial, há o mapeamento dos processos das áreas de negócios com o intuito de implementar um sistema de governança baseado em gestão contínua de riscos, independentemente de serem riscos estratégicos, operacionais, cibernéticos e/ou legais/ regulatórios ("riscos de compliance"). Com o suporte da alta administração e identificação dos riscos, as áreas de negócios tendem a melhorar a qualidade de seus controles preventivos e corretivos, de forma a controlar ou mitigar seus riscos, principalmente aqueles vinculados à prática de atos ilícitos nos relacionamentos das empresas do Sistema Fetranspor no âmbito privado ou com entidades da administração pública. O objetivo principal é desenvolver ações que possam prevenir, detectar e combater a prática de atos ilícitos e/ou condutas contrárias aos valores organizacionais ou normativos divulgados no Sistema Fetranspor. O PIC é de todos, refletida na frase: "Nossas ações refletem nossos princípios". Para apoiar as áreas de negócios, a Gerência de Controles Internos e Riscos, tem assumido a liderança no desenvolvimento de ações do PIC junto as áreas de negócios (1ª linha de defesa), atuando como 2ª linha de defesa, no mapeamento de seus processos, identificação de riscos e controles associados, além de ser responsável pelo canal confidencial de diálogo e denúncias e na avaliação e emissão dos relatórios de due diligence e background check. Por outro lado, a Gerência de Auditoria Interna atua na 3ª linha de defesa, de forma independente, reportando-se ao Conselho de Gestão desde setembro de 2019. Dentre as ações concluídas de janeiro de 2019 até o 1º semestre de 2020, destacamos: 1) Obtenção do suporte da alta administração na implementação do PIC, bem como disseminação do conteúdo da Lei Anticorrupção e LGPD; 2) Estruturação da Gerência de Controles Internos, com o intuito de apoiar o Compliance Officer na concepção, desenvolvimento e monitoramento do PIC em junho de 2019; 3) Consolidação da autonomia, independência e infraestrutura da instância responsável pelo PIC, que é a Gerência de Controles Internos e Riscos, subordinada ao Compliance Officer, com reporte mensal de status Comitê de Integridade e Conformidade desde maio de 2019; 4) Promoção de campanhas de divulgação de ações vinculadas ao PIC (ex. valores organizacionais, background check e due diligence, 12 pilares do PIC, assédio no ambiente de trabalho, doações, etc.); 5) Revisão dos valores organizacionais e lançamento do novo Código de Conduta e da Política de Segurança da Informação, ambos concluídos em dezembro de 2019; 6) Realização de treinamentos internos em relação ao conteúdo da Lei Anticorrupção, Política de Segurança da Informação, Código de Conduta, Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), Treinamentos de Segurança da Informação. 7) Suporte às áreas de negócios (1ª linha de defesa) ao mapeamento de seus processos, diagnóstico de riscos e controles, segregados na frente geral (PIC Geral) e digital (PIC Digital); 8) Suporte à revisão/elaboração de normativos de corporativos; 9) Monitoramento e reestruturação do canal confidencial de diálogo e denúncias VOZ ATIVA, concluída no 1º semestre de 2020; 10) Início dos procedimentos de diligências periódicas de pessoas físicas e jurídicas (Background Check e Due Diligence) desde junho de 2019; 11) Suporte técnico às áreas de negócios na elaboração de seus respectivos inventários de dados sob a ótica da LGPD; 12) Emissão à Presidência do diagnóstico de governança corporativa do Sistema Fetranspor, concluído em dezembro de 2019. 13) Lançamento do Portal da Fetranspor, com a seção de Integridade e Conformidade e divulgação pública da Cartilha de Compliance, em especial, aos concessionários e permissionários de transporte público de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. Em dezembro de 2019, a Fetranspor e RioPar aderiram ao Instituto Brasileiro de Autorregulação do Setor da Infraestrutura ("Ibric"), que é um instituto composto de empresas do setor de infraestrutura com o intuito de promover o fortalecimento da ética, da integridade e da transparência, combater a corrupção e aumentar a concorrência no ramo. **25 - Eventos Subsequentes: a) Migração da Bilhetagem:** Em 12.12.2019, uma AGRS (Assembleia Geral de Representantes de Sindicatos) da Fetranspor delegou, por meio dos representantes dos sindicatos, que toda a operação de bilhetagem eletrônica fosse transferida para Riopar, sócia majoritária da companhia. Visando mitigar as consequências de futuras fiscalizações, autuações da Receita Federal e bitributações, por conta da forma atual de cobrança da taxa de administração junto aos permissionários e empresas de ônibus, foi revisto o enquadramento da Fetranspor, que apesar de se manter uma entidade sem fins lucrativos não irá usufruir da isenção fiscal, passando a optar pelo regime de Lucro Real. A Riopar passará a ser responsável pela arrecadação e ressarcimento dos créditos de vale transporte do Estado do Rio de Janeiro e, por conta dessa operação, seus funcionários serão migrados da Fetranspor para a RioPar, bem como os contratos atrelados às operações de Bilhetagem. As notas explicativas de 2020 sofrerão uma distorção em sua comparabilidade com as de 2019, uma vez que muitas rubricas terão os seus saldos aumentados em virtude da migração. **b) Covid-19:** A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou em janeiro de 2020 que o COVID-19 é uma pandemia, ou seja, uma emergência de saúde global. Por conta disso, os governos nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, bem como várias entidades do setor privado, tomaram decisões que impactaram no grau de incerteza dos agentes econômicos e podem gerar impactos nas previsões para o ano de 2020. Na situação atual de isolamento social e uso de home office por parte das empresas, a receita proveniente da bilhetagem dos modais que fazem uso do cartão de transporte RioCard teve uma queda de 70% (ressarcimento do transporte Abril/20 vs Abril/19), impactando diretamente o fluxo de caixa da companhia. Para contrapor a queda acentuada da receita, ações foram tomadas pela alta administração para minimizar o impacto e reequilibrar esse fluxo, tais como: a) Adoção do regime de home office de todas as atividades da companhia; b) Diminuição de carga horária de 8 horas diárias para 6 horas diárias; c) Redução dos salários dos funcionários: sendo 50% (diretoria) e 25% (demais funcionários) d) Adoção das MP´s 927 e 959 que postergaram o pagamento do FGTS e INSS respectivamente; e) Postergação do pagamento de fornecedores relevantes / negociados por 3 meses, contado a partir de Março de 2020. A Alta Administração tem como objetivo diminuir o impacto nas demonstrações financeiras e no fluxo de caixa da companhia, realinhando o orçamento de 2020 para a realidade que agora se configura.

RENATA DE ALMEIDA FARIA
Representante Legal
CPF 003.774.717-71

JULIO CESAR MAGALHÃES CUNHA
Contador - CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da: RioCard Tecnologia da Informação S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da RioCard Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RioCard Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº13, a resposta de circularização de partes relacionadas com Barcas S.A. informou um saldo a menor de R$ 1.619 (ativo) e R$ 5.497 (passivo) a maior em 31 de dezembro de 2019. Não conseguimos através de procedimentos de auditoria nos certificar quanto ao valor contabilizado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase referente e Operação Ponto Final:** A Fetranspor (entidade controladora da Riopar que é sócia majoritária da Companhia) promoveu alterações em sua gestão na sequência da operação denominada Ponto Final, tendo sido eleito um Conselho de Gestão, nomeado um novo Presidente Executivo e posto em funcionamento um programa de integridade que se estende para as sociedades controladas. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que futura e eventualmente possam advir das investigações da referida operação Ponto Final, e nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre eles emitimos relatório dos auditores datado de 15 de agosto de 2019, contendo a mesma ênfase mencionada acima e ressalva referente a resposta de circularização de Barcas S.A. apresentando um valor a menor de R$2.050. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2020.

Lopes, Machado Auditors, Consultants & Business Advisers | BKR Independent Member of International

CRC-RJ-2026/O-5
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Carlo Miceli
Contador CRC - RJ - 087.258/O-4

Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA-AGO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, nos termos da alínea "a" do Art. 23 e das alíneas "a" e "c" do Art.24 de seu Estatuto, convoca todos os seus associados para a **Assembleia Geral Ordinária - AGO**, a ser realizada no dia **28 de janeiro de 2021. Local:** Sede da AEPET - Av Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 – Centro, Rio de Janeiro-RJ, mediante a Plataforma virtual de reuniões via internet listada a seguir:

Plataforma: http://reunioes.aepet.org.br
Senha: 60anos2021

Primeira convocação: 16:00h **Segunda e última convocação:** 16:30h **Número de sócios habilitados a votar: 4.846 Quorum para primeira convocação:** metade mais um dos sócios efetivos e quites com a AEPET. **Quorum para segunda convocação:** um terço dos sócios efetivos e quites com AEPET. **Quorum para tomada de decisões:** maioria simples dos sócios, presentes e quites com AEPET. **Forma de representação:** Os associados poderão se fazer representar por procurador. Cada procurador poderá representar, no máximo, 20 (vinte) associados, sendo o mandato exclusivo para o ato**. Ordem do Dia**:
1) Apreciar e julgar o balanço anual da AEPET encerrado em 31/12/2020, assim como o correspondente parecer do Conselho Fiscal da AEPET. 2) Proclamar e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal da AEPET eleitos para o triênio 2021-2023. **Nota: Não havendo quórum, as decisões sobre os temas constantes deste Edital serão objeto da AGE também convocada para o dia 28/01/2021.**

Havendo qualquer dificuldade de caráter técnico para se conectar na Plataforma da sala virtual da reunião favor entrar em contato com o Erick Sanz por meio do WhatsApp: (21) 981 734 290 que ele o orientará.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.
Felipe Campos Cauby Coutinho
Presidente

Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA-AGE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, nos termos da alínea "a" do Art. 23, e das alíneas "c" e "f" do art. art. 25 de seu Estatuto, convoca todos os seus associados para a **Assembleia Geral Extraordinária - AGE**, a ser realizada no dia **28/01/2021. Local:** Av Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 – Centro, Rio de Janeiro- RJ, mediante a Plataforma virtual de reuniões via internet listada a seguir:

Plataforma: http://reunioes.aepet.org.br
Senha: 60anos2021

Primeira convocação: 17:00h **Segunda e última convocação**: 17:30h **Terceira e última convocação:** 18:00h **Número de sócios habilitados a votar: 4.846 Quorum para primeira convocação:** metade mais um dos sócios efetivos e quites com a AEPET. **Quorum para segunda convocação:** um terço dos sócios efetivos e quites com AEPET. **Quorum para terceira e última convocação:** Qualquer número de sócios presentes **Tomada de decisões:** maioria simples dos sócios efetivos presentes e quites com AEPET. **Forma de representação:** Os associados poderão se fazer representar por procurador. Cada procurador poderá representar, no máximo, 20 (vinte) associados, sendo o mandato exclusivo para o ato. **Ordem do Dia**: 1) Apreciar e julgar o balanço anual da AEPET encerrado em 31/12/2020, assim como o correspondente parecer do Conselho Fiscal da AEPET. 2) Proclamar e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal da AEPET eleitos para o triênio 2021-2023.

Havendo qualquer dificuldade de caráter técnico para se conectar na Plataforma da sala virtual da reunião favor entrar em contato com o Erick Sanz por meio do WhatsApp: (21) 981 734 290 que ele o orientará.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.
Felipe Campos Cauby Coutinho
Presidente